



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 203 TERÇA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-T0)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 224ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2015	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	6
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	6
1.2.1.1 – Mensagens da Presidente da República	
Nº 534/2015, na origem, que restitui os autógrafos de projeto de lei sancionado e transformado na Lei Complementar nº 153/2015.	6
Nº 536/2015, na origem, que comunica a ausência de S. Ex ^a do País, no dia 10 do corrente, em viagem oficial à Argentina.	7
1.2.1.2 – Comunicações	
Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor dos Avisos nºs 67 e 69/2015, com posterior envio ao Arquivo (Memo-randos nºs 95 e 96/2015).....	8
Do Senador Jorge Viana, de participação de S. Ex ^a em missões realizadas nos períodos de 22 de maio a 2 junho de 2014; 31 de agosto a 6 de setembro de 2014; 20 a 23 de setembro de 2014; 4 a 16 de novembro de 2014; e 9 a 22 de abril último	10
Do Senador Walter Pinheiro, que justifica o não registro da presença de S. Ex ^a na sessão do dia 12 de agosto último	10
1.2.1.3 – Ofícios da Câmara dos Deputados	
Nº 685/2015, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 76/2004.....	11
Nº 693/2015, que comunica o arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 60/2005, 177/2002 e 228/2009.....	12
Nº 694/2015, que comunica o arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 9/2010, 356/2003, 698/2007 e 331/2006.	13
Nº 705/2015, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 591/2007	15
1.2.1.4 – Término de prazos	
Término de prazo, sexta-feira ultima, sem interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 63, 249, 276, 305 e 694/2015	16
Término de prazo, sexta-feira ultima, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 127/2013; 37, 68, 78, 97 e 185/2015	16
1.2.1.5 – Aviso do Banco Central do Brasil	
Nº 148/2015, na origem, em resposta ao Requerimento nº 998/2015, de autoria do Senador Eduardo Amorim.....	16
1.2.1.6 – Requerimentos	
Nº 1.424/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, de realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União para verificar a compatibilidade de decretos não numerados relativos a abertura do Orçamento Fiscal da União.....	17
Nº 1.425/2015, de autoria do Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à Sr ^a Daniela Assayag.....	19
Nº 1.426/2015, de autoria do Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Marco Aurélio de Lima Choy.....	21
Nº 1.427/2015, de autoria do Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à Sr ^a Marta Vieira da Silva.....	23
1.2.1.7 – Pareceres	
Nº 1.176/2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Substitutivo da Câmara nº 11/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 38/2008.....	25

Nº 1.177/2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Ofício nº S/16/2015 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.423/2015)	29
1.2.1.8 – Votos	
Veto Parcial nº 58/2015, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 22/2015 (proveniente da Medida Provisória nº 685/2015) (Mensagem nº 532/2015, da Presidente da República)	46
Veto Parcial nº 59/2015, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23/2015 (proveniente da Medida Provisória nº 688/2015) (Mensagem nº 533/2015, da Presidente da República)	58
1.2.1.9 – Adoção de medidas provisórias	
Adoção da Medida Provisória nº 700/2015, que <i>altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Memorando nº 73/2015-Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/SF e Ofício nº 491/2015-DEM/CD)</i>	67
Adoção da Medida Provisória nº 701/2015, que <i>altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação; a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para dispor sobre o Fundo de Garantia à Exportação; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para dispor sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; e o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, para dispor sobre a moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Memorando nº 73/2015-Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/SF e Ofício nº 75/2015-Bloco Parlamentar União e Força/SF)</i>	71
1.2.1.10 – Ofícios de Ministros de Estado	
Nºs 40.401, 39.117, 39.908, 40.417, 39.910 e 39.110/2015, na origem, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta aos Requerimentos nºs 1.077, 1.078, 1.079, 1.080, 1.081 e 1.082/2015, respectivamente, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	75
Nº 50.612/2015, na origem, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União, em resposta ao Requerimento nº 783/2015, de iniciativa da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas.....	75
Nº 50.613/2015, na origem, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União, em resposta ao Requerimento nº 1.084/2015, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	75
1.2.1.11 – Encaminhamento	
Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 169/2009 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	75
1.2.1.12 – Projeto de Lei do Senado	
Nº 780/2015, de autoria do Senador Jorge Viana, que <i>altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, e a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Operações Financeiras o automóvel elétrico ou híbrido adquirido para uso como táxi ou por pessoas portadoras de deficiência física e para isentar do Imposto sobre Operações Financeiras o trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas.</i>	76
1.2.1.13 – Não utilização de numeração	
Não utilização da numeração de requerimento nº 1.410/2015.....	79
1.2.2 – Oradores	
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Defesa de uma profunda rediscussão da questão indígena no País.....	79
SENADORA ANA AMÉLIA – Comentários sobre agenda cumprida por S. Ex ^a no Estado do Rio Grande do Sul; e outros assuntos.....	80
1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão do Congresso Nacional amanhã, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a leitura de expedientes, apreciação de vetos e projetos de lei.....	83
1.2.4 – Recurso	
Nº 13/2015, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 654/2015.....	84
1.2.5 – Inclusão em Ordem do dia	
Inclusão em Ordem do Dia, na próxima sessão deliberativa ordinária, o Projeto de Lei do Senado nº 654/2015.....	84
1.2.6 – Oradores (continuação)	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários sobre os resultados da 21 ^a Conferência sobre Mudanças Climáticas, realizada em Paris; e outro assunto.....	85

SENADOR JORGE VIANA – Considerações sobre o acordo internacional firmado na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática – COP-21; e outro assunto.....	88
SENADOR LINDBERGH FARIA – Críticas aos argumentos utilizados no pedido de impeachment da Presidente da República; e outros assuntos.....	100
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Comentários sobre a adesão popular às manifestações em prol do <i>impeachment</i> da Presidente da República ocorridas ontem no País	107
SENADOR PAULO PAIM – Registro da posição de S. Ex ^a contrária ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff; e outro assunto.....	109
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com a recente expansão da microcefalia no País; e outros assuntos.....	115
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Preocupação com a possível proibição judicial da prática da vaquejada; e outros assuntos.....	120
SENADOR PAULO PAIM – Reflexões acerca da sustentabilidade e registro de audiência pública sobre a tragédia ocorrida em Mariana-MG.....	123
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES – Cobrança da conclusão das obras do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) em Cuiabá bem como de outras obras inacabadas; e outros assuntos.....	125
1.3 – ENCERRAMENTO.....	135

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	136
3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	139
4 – LIDERANÇAS	140
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	142
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	160
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	172
8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	220

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS.....	243
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	257

Ata da 224ª Sessão, Não Deliberativa, em 14 de Dezembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Jorge Viana, Paulo Paim, da Sra. Gleisi Hoffmann, dos Srs. Telmário Mota, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 19 horas e 1 minuto.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu queria cumprimentar todos que nos estão ajudando a iniciar esta sessão: os colegas que trabalham no Senado, as Senadoras e os Senadores aqui presentes.

A Presidência comunica ao Plenário que sobre a mesa há expediente, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

MENSAGENS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 534

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei complementar que “Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei Complementar nº 153 , de 9 de novembro de 2015

Brasília, 9 de dezembro de 2015.



Mensagem nº 536

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no dia 10 de dezembro de 2015, em visita a Buenos Aires, por ocasião da Posse do Presidente argentino, Senhor Mauricio Macri.

Brasília, 9 de dezembro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Aloysio". The signature is fluid and cursive, with a large, sweeping flourish on the right side.

COMUNICAÇÕES

SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 95/2015/CMA

Brasília, 07 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do AVS nº 67/2015

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que dei conhecimento do AVS nº 67/2015 aos membros da CMA na reunião do dia 24 de novembro de 2015. Não tendo havido manifestação de interesse pela relatoria da matéria, determinei o seu arquivamento. Dessa forma, encaminho para as devidas providências.

Respeitosamente,

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle





SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 96/2015/CMA

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do AVS nº 69/2015

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que dei conhecimento do AVS nº 69/2015 aos membros da CMA na reunião do dia 01 de dezembro de 2015. Não tendo havido manifestação de interesse pela relatoria da matéria, determinei o seu arquivamento. Dessa forma, encaminho para as devidas providências.

Respeitosamente,

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



A Presidência do Senado Federal recebeu os seguintes Relatórios de Missão do Senador Jorge Viana, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado:

– referente à participação na 50ª Sessão do Conselho Internacional de Madeiras Tropicais, realizada em Yokohama, Japão, no período de 4 a 16 de novembro de 2014, nos termos do **Requerimento nº 815, de 2014**;

– referente à participação na delegação de quatro servidores da Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE), realizada em Taiwan, no período de 22 de maio a 2 de junho de 2014, nos termos do **Requerimento nº 489, de 2014**;

– referente à participação na Missão Oficial a Hamburgo e Berlim, na Alemanha, no período de 31 de agosto a 6 de setembro de 2014, nos termos do **Requerimento nº 756, de 2014**;

– referente à participação na Cúpula do Clima na ONU, realizada em Nova York, Estados Unidos, no período de 20 a 23 de setembro de 2014, nos termos do **Requerimento nº 790, de 2014**;

– referente à participação no 7º Fórum Mundial da Água, realizado em Daegu e Gyeongbuk, Coréia do Sul, no período de 09 a 22 de abril de 2015; nos termos do **Requerimento nº 155, de 2015**.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

 00100.1783548/2015-84
SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador WALTER PINHEIRO

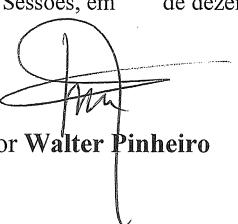
REQUERIMENTO N° 646, DE 2015 - M

✓ publicado
Em 14/12/15


SR/15318.75641-24

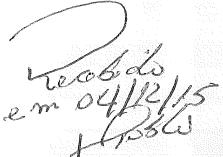
Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja a anotação NCom (Não comparecimento), registrada no dia 12 de agosto de 2015, convertida para P-SF (Presente no Senado Federal), uma vez que estive efetivamente presente para cumprimento de meus deveres legislativos junto a esta Casa, com presença e pronunciamento na CI (notas taquigráficas anexas), inscrição como Orador na 131ª Sessão Deliberativa Ordinária e tendo sido citado nominalmente pela Senador Lídice da Mata (notas taquigráficas anexas).

Sala das Sessões, em _____ de dezembro de 2015.


Senador Walter Pinheiro

Página: 111 03/12/2015 12:33:48

0fc3c519767c901d7643c522c1922fb908eae39


José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Aguarda - DF



OFÍCIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. n. 685/2015/PS-GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foi prejudicado o Projeto de Lei nº 7.618, de 2010, do Senado Federal (PLS nº 76, de 2004, na Casa de origem), que “Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”, em virtude da aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.641, de 2008 (PLS nº 295, de 2007), também dessa Casa.

Assim, nos termos do § 4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informo que a proposição foi definitivamente arquivada.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Beto Mansur".

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

ebido em 10/12/2015
14:50
Pinho Peixoto Matr.: 232730
A. M. M. / M



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 693/2015/PS-GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projetos de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, dos seguintes Projetos de Lei :

- PL nº 5.706, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 60, de 2005, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior";

- PL nº 3.148, de 2008, do Senado Federal (PLS nº 177, de 2002, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) finance estágio remunerado em empresas e universidades, bem como curso superior de graduação";

- PL nº 6.851, de 2010, do Senado Federal (PLS nº 228, de 2009, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio";

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Beto Mansur".
Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Assinado em 10/12/2015
14:50
Dinen Peixoto - Matr. 232730
31.452.001



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 694/2015/PS-GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projetos de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 combinado com o art. 54 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inadequação financeira e orçamentária, dos seguintes Projetos de Lei:

- PL nº 6.957, de 2013, do Senado Federal (PLS nº 9, de 2010, na Casa de origem), que “Acrescenta art. 20-C à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para prever o incentivo da União à criação de programas de qualificação profissional no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visando ao atendimento dos egressos da educação superior que especifica”;

- PL nº 6.683, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 356, de 2003, na Casa de origem), que “Altera a redação do art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para destinar recursos da Loteria Esportiva Federal ao Fundo Nacional de Meio Ambiente”;

- PL nº 8.043, de 2010, do Senado Federal (PLS nº 698, de 2007, na Casa de origem), que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de educação infantil, altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências”;

ebido em 10/12/2015

14 - 50

Dionan Peixoto - Matr.: 2327-30

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

- PL nº 6.015, de 2013, do Senado Federal (PLS nº 331, de 2006, na Casa de origem), que “Acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e § 8º ao art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para autorizar a redução ou a dispensa de contrapartidas financeiras municipais nas condições que especifica”.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Beto Mansur".
Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n.^o 105 /2015/PS-GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foi prejudicado o Projeto de Lei nº 3.366, de 2008, do Senado Federal (PLS nº 591/07, na Casa de origem), que “Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - Lei da Concessão de Serviço Público, e 8.977, de 6 de janeiro de 1995 - Lei do Serviço de TV a Cabo, para conceder direito à compensação, no prazo de 40 (quarenta) dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam”, em virtude da aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.110, de 2003 (PLs nº 79/02), também dessa Casa.

Assim, nos termos do § 4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informo que a proposição foi definitivamente arquivada.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Beto Mansur".

Deputado BETO MANSUR

Primeiro-Secretário

ebido em 10/12/2015

14:30

Dinen Peixoto (Matr.: 23274)

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 11 de dezembro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 63, 249, 276, 305 e 694, de 2015**.

O **Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2015**, rejeitado em apreciação terminativa, vai ao Arquivo.

As demais matérias, aprovadas terminativamente, vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se no dia 11 de dezembro o prazo para apresentação de emendas **aos Projetos de Lei da Câmara nºs 127, de 2013; 37, 68, 78, 97 e 185, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2015**, consta da pauta da sessão deliberativa de amanhã, dia 15.

As demais matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

AVISO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aviso nº 148, de 10 de dezembro de 2015, do Presidente do Banco Central do Brasil, em resposta ao **Requerimento de Informações, nº 998, de 2015**, de autoria do Senador Eduardo Amorim.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

REQUERIMENTOS**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO
Nº 1.424, DE 2015**

Nos termos dos incisos IV, VI e VII do artigo 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU para a realização de auditoria para verificar a compatibilidade ou não dos decretos não numerados, que abrem o Orçamento Fiscal da União, editados pela Presidente da República e pelo Vice-Presidente da República, no ano de 2015, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e com a Constituição Federal – CF.

JUSTIFICAÇÃO

A publicação de decretos não numerados abrindo crédito suplementar, sem autorização parlamentar nos anos de 2014 e 2015, constitui um dos fundamentos para o processo de impeachment em curso na Câmara dos Deputados.

Em 2015, até o momento, foram publicados dezessete decretos não numerados abrindo créditos suplementares. Desse total, quatro foram assinados pelo vice-presidente da república Michel Temer nos dias 26 de maio e 07 de julho do corrente ano.

Assim como os Decretos assinados pela Presidente da República Dilma Rousseff, os Decretos assinados pelo vice-presidente Michel Temer, informam que os recursos necessários à abertura dos créditos decorreram de: anulação parcial de dotações orçamentárias, superávit financeiro e excesso de arrecadação. São, portanto, atos similares.

Vale lembrar que as metas fiscais são fixadas por critérios do Poder Executivo, convertem-se em lei e devem ser cumpridas. O Poder Executivo deve acompanhar a evolução orçamentária e quando verificar não ser possível cumprir a meta fiscal estabelecida, a solução legal é a edição de ato limitando empenho e movimentação financeira, conhecido como contingenciamento, e não abrir créditos e apostar na alteração da LDO ao final.

A rigorosa observância da LDO, dos critérios estabelecidos pela LRF e dos comandos constitucionais, especialmente aqueles previstos nos artigos 167, incisos V e VI e 165, § 8º, devem ser exigidos de forma abrangente.

Nesse contexto, ciente de que a realização da auditoria proposta será fundamental para esclarecer e individualizar as responsabilidades, proponho o presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**

(Será votado oportunamente)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.425, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a jornalista Daniela Assayag por liderar o prêmio “Os + Admirados Jornalistas da Região Norte”, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado à Av. André Araújo, nº 1924, Aleixo, Manaus-Amazonas, CEP 69067-375.

JUSTIFICAÇÃO

A manauara Daniela Assayag é a jornalista mais admirada da região norte do país, conforme divulgado pelo *Portal dos Jornalistas*. A apresentadora do *Manhã no Ar* e gerente de jornalismo da *TV A Crítica* – filiada da *TV Record* no Amazonas – liderou, com 5.800 pontos, o prêmio “Os + Admirados Jornalistas da Região Norte”, promovido pelo portal *Jornalista&Cia e Maxpress*.

A premiação é feita tanto em âmbito nacional, quanto regional. Cerca de 204 profissionais passaram para a final no Top Regional. Dentre os finalistas, estava a jornalista amazonense, que ficou na primeira colocação pela região norte.

A indicação para a premiação é feita por jornalistas de todo o Brasil, o que evidencia quão prestigiada e admirada é Assayag por seus pares.

Daniela se formou em jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Em 1995, a jornalista começou a trabalhar na *Rede Amazônica* e em 1999 passou a atuar como repórter, vindo, inclusive, a cobrir matérias de âmbito nacional. Um de seus vários momentos de destaque se deu com a cobertura da expedição ao Monte Roraima, juntamente com a equipe do programa jornalístico *Globo Repórter*.

2

Atualmente Daniela assume a apresentação do jornal *Manhã no Ar*, programa da *TV A Crítica*.

Em virtude de tão importante reconhecimento e grande contribuição para o jornalismo, parabenizo por meio deste Voto de Congratulações e Aplauso, Daniela Assayag, tendo em vista que, ao longo de toda sua carreira, esta versátil e esmerada profissional vem granjeando cada vez mais a admiração dos amazonenses.

Sala das Sessões, em _____ de dezembro de 2015.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.426, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o ilustre advogado Marco Aurélio de Lima Choy, por ter sido eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Amazonas (OAB-AM), no dia 27 de novembro de 2015, bem como seja encaminhado o presente voto ao endereço localizado à Avenida Umberto Calderaro Filho, nº 2.000, Adrianópolis – Manaus/AM. CEP 69057-021.

JUSTIFICAÇÃO

Em 27 de novembro do corrente ano, o advogado Marco Aurélio de Lima Choy foi eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Amazonas (OAB-AM) para o triênio 2016/2018.

É digno de destaque que o presidente eleito é um profissional com vasta experiência, além de um reconhecido estudioso das ciências jurídicas. Marco Choy se graduou em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e mais tarde veio a se especializar em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Choy também é Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atualmente é doutorando em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires.

Além da advocacia, Choy também exerce a docência em ensino superior, onde repassa, com maestria, parte de seu conhecimento para futuros operadores do direito. Marco Choy é, também, Procurador do Município de Manaus.

Portanto, não restam dúvidas de que a OAB-AM estará sob a presidência de um brilhante profissional.

2

Desta forma, congratulo o Ilustre Dr. Marco Aurélio de Lima Choy, por ter sido eleito Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Amazonas. Sem sombra de dúvidas a OAB-AM continuará a cumprir a sua constitucional atribuição, de modo a zelar pela sociedade amazonense.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.427, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Sra. Marta Vieira da Silva, jogadora da seleção brasileira de futebol, por alcançar o patamar de maior artilheira da história da seleção, bem como seja encaminhado o presente voto à Confederação Brasileira de Futebol – CBF no endereço sito à Avenida Luís Carlos Prestes nº130, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro. CEP 22775-055.

JUSTIFICAÇÃO

Na última quarta-feira, dia 09 de dezembro de 2015, a esportista Marta alcançou um recorde histórico, se tornou a maior artilheira da Seleção Brasileira de Futebol.

Nascida em Dois Riachos, interior de Alagoas, Marta começou a jogar futebol no juvenil do Centro Sportivo Alagoano, em seguida foi contratada pelo Vasco da Gama, onde jogou profissionalmente entre os anos de 2000 e 2002. Saiu do Vasco para jogar no Santa Cruz Futebol Clube de Minas Gerais, onde permaneceu entre 2002 e 2004. A vida na Seleção Brasileira de Futebol começou em 2003, nos Jogos Pan-americanos em Santo Domingo. Desde então a seleção foi campeã em vários momentos, nos Jogos Pan-americanos de 2007, no Rio de Janeiro, vice-campeã nas Olimpíadas de Pequim e campeã sul-americana em 2014, garantindo a vaga na Copa do Mundo e nos jogos Pan-americanos de 2015.

Eleita cinco vezes a melhor jogadora de futebol do mundo, Marta também é goleadora histórica em Copas do Mundo, chegando a 98 gols em sua carreira.

Registro minha admiração pela força e garra com que Marta vive a vida e o esporte. Parabenizo essa grande mulher, fonte de inspiração a tantas outras.

2
Sala das Sessões, de dezembro de 2015.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**



SENADO FEDERAL

PARECER N° 1176, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2015, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008, do Senador Demóstenes Torres, *que altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.*

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

RELATORA “AD HOC”: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 11 de 2015. Esse SCD se aplica ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 38, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

O SCD nº 11, de 2015, intenciona alterar o art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 –, dispositivo esse que tipifica o crime de submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

O SCD, em sua ementa, enuncia sucintamente que altera o art. 244-A do ECA. Já seu art. 1º enuncia o objeto da lei. O art. 2º, por sua vez, promove alteração na redação da pena prevista no art. 244-A do ECA, prevendo reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do fundo dos direitos da criança e do adolescente da unidade da federação em que for cometido o

crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé. Por fim, o art. 3º prevê que o início da vigência da lei se dê na data de sua publicação.

Após retornar ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para apreciação pela CDH.

II – ANÁLISE

O inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui à CDH a competência para opinar sobre proposições que digam respeito à proteção à infância e à juventude.

O SCD nº 11, de 2015, altera o PLS nº 38, de 2008, previamente aprovado no Senado. Nos termos do parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal, sendo o projeto emendado, retorna para análise final por sua casa iniciadora, o Senado Federal.

No caso da emenda ao PLS nº 38, de 2008, o Risf dispõe, em seus arts. 285 e 287, que emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, devendo o substitutivo da Câmara a projeto do Senado ser considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecido o fato de emenda da Câmara só poder ser votada em parte se o seu texto for suscetível de divisão.

Ao apreciar o PLS, autuado naquela Casa como Projeto de Lei (PL) nº 4.402, de 2008, a Câmara dos Deputados promoveu as seguintes alterações:

a) A ementa do projeto limita-se a enunciar que “Altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente”;

b) Para cumprir o que manda o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis, o art. 1º da proposição passa a enunciar o objeto da lei;

c) O art. 2º passa a ser o que altera o art. 244-A do ECA. Contudo, não mais o § 2º vem desmembrado em dois incisos. Na versão proposta pela Câmara dos Deputados, os §§ 1º e 2º do art. 244-A permanecem inalterados. Entretanto, a pena passa a prever também a perda de bens e valores utilizados na prática criminosa para aqueles que forem condenados por submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual. Tal alteração se deu em razão do entendimento de que a perda de bens é uma pena propriamente dita, conforme o inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal. Ademais, a redação apresentada especifica que os bens e valores perdidos serão revertidos em favor do fundo dos direitos da criança e do adolescente da unidade da federação em que foi cometido o crime – necessariamente um estado ou o Distrito Federal (DF).

Entendemos louváveis as modificações apresentadas pela Câmara dos Deputados, pois tornam a proposição mais harmoniosa com ditames legais e constitucionais do direito brasileiro.

III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11 de 2015, incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008.

Sala da Comissão, 09 de dezembro de 2015

Senador PAULO PAIM, Presidente

Senadora FÁTIMA BEZERRA, Relatora “ad hoc”



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 122ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 09 de dezembro de 2015 (quarta-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)

Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 1.177, de 2015**, da CDH, sobre o **Ofício nº S/16, de 2015**, que conclui pela apresentação do **Requerimento nº 1.423, de 2015**, de informações ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, entre outras providências.

O Requerimento vai à Mesa, para decisão.

A Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender às recomendações contidas na conclusão do Parecer.

São os seguintes o parecer e o requerimento na íntegra:



SENADO FEDERAL

PARECER N° 1177, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Ofício “S” nº 16, de 2015, encaminhado ao Senado Federal pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

RELATORA: Senadora **SIMONE TEBET**

RELATORA “AD HOC”: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Ofício nº 41/2015/SGM/P, de 26 de janeiro de 2015, expedido pela Câmara dos Deputados, recebido nesta Casa como Ofício “S” nº 16, de 2015. Por meio dele, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, encaminhou, para conhecimento do Senado Federal, exemplar do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Além do mencionado relatório, o processado é composto de expediente que o encaminha à apreciação desta Comissão.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 102-E, inciso III, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos.

Destacam-se, a seguir, os aspectos mais relevantes presentes no supramencionado relatório.

Informa-se que, ao contrário do que acontecia em outros tempos, o trabalho de crianças e adolescentes, hoje, dá-se em situações invisíveis ou não-alcançáveis pelas políticas assistenciais, como o trabalho doméstico, atividades ilícitas como tráfico de drogas e prostituição, atividades artísticas, desporto de alto rendimento e agricultura familiar.

Desse modo, instalou-se, na Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a finalidade de investigar o problema da exploração do trabalho infantil no Brasil. A CPI realizou dezenove reuniões e uma diligência na BR 232, em Pernambuco. Nesta diligência, confirmou-se a exploração de mão de obra infantil no comércio informal às margens daquela rodovia.

O relatório apresenta, ainda, exaustivo relato das dezenove reuniões feitas à luz da CPI.

Em sua parte final, o documento traça um histórico do combate ao trabalho infantil. Mostra que, em 1992, quando a prática começou a ser combatida de modo mais acentuado, contavam-se mais de 8 milhões de crianças e adolescentes, de 5 anos a 17 anos, cumprindo exaustivas jornadas laborais. Nesse ano, o Brasil aderiu ao Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Já em 1994, foi instituído o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Por sua vez, em 2013, contavam-se 3,1 milhões de crianças e adolescentes, dos 5 anos aos 17 anos, trabalhando – o que representou redução de aproximadamente 60% em duas décadas.

Por fim, em 2013, realizou-se em Brasília a III Conferência Global do Trabalho Infantil, na qual foram ratificadas as metas para erradicação das piores formas de trabalho infantil em 2016, e de todas as suas formas em 2020.

A seguir, o texto relembra alguns dos mais importantes diplomas normativos que tratam da proteção à criança e ao adolescente frente ao trabalho. São citadas a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Consolidação das Leis do Trabalho e as Convenções nºs 138 e 182 da OIT. A partir desta última convenção, inclusive, elaborou-se a lista das piores formas de trabalho infantil.

O relatório menciona, ademais, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui dois produtos aptos a mapear a ocorrência do trabalho infantil no País: o Mapa de Indicadores, selecionados sobre o trabalho infantil, os quais são baseados no censo de 2010; e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O documento apresenta, adiante, estatísticas sobre acidentes de trabalho envolvendo crianças ou adolescentes, sobre a relação entre o trabalho infantil e a evasão escolar, e sobre a inserção do adolescente no mercado de trabalho por meio da aprendizagem e do estágio. E, ademais, relaciona políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente no âmbito do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público do Trabalho.

À guisa de conclusão, o relatório informa que a CPI, após dezenove reuniões de audiências públicas realizadas em Brasília e nas cidades do Recife (PE), de Salvador (BA) e do Rio de Janeiro (RJ), além de uma diligência na BR 232 em Pernambuco, concluiu que, a partir de 1992, quando foi oficialmente reconhecida pelo governo brasileiro a existência, no País, do trabalho infantil e do trabalho ilegal do adolescente, muito foi feito em todas as esferas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como no âmbito do Ministério Público e de setores da sociedade civil, para combater o trabalho precoce de crianças, visando à sua erradicação, e para proteger o trabalho do adolescente.

O relatório acrescenta que, por conta disso, de lá para cá, houve uma significativa retração da quantidade de crianças e de adolescentes trabalhadores de 5 anos a 17 anos de idade, de 8.423.448 verificados, em 1992, para 3.188.000, em 2013, apesar do considerável aumento populacional ocorrido nessa faixa etária no referido período. Em que pese tal avanço, o relatório ressalta que certos tipos de trabalho infantil não têm sofrido retração, como no trabalho doméstico, no tráfico de drogas e na prostituição.

No que toca aos trabalhos infantis artístico e desportivo, o relatório ressalta tratarem-se de temas controversos, mas defende a regulamentação em detrimento da proibição.

O relatório, em seu final, visando ao combate ao trabalho infantil e ao trabalho juvenil ilegal, apresenta recomendações e sugestões de alterações legislativas. As recomendações desdobram-se em gerais e outras, específicas ao Poder Executivo, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público do Trabalho, ao Poder Legislativo, aos empregadores e à sociedade civil.

As proposições legislativas apresentadas são as seguintes:

- a) Projeto de Lei nº 8.286, de 2014, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – para revogar seu art. 248, o qual admite a prestação de serviço doméstico por adolescente;
- b) Projeto de Lei nº 8.287, de 2014, que altera a Lei Pelé – Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – para dispor sobre a formação do atleta, relativamente à aprendizagem, ressalvando-se as especificações da atividade desportiva;
- c) Projeto de Lei nº 8.288, de 2014, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio 1943 – para dispor sobre o trabalho artístico; e a

- d) Indicação nº 6.638, de 2014, que sugere ao Poder Executivo a criação do Cadastro de Empregadores que utilizam mão de obra infantil e trabalho do adolescente ilegal, nos mesmos termos do Cadastro de Empregadores que exploram o trabalho escravo.

III – CONCLUSÃO

Em vista do exposto, com ciência do conteúdo, enaltecemos o importante trabalho dos membros da CPI, ressaltando que o Congresso Nacional sempre estará atento à questão do trabalho de crianças e adolescentes, e concluímos:

- a) pelo encaminhamento, ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, do requerimento de informações a seguir;
- b) pelo encaminhamento do presente parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento;
- c) pelo sobrerestamento da tramitação do Ofício “S” nº 16, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e
- d) pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os projetos de lei mencionados no relatório da CPI tema do OFS nº 16, de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento.

REQUERIMENTO N° DE 2015

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, Sr. Miguel Soldatelli Rossetto, as seguintes informações:

1. Quantos focos com trabalho de crianças ou adolescentes, desde 1995, foram encontrados pela Auditoria Fiscal do Trabalho, a cada ano, em suas ações de combate ao trabalho escravo?
 - 1a. Qual o percentual de tais focos, ano a ano, dentro do total de focos que exploram trabalho escravo?
2. Quantas foram as diligências, em cada ano, desde 2003, que encontraram focos de trabalho dentre as piores formas de trabalho infantojuvenil, conforme definidas no artigo 3 da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho?
 - 2a. Qual o percentual de tais focos, ano a ano, dentro do total de focos que exploram trabalho infantojuvenil?
3. O governo adotou por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, a criação de cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo. Sabendo que a divulgação dos nomes mencionados no referido cadastro foi proibida por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2014, e ciente de que o Ministério avalia republicar a portaria, indagamos se o próximo cadastro incluirá empregadores que exploram mão de obra infanto-juvenil.
4. O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, em sua segunda edição, estabeleceu oito metas a serem alcançadas em 2015. Quantas e quais dessas metas serão efetivamente alcançadas ao final do presente ano?
 - 4a. Dentre as metas que eventualmente não serão alcançadas até o final de 2015, quais não serão e qual a razão para isso?
5. Notícias recentes dão conta de que greves dos auditores-fiscais do trabalho são motivadas, entre outras razões, pela demora em se lançar concurso para provimento de cargos, estando a carreira com

déficit de servidores. Há *deficit* de auditores-fiscais do trabalho no Brasil? O que motiva a demora no lançamento de novo concurso para essa carreira?

Sala da Comissão, 09 de dezembro de 2015.

Senador Paulo Paim, Presidente

Senadora Fátima Bezerra, Relatora “ad hoc”



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 122ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 09 de dezembro de 2015 (quarta-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1423 , DE 2015

(DE AUTORIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, Sr. Miguel Soldatelli Rossetto, as seguintes informações:

1. Quantos focos com trabalho de crianças ou adolescentes, desde 1995, foram encontrados pela Auditoria Fiscal do Trabalho, a cada ano, em suas ações de combate ao trabalho escravo?
 - 1a. Qual o percentual de tais focos, ano a ano, dentro do total de focos que exploram trabalho escravo?
2. Quantas foram as diligências, em cada ano, desde 2003, que encontraram focos de trabalho dentre as piores formas de trabalho infantojuvenil, conforme definidas no artigo 3 da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho?
 - 2a. Qual o percentual de tais focos, ano a ano, dentro do total de focos que exploram trabalho infantojuvenil?
3. O governo adotou por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, a criação de cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo. Sabendo que a divulgação dos nomes mencionados no referido cadastro foi proibida por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2014, e ciente de que o Ministério avalia republicar a portaria, indagamos se o próximo cadastro incluirá empregadores que exploram mão de obra infanto-juvenil.

4. O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, em sua segunda edição, estabeleceu oito metas a serem alcançadas em 2015. Quantas e quais dessas metas serão efetivamente alcançadas ao final do presente ano?
 - 4a. Dentre as metas que eventualmente não serão alcançadas até o final de 2015, quais não serão e qual a razão para isso?
5. Notícias recentes dão conta de que greves dos auditores-fiscais do trabalho são motivadas, entre outras razões, pela demora em se lançar concurso para provimento de cargos, estando a carreira com déficit de servidores. Há *deficit* de auditores-fiscais do trabalho no Brasil? O que motiva a demora no lançamento de novo concurso para essa carreira?

Sala da Comissão, 09 de dezembro de 2015.

Senador Paulo Paim, Presidente

Senadora Fátima Bezerra, Relatora “ad hoc”

PARECER

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Ofício “S” nº 16, de 2015, encaminhado ao Senado Federal pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

RELATORA: Senadora **SIMONE TEBET**

RELATORA “AD HOC”: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Ofício nº 41/2015/SGM/P, de 26 de janeiro de 2015, expedido pela Câmara dos Deputados, recebido nesta Casa como Ofício “S” nº 16, de 2015. Por meio dele, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, encaminhou, para conhecimento do Senado Federal, exemplar do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Além do mencionado relatório, o processado é composto de expediente que o encaminha à apreciação desta Comissão.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 102-E, inciso III, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos.

Destacam-se, a seguir, os aspectos mais relevantes presentes no supramencionado relatório.

Informa-se que, ao contrário do que acontecia em outros tempos, o trabalho de crianças e adolescentes, hoje, dá-se em situações invisíveis ou não-alcançáveis pelas políticas assistenciais, como o trabalho doméstico, atividades ilícitas como tráfico de drogas e prostituição, atividades artísticas, desporto de alto rendimento e agricultura familiar.

Desse modo, instalou-se, na Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a finalidade de investigar o problema da exploração do trabalho infantil no Brasil. A CPI realizou dezenove reuniões e uma diligência na BR 232, em Pernambuco. Nesta diligência, confirmou-se a exploração de mão de obra infantil no comércio informal às margens daquela rodovia.

O relatório apresenta, ainda, exaustivo relato das dezenove reuniões feitas à luz da CPI.

Em sua parte final, o documento traça um histórico do combate ao trabalho infantil. Mostra que, em 1992, quando a prática começou a ser combatida de modo mais acentuado, contavam-se mais de 8 milhões de crianças e adolescentes, de 5 anos a 17 anos, cumprindo exaustivas jornadas laborais. Nesse ano, o Brasil aderiu ao Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Já em 1994, foi instituído o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Por sua vez, em 2013, contavam-se 3,1 milhões de crianças e adolescentes, dos 5 anos aos 17 anos, trabalhando – o que representou redução de aproximadamente 60% em duas décadas.

Por fim, em 2013, realizou-se em Brasília a III Conferência Global do Trabalho Infantil, na qual foram ratificadas as metas para erradicação das piores formas de trabalho infantil em 2016, e de todas as suas formas em 2020.

A seguir, o texto relembra alguns dos mais importantes diplomas normativos que tratam da proteção à criança e ao adolescente frente ao trabalho. São citadas a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Consolidação das Leis do Trabalho e as Convenções nºs 138 e 182 da OIT. A partir desta última convenção, inclusive, elaborou-se a lista das piores formas de trabalho infantil.

O relatório menciona, ademais, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui dois produtos aptos a mapear a ocorrência do trabalho infantil no País: o Mapa de Indicadores, selecionados sobre o trabalho infantil, os quais são baseados no censo de 2010; e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O documento apresenta, adiante, estatísticas sobre acidentes de trabalho envolvendo crianças ou adolescentes, sobre a relação entre o trabalho infantil e a evasão escolar, e sobre a inserção do adolescente no mercado de trabalho por meio da aprendizagem e do estágio. E, ademais, relaciona políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente no âmbito do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público do Trabalho.

À guisa de conclusão, o relatório informa que a CPI, após dezenove reuniões de audiências públicas realizadas em Brasília e nas cidades do Recife (PE), de Salvador (BA) e do Rio de Janeiro (RJ), além de uma diligência na BR 232 em Pernambuco, concluiu que, a partir de 1992, quando foi oficialmente reconhecida pelo governo brasileiro a existência, no País, do trabalho infantil e do trabalho ilegal do adolescente, muito foi feito em todas as esferas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como no âmbito do Ministério Público e de setores da sociedade civil, para combater o trabalho precoce de crianças, visando à sua erradicação, e para proteger o trabalho do adolescente.

O relatório acrescenta que, por conta disso, de lá para cá, houve uma significativa retração da quantidade de crianças e de adolescentes trabalhadores de 5 anos a 17 anos de idade, de 8.423.448 verificados, em 1992, para 3.188.000, em 2013, apesar do considerável aumento populacional ocorrido nessa faixa etária no referido período. Em que pese tal avanço, o relatório ressalta que certos tipos de trabalho infantil não têm sofrido retração, como no trabalho doméstico, no tráfico de drogas e na prostituição.

No que toca aos trabalhos infantis artístico e desportivo, o relatório ressalta tratarem-se de temas controversos, mas defende a regulamentação em detrimento da proibição.

O relatório, em seu final, visando ao combate ao trabalho infantil e ao trabalho juvenil ilegal, apresenta recomendações e sugestões de alterações legislativas. As recomendações desdobram-se em gerais e outras, específicas ao Poder Executivo, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público do Trabalho, ao Poder Legislativo, aos empregadores e à sociedade civil.

As proposições legislativas apresentadas são as seguintes:

- a) Projeto de Lei nº 8.286, de 2014, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – para revogar seu art. 248, o qual admite a prestação de serviço doméstico por adolescente;
- b) Projeto de Lei nº 8.287, de 2014, que altera a Lei Pelé – Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – para dispor sobre a formação do atleta, relativamente à aprendizagem, ressalvando-se as especificações da atividade desportiva;
- c) Projeto de Lei nº 8.288, de 2014, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio 1943 – para dispor sobre o trabalho artístico; e a

- d) Indicação nº 6.638, de 2014, que sugere ao Poder Executivo a criação do Cadastro de Empregadores que utilizam mão de obra infantil e trabalho do adolescente ilegal, nos mesmos termos do Cadastro de Empregadores que exploram o trabalho escravo.

III – CONCLUSÃO

Em vista do exposto, com ciência do conteúdo, enaltecemos o importante trabalho dos membros da CPI, ressaltando que o Congresso Nacional sempre estará atento à questão do trabalho de crianças e adolescentes, e concluímos:

- a) pelo encaminhamento, ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, do requerimento de informações a seguir;
- b) pelo encaminhamento do presente parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento;
- c) pelo sobrerestamento da tramitação do Ofício “S” nº 16, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e
- d) pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os projetos de lei mencionados no relatório da CPI tema do OFS nº 16, de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento.



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 122ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 09 de dezembro de 2015 (quarta-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)

À Mesa, para decisão.

VETOS

A Presidência comunica ao Plenário o recebimento das seguintes Mensagens da Excelentíssima Senhora Presidente da República no dia 9 de dezembro do ano corrente:

- **nº 532, de 2015**, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 58, de 2015**, parcial, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 685, de 2015), dispondo sobre adesão e manutenção de entidades ao Prosus; e
- **nº 533, de 2015**, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 59, de 2015**, parcial, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 688, de 2015), dispondo sobre custo do deslocamento de energia de reserva e consumidores que poderão participar de licitações para contratar fornecimento de energia elétrica.

São as seguintes, Mensagens e razões de vetos:



CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 58, DE 2015

(Mensagem nº 532, de 2015)

Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 685, de 2015), que "Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica; altera as Leis nºs 12.873, de 24 de outubro de 2013, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências".

DOCUMENTOS:

- Mensagem
- Projeto enviado à sanção

Mensagem recebida em 9/12/2015.

Veto nº 58, de 2015
aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 685/2015)

Mensagem nº 532

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2015 (MP nº 685/15), que “Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica; altera as Leis nºs 12.873, de 24 de outubro de 2013, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e da Saúde manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 9º

“Art. 9º A Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 34-A:

‘Art. 34-A. O Ministério da Saúde não poderá indeferir o pedido de adesão por inaptidão do plano de capacidade econômica e financeira ou excluir a entidade do Prosus enquanto não forem repassados à entidade os recursos financeiros necessários ao incremento da oferta da prestação de serviços a que se referem o inciso II do art. 27 e o inciso V do art. 32 desta Lei.’’

Razões do veto

“O dispositivo levaria a uma distorção no âmbito do PROSUS, ao afastar do Ministério da Saúde o controle sobre certos critérios de adesão e manutenção de entidades no Programa. Além disso, da forma prevista, o dispositivo poderia resultar em obrigação financeira para o SUS, não compatível com a natureza dos benefícios atribuídos a tais entidades pelo PROSUS.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de dezembro de 2015 – **Dilma Rousseff**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS
SUBLINHADOS E DESTACADOS:

Projeto de Lei de Conversão nº 22, DE 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 685/2015)

Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica; altera as Leis nºs 12.873, de 24 de outubro de 2013, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT, na forma desta Lei.

§ 1º O sujeito passivo com débitos de natureza tributária, vencidos até 30 de junho de 2015 e em discussão administrativa ou judicial perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, mediante requerimento, desistir do respectivo contencioso e utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2015, para a quitação dos débitos em contencioso administrativo ou judicial.

§ 2º Os créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL poderão ser utilizados, nos termos do *caput*, entre pessoas jurídicas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou entre pessoas jurídicas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2014, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação.

§ 3º Poderão ainda ser utilizados pela pessoa jurídica a que se refere o § 1º os créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL do responsável tributário ou corresponsável pelo crédito tributário em contencioso administrativo ou judicial.

§ 4º Para os fins do disposto no § 2º, inclui-se também como controlada a sociedade na qual a participação da controladora seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento), desde que existente acordo de acionistas que assegure de modo permanente à sociedade controladora a preponderância individual ou comum nas deliberações sociais, assim como o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores.

§ 5º Os créditos das pessoas jurídicas de que tratam os §§ 2º e 3º somente poderão ser utilizados após a utilização total dos créditos próprios.

Art. 2º O requerimento de que trata o § 1º do art. 1º deverá ser apresentado até 30 de novembro de 2015, observadas as seguintes condições:

I - pagamento em espécie equivalente a, no mínimo:

a) 30% (trinta por cento) do valor consolidado dos débitos indicados para a quitação, a ser efetuado até 30 de novembro de 2015;

b) 33% (trinta e três por cento) do valor consolidado dos débitos indicados para a quitação, a ser efetuado em duas parcelas vencíveis até o último dia útil dos meses de novembro e dezembro de 2015; ou

c) 36% (trinta e seis por cento) do valor consolidado dos débitos indicados para a quitação, a ser efetuado em três parcelas vencíveis até o último dia útil dos meses de novembro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016; e

II - quitação do saldo remanescente mediante a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL.

§ 1º O requerimento de que trata o *caput* importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos indicados pelo sujeito passivo e configura confissão extrajudicial nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

§ 2º O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento de que tratam as alíneas *b* e *c* do inciso I do *caput*, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 3º Para aderir ao programa de que trata o art. 1º, o sujeito passivo deverá comprovar a desistência expressa e irrevogável das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações.

§ 4º A quitação de que trata o § 1º do art. 1º não abrange débitos decorrentes de desistência de impugnações, recursos administrativos e ações judiciais que tenham sido incluídos em programas de parcelamentos anteriores, ainda que rescindidos.

§ 5º Somente será considerada a desistência parcial de impugnação e de recursos administrativos interpostos ou de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos no processo administrativo ou na ação judicial.

Art. 3º Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem quitados nos termos desta Lei serão automaticamente convertidos em renda da União, aplicando-se o disposto no art. 2º sobre o saldo remanescente da conversão.

Art. 4º O valor do crédito a ser utilizado para a quitação de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º será determinado mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

I - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o montante do prejuízo fiscal;

II - 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III - 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das demais pessoas jurídicas.

Art. 5º Na hipótese de indeferimento dos créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, no todo ou em parte, será concedido o prazo de trinta dias para a pessoa jurídica promover o pagamento em espécie do saldo remanescente dos débitos incluídos no pedido de quitação.

Parágrafo único. A falta do pagamento de que trata o *caput* implicará mora do devedor e o restabelecimento da cobrança dos débitos remanescentes.

Art. 6º A quitação na forma disciplinada nos arts. 1º a 5º extingue o crédito tributário sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispõem do prazo de cinco anos, contado da data de apresentação do requerimento, para análise da quitação na forma do art. 2º.

Art. 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, editarão os atos necessários à execução dos procedimentos de que trata esta Lei.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a

variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento, o valor das taxas instituídas:

I - no art. 17 da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995;

II - no art. 16 da Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001;

III - no art. 11 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

IV - no art. 1º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989;

V - no art. 23 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

VI - no art. 18 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000;

VII - no art. 12 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;

VIII - no art. 29 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005;

IX - no inciso III do *caput* do art. 77 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

X - nos arts. 3º-A e 11 da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999; e

XI - no art. 48 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

§ 1º A primeira atualização monetária relativa às taxas previstas no *caput* fica limitada ao montante de 50% (cinquenta por cento) do valor total de recomposição referente à aplicação do índice oficial desde a instituição da taxa.

§ 2º Caso o Poder Executivo tenha determinado a atualização monetária em montante superior ao previsto no § 1º do *caput*, poderá o contribuinte requerer a restituição do valor pago em excesso.

Art. 9º A Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 34-A:

"Art. 34-A. O Ministério da Saúde não poderá indeferir o pedido de adesão por inaptidão do plano de capacidade econômica e financeira ou excluir a entidade do Prosus enquanto não forem repassados à entidade os recursos financeiros necessários ao incremento da oferta da prestação de serviços a que se referem o inciso II do art. 27 e o inciso V do art. 32 desta Lei."

Art. 10. As entidades de saúde privadas filantrópicas e as entidades de saúde sem fins lucrativos que tenham obtido o deferimento do pedido de adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área de Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS poderão incluir no programa, até o décimo quinto dia após a publicação desta Lei, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, débitos que tenham sido objeto:

I - de parcelamento concedido anteriormente à data de que trata o § 2º do art. 37 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

II - dos parcelamentos a que se refere o art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014.

Parágrafo único. A inclusão dos débitos a que se refere o *caput* restabelece a adesão ao Prosus e a moratória concedida pelo programa.

Art. 11. Para efeito de interpretação, os acordos e convenções internacionais celebrados pelo Governo da República Federativa do Brasil para evitar dupla tributação da renda abrangem a CSLL.

Parágrafo único. O disposto no *caput* alcança igualmente os acordos em forma simplificada firmados com base no

disposto no art. 30 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943.

Art. 12. Os arts. 15, 22, 24, 28 e 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15.

Parágrafo único. Equiparam-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual e a pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil, em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras." (NR)

"Art. 22.

.....
§ 15. Na contratação de serviços de transporte rodoviário de carga ou de passageiro, de serviços prestados com a utilização de trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e assemelhados, a base de cálculo da contribuição da empresa corresponde a 20% (vinte por cento) do valor da nota fiscal, fatura ou recibo, quando esses serviços forem prestados por condutor autônomo de veículo rodoviário, auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, bem como por operador de máquinas." (NR)

"Art. 24. A contribuição do empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço é de:

I - 8% (oito por cento); e

II - 0,8% (oito décimos por cento) para o financiamento do seguro contra acidentes de trabalho.

....." (NR)

"Art. 28.

.....
§ 11. Considera-se remuneração do contribuinte individual que trabalha como condutor autônomo de veículo rodoviário, como auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, em automóvel cedido em regime de colaboração, nos termos da Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, como operador de trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e assemelhados, o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do valor bruto do frete, carreto, transporte de passageiros ou do serviço prestado, observado o limite máximo a que se refere o § 5º." (NR)

"Art. 30.

.....
§ 2º

I - no inciso II do *caput*, o recolhimento deverá ser efetuado até o dia útil imediatamente posterior; e

II - na alínea b do inciso I e nos incisos III, V, X e XIII do *caput*, até o dia útil imediatamente anterior.

.....
§ 6º (Revogado).

....." (NR)

Art. 13. O parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.

Parágrafo único. Equiparam-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual e a pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil, em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou

finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras." (NR)

Art. 14. O art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa aos seguintes rendimentos, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea e do inciso II do art. 8º desta Lei:

I - do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores; e

II - proventos de aposentados e pensionistas, quando a fonte pagadora for responsável pelo desconto e respectivo pagamento das contribuições previdenciárias." (NR)

Art. 15. O art. 7º-A da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, acrescido pela Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º-A A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de *call center* referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do *caput* do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento)." (NR)

Art. 16. Esta Lei entra em vigor:

I - a partir de 1º de dezembro de 2015 quanto ao art. 15;

II - na data de sua publicação quanto aos demais dispositivos.

Art. 17. Fica revogado o § 6º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.



CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 59, DE 2015

(Mensagem nº 533, de 2015)

Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 688, de 2015), que "Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera as Leis nºs 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética, 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, e 11.488, de 15 de junho de 2007, que equipara a autoprodutor o consumidor que atenda a requisitos que especifica".

DOCUMENTOS:

- Mensagem
- Projeto enviado à sanção

Mensagem recebida em 9/12/2015.

Veto nº 59, de 2015
aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 688/2015)

Mensagem nº 533

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2015 (MP nº 688/15), que “Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera as Leis nºs 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética, 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, e 11.488, de 15 de junho de 2007, que equipara a autoproitor o consumidor que atenda a requisitos que especifica”.

Ouvido, o Ministério de Minas e Energia manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso III do art. 2º

“III - geração de energia de reserva para os empreendimentos estruturantes reconhecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.”

Razão do veto

“Ao especificar que a valoração do custo do deslocamento de geração de energia elétrica deverá considerar a geração de energia de reserva para os empreendimentos estruturantes, o dispositivo limitaria a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, competente para a regulamentação do tema para todas as usinas hidrelétricas.”

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão acrescentaram veto ao dispositivo a seguir transcritos:

Art. 2º-C da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, inserido pelo art. 10 do projeto de lei de conversão

“Art. 2º-C. Os consumidores enquadrados no arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com carga de, no mínimo, 20 MW (vinte megawatt), poderão participar nas licitações de que trata o art. 2º, conforme regulamento que deverá dispor sobre garantias e condições de qualificação econômico-financeiras dos compradores.”

Razões do veto

“O dispositivo contrariaria a lógica de separação entre os Ambientes de Contratação Livre e Regulada, criada pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. Além disso, a proposta implicaria prejuízo aos consumidores cativos, uma vez que os colocaria em concorrência desequilibrada com consumidores livres na obtenção da energia fornecida.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de dezembro de 2015 – **Dilma Rousseff.**

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS
SUBLINHADOS E DESTACADOS:**

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 688/2015)

Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera as Leis nºs 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética, 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, e 11.488, de 15 de junho de 2007, que equipara a autoprodutor o consumidor que atenda a requisitos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I
DA REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO**

Art. 1º O risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuênciia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica.

§ 1º O risco hidrológico repactuado relativo à energia contratada no Ambiente de Contratação Regulada de que trata o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, será coberto pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, observadas as seguintes condições:

I - pagamento de prêmio de risco pelos geradores hidrelétricos, a ser aportado em favor da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias; e

II - cessão para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias dos direitos e das obrigações dos geradores referentes, respectivamente, à liquidação da energia

secundária e ao deslocamento de geração hidrelétrica, decorrentes de ajustes do MRE, no Mercado de Curto Prazo.

§ 2º Será resarcido aos agentes de geração o resultado do deslocamento de geração hidrelétrica subtraído da liquidação da energia secundária e do prêmio de risco pactuado, referente à energia contratada no Ambiente de Contratação Regulada no ano de 2015, por meio da postergação de pagamento do prêmio de que trata o inciso I do § 1º, com aplicação de taxa de desconto, e, não havendo prazo remanescente de contrato de venda de energia que permita o resarcimento, por meio dos seguintes instrumentos:

I - extensão do prazo das outorgas vigentes com base nos preços contratados e compatível com o resarcimento de que trata este parágrafo, limitada a quinze anos, com direito de celebração de contrato de energia no Ambiente de Contratação Regulada coincidente com a extensão de prazo da outorga, mantidas as condições contratuais vigentes, ressalvada a repactuação do risco hidrológico; e

II - extensão do prazo das outorgas vigentes com base em preço de referência compatível com o resarcimento de que trata este parágrafo, limitada a quinze anos, dispondo o gerador livremente da energia.

§ 3º Para os agentes de geração que repactuarem o risco hidrológico em 2015, o valor do prêmio da transferência integral do risco hidrológico, incluindo o resultado da energia secundária, referente à energia contratada no Ambiente de Contratação Regulada, será de R\$ 9,50/MWh (nove reais e cinquenta centavos por megawatt-hora), atualizado anualmente pela Aneel com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 4º A parcela do risco hidrológico vinculado à energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulada será repactuada por meio da assunção pelos agentes de geração de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da energia em direitos e obrigações vinculados à energia de reserva de que trata o art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março 2004, observadas as seguintes condições:

I - pagamento de prêmio de risco no valor de R\$ 10,50/MWh (dez reais e cinquenta centavos por megawatt-hora), atualizado pela Aneel pela variação do IPCA, publicado pelo IBGE, referente à assunção do valor mínimo de energia de que trata este parágrafo, pelos geradores hidrelétricos a ser aportado na Conta de Energia de Reserva - CONER; e

II - contratação pelos agentes de geração, em substituição à energia de reserva de que trata este parágrafo, de reserva de capacidade de geração específica para a mitigação do risco hidrológico, a ser resarcida por meio da extensão do prazo das outorgas vigentes, limitado a quinze anos, definida pelo Ministério de Minas e Energia, a partir de estudo realizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, cujos custos não serão rateados com os usuários finais de energia de reserva do Sistema Interligado Nacional – SIN.

§ 5º Serão realizados leilões de energia de reserva de capacidade de geração específica para a mitigação do risco hidrológico com contratação de energia suficiente para atendimento total à substituição da energia de reserva de que trata o inciso II do § 4º, com início de suprimento até 1º de janeiro de 2019, cujo preço será limitado ao preço da energia de reserva de que trata o § 4º.

§ 6º Será resarcido aos agentes de geração o resultado do deslocamento de geração hidrelétrica subtraído da liquidação da energia secundária e do prêmio de risco pactuado na forma do inciso I do § 4º, no ano de 2015, referente à energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulada por meio de quaisquer dos seguintes instrumentos:

I - extensão de prazo da outorga vigente, limitada a quinze anos, dispondo o gerador livremente da energia; e

II - direito de celebração de contrato de energia no Ambiente de Contratação Regulada, coincidente com a extensão de prazo da outorga vigente, limitada a quinze anos, a preços e condições a serem estabelecidos pela Aneel.

§ 7º A repactuação do risco não inclui os efeitos de perdas elétricas da rede básica, de consumo interno e de indisponibilidade de geração.

§ 8º Observado o disposto nos §§ 3º e 4º, a Aneel estabelecerá os prêmios de risco, os preços de referência, a taxa de desconto e a extensão de prazo da outorga vigente de que trata este artigo.

§ 9º As revisões ordinárias de garantia física das usinas participantes do MRE que impliquem alteração da garantia física utilizada como base para a repactuação do risco hidrológico de que trata o **caput** ensejarão alteração pela Aneel do preço dos contratos de que tratam o inciso I do § 2º e o inciso II do § 6º ou da extensão do prazo da outorga.

§ 10. O agente de geração que possuir ação judicial em curso na qual requeira isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE deverá, como condição para valer-se da repactuação prevista no **caput**, desistir da ação judicial e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funde a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, ficando dispensados os honorários advocatícios em razão da extinção da ação.

§ 11. Os agentes de geração hidrelétrica que se tenham desligado do MRE durante o ano de 2015 farão jus à repactuação do risco hidrológico suportado durante o período de sua participação no MRE, permitida a utilização do saldo do resarcimento de que trata o § 2º diretamente pelo agente, por ocasião de seu retorno ao MRE, ou por meio de cessão desse ativo em favor de outro agente setorial.

§ 12. A energia de que trata o § 1º inclui a totalidade da energia contratada dos empreendimentos hidrelétricos definidos na alínea b do inciso II do § 8º do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

Art. 2º A Aneel deverá estabelecer, a partir de 2016, a valoração e as condições de pagamento pelos participantes do MRE do custo do deslocamento de geração hidrelétrica decorrente de:

I - geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito;

II - importação de energia elétrica sem garantia física; e

III - geração de energia de reserva para os empreendimentos estruturantes reconhecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

CAPÍTULO II DA BONIFICAÇÃO PELA OUTORGA DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 3º Os arts. 8º e 15 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º.....

§ 6º A licitação de que trata o **caput** poderá utilizar os critérios estabelecidos nos incisos I e II do **caput** do art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou a combinação dos dois critérios.

§ 7º O pagamento pela outorga da concessão a que se refere o inciso II do **caput** do art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, será denominado, para fins da licitação de que trata o **caput**, bonificação pela outorga.

§ 8º A partir de data a ser estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, a parcela da garantia física que não for destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR será de livre disposição do vencedor da licitação, não se aplicando a essa parcela o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 1º.

§ 9º Exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao ACR, os riscos hidrológicos, considerado o Mecanismo de Realocação de Energia –

MRE, serão assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, com direito de repasse à tarifa do consumidor final.”(NR)

“Art. 15.....

.....
§ 10. A tarifa ou receita de que trata o **caput** deverá considerar, quando couber, a parcela de retorno da bonificação pela outorga de que trata o § 7º do art. 8º, observada, para concessões de geração, a proporcionalidade da garantia física destinada ao ACR.”(NR)

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º No caso de atraso no início da operação comercial de geração ou de transmissão decorrente de excludente de responsabilidade do empreendedor, reconhecido pelo poder concedente, o prazo da correspondente concessão ou autorização de geração, licitada nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, ou autorizada nos termos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, ou concessão de transmissão de energia elétrica outorgada poderá ser prorrogado pelo poder concedente, na forma da lei, pelo prazo reconhecido como excludente de responsabilidade, conforme processo a ser instruído pela Aneel.

Art. 5º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na concessão de financiamentos, poderá direcionar recursos a taxas diferenciadas para a instalação de sistemas de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis e para eficiência energética em hospitais e escolas públicos.

Art. 6º O art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26.....

§ 1º Para o aproveitamento referido no inciso I do **caput** deste artigo, para os empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 3.000 kW (três mil quilowatts) e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada, conforme regulamentação da Aneel, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 kW (trinta mil quilowatts), a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia:

I - comercializada pelos aproveitamentos; e

II - destinada à autoprodução, desde que proveniente de empreendimentos que entrarem em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2016.

§ 1º-A Para empreendimentos com base em fontes solar, eólica, biomassa e, conforme regulamentação da Aneel, cogeração qualificada, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia proveniente de tais empreendimentos, comercializada ou destinada à autoprodução, pelos aproveitamentos, desde que a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja maior que 30.000 kW (trinta mil quilowatts) e menor ou igual a 300.000 kW (trezentos mil quilowatts) e atendam a quaisquer dos seguintes critérios:

I - resultem de leilão de compra de energia realizado a partir de 1º de janeiro de 2016; ou

II - venham a ser autorizados a partir de 1º de janeiro de 2016.

.....”(NR)

Art. 7º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

XII - estabelecer os parâmetros técnicos e econômicos das licitações de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, de que trata o art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e

XIII - definir a estratégia e a política de desenvolvimento tecnológico do setor de energia elétrica.

.....”(NR)

“Art. 2º-A Caberá ao Ministério de Minas e Energia, entre outras competências, propor ao CNPE os seguintes parâmetros técnicos e econômicos:

I - valores de bonificação pela outorga das concessões a serem licitadas nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013;

II - prazo e forma de pagamento da bonificação pela outorga de que trata o inciso I; e

III - nas licitações de geração:

a) a parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR dos empreendimentos de geração licitados nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, observado o limite mínimo de 70% (setenta por cento) destinado ao ACR, e o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e

b) a data de que trata o § 8º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II do **caput**, será ouvido o Ministério da Fazenda.”

“Art. 2º-B Caberá ao Ministério de Minas e Energia, entre outras competências, propor ao CNPE a política de desenvolvimento tecnológico do setor de energia elétrica.

Parágrafo único. Na proposição de que trata o **caput**, será ouvido o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.”

Art. 8º Os arts. 1º, 4º e 5º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

I - até 31 de dezembro de 2022, os percentuais mínimos definidos no **caput** deste artigo serão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia;

.....
III - a partir de 1º de janeiro de 2023, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a 1.000 (mil) GWh por ano, o percentual mínimo a ser aplicado em programas de eficiência energética no uso final poderá ser ampliado de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para até 0,50% (cinquenta centésimos por cento);

.....
V - as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão aplicar, no mínimo, 60% (sessenta por cento), podendo aplicar até 80% (oitenta por cento), dos recursos voltados aos seus programas de

eficiência energética nas unidades consumidoras rurais, ou nas unidades pertencentes à comunidade de baixa renda ou cadastradas na Tarifa Social de Energia Elétrica.”(NR)

“Art. 4º

§ 3º As empresas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia associadas do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL poderão aplicar, alternativamente a investimentos em projetos nos termos do inciso II, percentual, de sua opção, dos recursos de que trata o referido inciso, no atendimento de sua obrigação estatutária de aporte de contribuições institucionais para suporte e desenvolvimento do Cepel, não se aplicando, nesta hipótese, o disposto no inciso II do art. 5º.

§ 4º Nos programas e projetos de pesquisa e inovação tecnológica do setor de energia elétrica, deverá ser priorizada a obtenção de resultados de aplicação prática, com foco na criação e no aperfeiçoamento de produtos, processos, metodologias e técnicas.”(NR)

“Art. 5º

Parágrafo único. Os investimentos em eficiência energética previstos no art. 1º desta Lei deverão priorizar iniciativas e produtos da indústria nacional, conforme regulamentação a ser definida pela Aneel.”(NR)

Art. 9º O art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 25.

§ 3º Nas bandeiras tarifárias homologadas pela Aneel deverão incidir os descontos especiais previstos no **caput**.”(NR)

Art. 10. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º Na contratação regulada, a critério do Ministério de Minas e Energia, os riscos hidrológicos serão assumidos, total ou parcialmente, pelos geradores ou pelos compradores, com direito de repasse às tarifas dos consumidores finais, conforme as seguintes modalidades contratuais:

- I - Contratos de Quantidade de Energia; e
- II - Contratos de Disponibilidade de Energia.

§ 7º-A Poderão participar das licitações, para expansão da oferta de energia, os empreendimentos de geração que tenham obtido outorga de concessão licitada nos termos desta Lei ou de autorização, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I - não tenham entrado em operação comercial em até um ano antes da data de realização da licitação; ou

§ 7º-B O preço máximo de contratação da energia proveniente dos empreendimentos de geração de que trata o § 7º-A, licitados nos termos desta Lei, não poderá superar o preço médio por fonte resultante dos leilões de que tratam os incisos II e III do § 5º deste artigo e o § 1º do art. 3º-A, excetuando-se, no cálculo do preço médio, os leilões para contratação de energia proveniente de projetos de geração de que trata o inciso VI do art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§ 8º

.....
II -

.....
f) energia contratada nos termos do art. 1º da Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015.

”(NR)

“Art. 2º-B Na contratação da geração distribuída prevista na alínea a do inciso II do § 8º do art. 2º, a Aneel autorizará o repasse integral dos custos de aquisição de energia elétrica pelos agentes de distribuição para a tarifa de seus consumidores finais, até o maior valor entre o Valor Anual de Referência – VR e o Valor Anual de Referência Específico – VRES.

Parágrafo único. O Valor Anual de Referência Específico - VRES será calculado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, considerando condições técnicas e fonte da geração distribuída, e será aprovado pelo Ministério de Minas e Energia.”

“Art. 2º-C Os consumidores enquadrados no arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com carga de, no mínimo, 20 MW, poderão participar nas licitações de que trata o art. 2º, conforme regulamento que deverá dispor sobre garantias e condições de qualificação econômico-financeiras dos compradores.”

Art. 11. O art. 26 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 26.

.....
§ 4º A participação no empreendimento de que trata o § 1º será calculada como o menor valor entre:

I - a proporção das ações com direito a voto detidas pelos acionistas da sociedade de propósito específico outorgada; e

II - o produto da proporção das ações com direito a voto detidas pelos acionistas da sociedade diretamente participante da sociedade de propósito específico outorgada pela proporção estabelecida no inciso I.”(NR)

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 17 de fevereiro de 2016.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

ADOÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

A Senhora Presidente da República adotou, em 8 de dezembro de 2015, e publicou no Diário Oficial da União do dia 9 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 700 de 2015**, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão mista:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

- | | |
|------------------|----|
| Eunício Oliveira | 1. |
| | 2. |
| | 3. |

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

- | | |
|----------------|---------------------|
| Humberto Costa | 1. Telmário Mota |
| Acir Gurgacz | 2. Walter Pinheiro |
| Paulo Rocha | 3. Lindbergh Farias |

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

- | | |
|-------------------|---------------------------|
| Cássio Cunha Lima | 1. Aloysio Nunes Ferreira |
| Paulo Bauer | 2. |
| Ronaldo Caiado | 3. José Agripino |

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

- | | |
|-----------------|------------------------|
| Fernando Collor | 1. Wellington Fagundes |
|-----------------|------------------------|

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

- | | |
|----------------|-----------------------|
| Lídice da Mata | 1. Vanessa Grazziotin |
|----------------|-----------------------|

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

- | | |
|------------------|-------------------|
| Benedito de Lira | 1. Sérgio Petecão |
| Omar Aziz | 2. |

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

- | | |
|----------------|------------------------|
| Jovair Arantes | 1. Arnaldo Faria de Sá |
|----------------|------------------------|

André Moura

2. Wilson Filho

Bloco PR/PSD/PROS

Maurício Quintella Lessa

1. Rogério Rosso

Givaldo Carimbão

2. Anderson Ferreira

Bloco PMDB/ PEN

Leonardo Picciani

1. Daniel Vilela

Baleia Rossi

2. Dulce Miranda

PT

Sibá Machado

1. Afonso Florence

Ságuas Moraes

2. Benedita da Silva

PSDB

Carlos Sampaio

1. Nilson Leitão

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB

Celso Russomanno

1. César Halum

PSB

Fernando Coelho Filho

1. Paulo Foleto

DEM

José Carlos Aleluia

1.

PSOL*

Chico Alencar

1. Edmilson Rodrigues

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no DOU: 09/12/2015
- Designação da Comissão: 14/12/2015
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 15/12/2015 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 04/03/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 18/03/2016 (a prorrogar)

São os seguintes os ofícios das lideranças:



SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – PSOL

À publicação
Em 05 / 08 / 2015

(1)

GLBSD- Memo.73/2015

Brasília, 5 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista de Medidas Provisórias

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência que, nos casos em que o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia não encaminhar, no prazo regimental, as indicações para composição das Comissões Mistas destinadas a apreciar Medidas Provisórias, seja feita prontamente minha indicação, na condição de Líder, como membro titular, bem como a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin, na condição de vice-líder, para compor, como suplente, as referidas comissões.

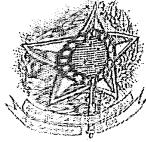
Respeitosamente,

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 14 / 08 / 15 às 10:00
Nome: <u>Fernanda Melo</u>
Matr. Nº 2.275.48

Senadora Lídice da Mata
Líder do Bloco Socialismo e Democracia

05 / 08 / 15
Fernanda Melo e Dutra
Mat. 2.275.48





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

publicação
Em 10/12/2015

(2)

Ofício nº 491-L-Democratas/15

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **JOSÉ CARLOS ALELUIA** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 700**, de 9 de dezembro de 2015, que "Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências", em vaga existente.

Respeitosamente,

Deputado **MENDONÇA FILHO**
Líder do Democratas



A Senhora Presidente da República adotou, em 08 de dezembro de 2015, e publicou no Diário Oficial da União do dia 09 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 701 de 2015**, que altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação; a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para dispor sobre o Fundo de Garantia à Exportação; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para dispor sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; e o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, para dispor sobre a moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
<u>PMDB</u>	
Eunício Oliveira	1.
	2.
	3.
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)</u>	
Humberto Costa	1. Telmário Mota
Acir Gurgacz	2. Walter Pinheiro
Paulo Rocha	3. Lindbergh Farias
<u>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)</u>	
Cássio Cunha Lima	1. Aloysio Nunes Ferreira
Paulo Bauer	2.
Ronaldo Caiado	3. José Agripino
<u>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)</u>	
Douglas Cintra	1.
	2.
<u>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)</u>	
Lídice da Mata	1. Vanessa Grazziotin
<u>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)</u>	
Benedito de Lira	1. Omar Aziz

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<u>Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS</u>	
Jovair Arantes	1. Arnaldo Faria de Sá
André Moura	2. Wilson Filho

<u>Bloco PR/PSD/PROS</u>	
Maurício Quintella Lessa	1. Rogério Rosso
Givaldo Carimbão	2. Anderson Ferreira
<u>Bloco PMDB/ PEN</u>	
Leonardo Picciani	1. Daniel Vilela
Baleia Rossi	2. Dulce Miranda
<u>PT</u>	
Sibá Machado	1. Afonso Florence
Ságuas Moraes	2. Benedita da Silva
<u>PSDB</u>	
Carlos Sampaio	1. Nilson Leitão
<u>Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB</u>	
Celso Russomanno	1. César Halum
<u>PSB</u>	
Fernando Coelho Filho	1. Paulo Foletto
<u>DEM</u>	
Mendonça Filho	1. Efraim Filho
<u>REDE*</u>	
Alessandro Molon	1. Eliziane Gama

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

É o seguinte o calendário:

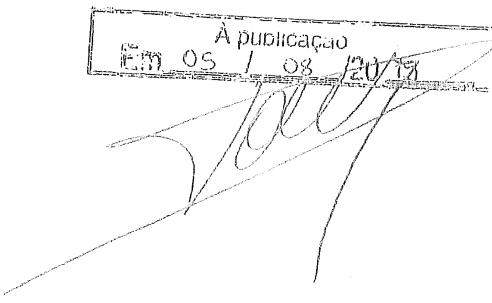
- Publicação no DOU: 09/12/2015
- Designação da Comissão: 14/12/2015
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 15/12/2015 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 04/03/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 18/03/2016 (a prorrogar)

São os seguintes os ofícios das lideranças:



SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – PSOL

GLBSD- Memo.73/2015



Brasília, 5 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

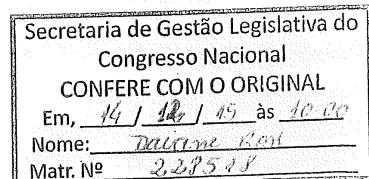
Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista de Medidas Provisórias

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência que, nos casos em que o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia não encaminhar, no prazo regimental, as indicações para composição das Comissões Mistas destinadas a apreciar Medidas Provisórias, seja feita prontamente minha indicação, na condição de Líder, como membro titular, bem como a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin, na condição de vice-líder, para compor, como suplente, as referidas comissões.

Respeitosamente,

Lídice da Mata
Senadora Lídice da Mata
Líder do Bloco Socialismo e Democracia



05/08/15
Lídice da Mata
Mat. 204690





SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar União e Força

À publicação
Em 16/12/2015

OF. N° 075/2015-BLUFOR

Brasília, 09 de dezembro de 2015.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Douglas Cintra** (PTB/PE) para compor, com membro **Titular**, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 701, de 2015, que “Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação; a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para dispor sobre o Fundo de Garantia à Exportação; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para dispor sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; e o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, para dispor sobre a moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.”

Atenciosamente

Senador FERNANDO COLLOR
Líder do Bloco Parlamentar União e Força
PTB – PR – PSC – PRB



OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nºs 40401/2015, 39117/2015, 39908/2015, 40417/2015, 39910/2015 e 39110/2015, recebidos em 09 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta aos **Requerimentos nºs 1077, 1078, 1079, 1080, 1081 e 1082 de 2015**, respectivamente, de informações, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática -CCT.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os requerimentos vão ao arquivo. Os Ofícios "S" nºs 29, 39, 40, 42 de 2014 e 32 e 47 de 2015 voltam a tramitar e vão à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática — CCT.

Nº 50612, de 09 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União, em resposta ao **Requerimento nº 783, de 2015**, de informações, da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas;

Nº 50613, de 09 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União, em resposta ao **Requerimento nº 1084, de 2015**, de informações, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os requerimentos vão ao arquivo.

ENCAMINHAMENTO

A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2009**, já instruído pela CDH e CRE, deve ser apreciado pela CCJ, terminativamente, em obediência ao despacho inicial aposto à matéria.

PROJETO DE LEI DO SENADO**SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 780, DE 2015**

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, e a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Operações Financeiras o automóvel elétrico ou híbrido adquirido para uso como táxi ou por pessoas portadoras de deficiência física e para isentar do Imposto sobre Operações Financeiras o trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, bem como os veículos elétricos ou híbridos, de fabricação nacional ou importados, quando adquiridos por:

....." (NR)

Art. 2º O art. 72 da Lei nº a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar da seguinte redação:

"Art. 72. Ficam isentas do IOF as operações de financiamento para a aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), bem como de veículos elétricos ou híbridos, de fabricação nacional ou importados, quando adquiridos por:

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A preocupação ambiental e a alta volatilidade do preço do petróleo nos últimos anos forçam uma busca por novas fontes energéticas para o setor automotivo, que é o principal consumidor de petróleo e representa umas das principais fontes de gases geradores do efeito estufa. Adicionalmente, o setor também é responsável por emissões de outras substâncias que afetam a qualidade do ar nas grandes cidades.

Diante da perspectiva de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, reduzir a emissão de poluentes e gases do efeito estufa, faz-se necessária a busca de novas tecnologias, notadamente mais limpas, para a propulsão dos veículos.

Em resposta a essa busca, surgem os veículos elétricos, e, como alternativa intermediária, os veículos híbridos. Os veículos elétricos têm potencial de reduzir drasticamente a poluição local do ar à medida que seu uso se massifica. Os veículos híbridos são igualmente importantes, pois a combinação do motor à combustão interna e o motor elétrico reduz significativamente o consumo de combustível fóssil.

Entretanto, no Brasil, o custo de aquisição desses veículos ainda é bastante alto se comparado aos veículos movidos exclusivamente com motor de combustão. Faltam incentivos para impulsionar a aquisição e, consequentemente, a fabricação desses veículos no Brasil.

De forma a alavancar a produção e a aquisição desses veículos, é essencial que haja, por parte do poder público, ações no intuito de baratear o custo dos veículos com essas tecnologias. Nesse sentido é que proponho, como forma de induzir a uso desses veículos em nossas cidades, as isenções de IPI e IOF para veículos elétricos ou híbridos pelos já beneficiários de isenções desses tributos na aquisição de veículos com motor de combustão.

Sendo dado aos taxistas, a concessão das isenções será uma forma de fazer a população conhecer essa alternativa de veículo, uma vez que o serviço de táxi é prestado a qualquer cidadão indistintamente.

Ademais, ao estendermos também os benefícios para as pessoas portadoras de deficiência física, e no caso da isenção de IOF para os titulares de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas, estaremos incentivando a inserção desses veículos no mercado nacional sem que isso represente perda de arrecadação de impostos uma vez que esses benefícios tributários já são concedidos para esse público na aquisição de veículos à combustão interna.

A nova hipótese de isenção não aumentará o número total de concessões. Portanto, não há que se falar em inobservância da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Certo de que a proposta representa o início de um conjunto de medidas necessárias para incentivar a inserção dessas tecnologias ambientalmente mais sustentáveis, conto com o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões,

Senador **JORGE VIANA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 101/00](#)

[Lei nº 8.383, de 30 de Dezembro de 1991 - 8383/91](#)

[Lei nº 8.989, de 24 de Fevereiro de 1995 - 8989/95](#)

[artigo 1º](#)

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)

NÃO UTILIZAÇÃO DE NÚMERO

Comunicamos que o número **1.410** da relação de requerimentos de 2015 não foi utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós temos a lista de oradores inscritos. O primeiro orador, pelo menos presente, é o Senador José Medeiros, a quem, cumprimentando-o, peço que use a tribuna.

Ao mesmo tempo, cumprimento também todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Senador José Medeiros, V. Ex^a tem a palavra como primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jorge Viana, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela Agência Senado aqui na Casa, hoje, o que me traz à tribuna é um assunto que eu jamais gostaria de trazer. Trata-se de uma tragédia que aconteceu no Estado de Mato Grosso, no Município de Juína, e que foi até noticiada agora no Jornal Hoje. O Município de Juína é praticamente tomado por aldeias indígenas. Há algum tempo, foi instalado lá um pedágio, os indígenas instalaram um pedágio. Nesse fim de semana, infelizmente, segundo os primeiros informes, dois rapazes acabaram se evadindo desse pedágio, não pagaram o pedágio. E eles foram barbaramente assassinados. Essa é uma situação a respeito da qual a gente precisa tomar providências.

Existe praticamente um tabu ao falarmos sobre a questão indígena no Brasil. Alguns dogmas vão se formando. E parece que, quando falamos qualquer coisa sobre os índios, somos contra os índios. Eu, particularmente, não o sou, mas tenho defendido, nesta Casa, que o papel da Funai possa ser um papel diferente do que está sendo. Não sei se a Funai está sucateada, não sei qual é a realidade, mas o certo é que, ultimamente, uma questão que já parecia ser do passado tem sido constantemente pauta dos noticiários: os conflitos entre a população de índios e a de não índios.

Recentemente, em Mato Grosso do Sul, foi um índio que morreu. Há pouco tempo, em Rondônia, não índios morreram. E, agora, morreram duas pessoas, dois jovens: Marciano e Genes. As famílias estão destroçadas. E o pior é que a comunidade do Município de Juína, formada por produtores que ali têm contato direto com os índios, por pessoas que a toda hora passam por esse pedágio, está revoltada, está em pé de guerra.

É por isso que faço um apelo ao Ministro José Eduardo Cardozo. Em que pese eu ser de um Partido de oposição, tenho de louvar a postura do Ministro José Eduardo Cardozo, que é um democrata, um exímio constitucionalista, alguém que entende muito do que é o Estado e do que são as relações entre as pessoas. Agora, nós precisamos falar da Funai além da retórica, porque não é possível que assistamos constantemente a esses fatos, que, cada vez, são mais violentos. Daqui a pouco, temo que uma comunidade dessa se revolte, invada uma aldeia e aconteça uma tragédia maior.

Quem ganha com isso? Essa tem sido a nossa preocupação, Senador Jorge Viana. V. Ex^a é de um Estado que também faz parte do Amazonas. São Estados onde há comunidades indígenas. Qual é o nosso papel como Parlamentares? O que podemos fazer? Não muito. O que podemos fazer é cobrar. Solicitei uma audiência na Comissão de Direitos Humanos para que possamos tratar desse tema, não pelo caso em si, mas que possamos fazer deste um estudo de caso para evitarmos novas tragédias.

Penso que basta, que passou da hora de terminar com essa história de pedágio! Na BR-070, recentemente, em um espaço de 50 quilômetros, havia 14 praças de pedágio. Em uma mesma aldeia, eles se repartiram e começaram a cobrar pedágio. Quer dizer, isso é intolerável, não é possível acontecer.

Agora, de outra forma, nós também precisamos saber que a comunidade indígena precisa viver. Essa história de dizer que os índios podem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador José Medeiros, primeiro, eu queria ser solidário com V. Ex^a, mas, talvez, convenha explicar para quem nos está ouvindo pela Rádio Senado e nos assistindo pela TV Senado: quando V. Ex^a fala de pedágio, todos entendem que se trata de um pedágio estabelecido pela concessionária ou mesmo pelo responsável pela rodovia, mas V. Ex^a está se referindo a uma cobrança não regulamentada do ponto de vista da lei. Não é para tomar partido, não! É só para mostrar que há ali uma cobrança, uma exigência de que quem passa naquela estrada pague algum dinheiro de maneira não formalizada, não legalizada. É isso? Talvez, isso explique esse conflito melhor. É só uma contribuição.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Eu me esqueci de colocar o pedágio entre aspas. Na verdade, no caso da BR-070, ele não é constante como é o de Juína.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nem é formal, nem é legalizado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nem é formal. O de Juína está legalizado tacitamente, porque o Estado não o impediu. Está lá anos e anos esse pedágio. Já há uma praça instituída.

No caso da BR-070, certo dia, eles disseram que a aldeia estava passando fome e montaram vários pedágios num espaço de 50km.

Mas penso que essa ideia de que eles podem simplesmente agora viver da caça ou da pesca ou catando coquinho precisa ser revista. Nós precisamos partir do pressuposto de que, no caso dessas aldeias, Senador Jorge Viana, são 700 índios para 700 mil hectares, ou seja, são mil hectares para cada índio. Então, é preciso encontrar uma forma de eles poderem tirar o seu sustento. Podemos qualificá-los. A Embrapa ou algum órgão de extensão poderia capacitá-los a tirar o sustento da própria terra. O que não dá é ficar essa situação conflituosa, que agora culminou com essas duas mortes. Lá a população está em pé de guerra, e nós precisamos de uma saída.

É por isso que eu dizia que nós temos um Ministro da Justiça preparadíssimo, uma pessoa que, com certeza, tem total capacidade de resolver essas questões, principalmente. Acho que não podemos passar dessa administração do Ministro José Eduardo Cardozo sem falar sobre a Funai. Tentei aqui abrir uma CPI sobre a Funai, não com o intuito de enxovalhar a Funai ou de trazer-lhe qualquer desgaste, mas para que a gente pudesse debater e ter uma Funai melhor. Isso não é possível! Ou a Funai muda, ou ela tem de desaparecer.

Nesse caso, por exemplo, Senadora Ana Amélia, um dos funcionários da Funai, segundo os informes que obtive, presenciou a execução de um dos jovens. Ele esteve lá e disse que, no primeiro momento, chegou a evitar o ocorrido, aconselhando os indígenas a levarem esses dois jovens para a Polícia Civil. Mas penso que, em uma situação como essa, ele deveria ter ligado para o diretor da Funai e ter falado: "Olha, a questão é urgente." Deveria ter entrado em contato com Brasília, para que, imediatamente, descesse ali um helicóptero, para que se fizesse o que fosse, com a Polícia Federal junto.

Lá ficou um jogo de empurra. A população e a família, por dias, ficaram agoniadas. Os indígenas diziam que não sabiam onde estavam esses jovens. E ficou aquele jogo de empurra. O Estado não podia intervir, porque era uma aldeia. A Polícia Federal não chegava ali. E a Funai, parece, estava com as mãos atadas. Nem vou dizer que não quiseram agir, mas o certo é que isso não aconteceu.

De fato, agora, quando a Polícia Federal deu o ultimato e quando apareceram os corpos, a revolta foi imensa. Em Juína, neste momento, está um caldeirão, uma verdadeira ebullição, uma revolta contra os indígenas.

Quero até fazer um pedido para a população de Juína. Com certeza, não são todos os indígenas que concordam com isso. A gente espera que o Ministério da Justiça possa, através da Polícia Federal, fazer com que os responsáveis por esse crime sejam entregues às autoridades policiais e sejam punidos, até para que a população saiba diferenciar quem cometeu o crime do restante da comunidade indígena, que está ali há anos e que convive com os demais. Ali nunca houve problema nenhum.

Agora, a minha preocupação é a de que a praça de pedágio continue ali como se nada tivesse acontecido. Agora, imagine a situação conflituosa a cada momento que passa uma pessoa lá, porque a linha de acesso ao Município de Juína é através dessa rodovia. Cada momento em que essas pessoas são abordadas...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Já concluo, Sr. Presidente.

Cada momento em que essas pessoas são abordadas pelos indígenas é um momento de conflito.

Então, fica esse alerta. A gente espera que a direção da Funai, em Brasília, o Departamento de Polícia Federal e o Ministério da Justiça possam se debruçar sobre isso com muito cuidado, para que a gente não tenha de vir, amanhã ou depois, novamente, a chorar os mortos e a denunciar mais uma tragédia acontecida.

Em Rondônia, houve um caso semelhante, mas a própria comunidade indígena pegou os responsáveis e os entregou à Polícia. Eu até sugiro, neste momento, que a comunidade de Juína, que, com certeza, também está nos assistindo, faça o mesmo, para que esse crime não fique sobre as costas de toda a comunidade indígena, para que uma comunidade não fique brigando com a outra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador.

É muito importante que se busque a pacificação, especialmente respeitando essas populações indígenas que tanto têm sofrido no nosso País e que de tempos em tempos sofrem ameaças de mudanças na legislação, na própria Constituição, visando única e exclusivamente a tirar direitos que foram adquiridos por eles ao longo dos anos.

Cumprimento V. Ex^a.

Passo, então, a palavra para a Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso.

Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, nosso estimado Vice-Presidente, Jorge Viana; caros colegas Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu estava prestando atenção às informações dramáticas trazidas pelo Senador José Medeiros sobre essa tragédia – mais

uma, não é a primeira e lamentavelmente não será a última, Senador José Medeiros – que envolve conflitos em reservas indígenas e com cidadãos não índios.

A sugestão de V. Ex^a é que haja um pedágio dentro da reserva, e eu tenho a impressão de que as pessoas ali podem passar, porque é usucapião o trajeto de uma estrada para as pessoas ali passarem.

Nesse caso, não é aceitável a inimputabilidade de um crime bárbaro, simplesmente porque dois jovens, assim como aqueles que, lá no Rio de Janeiro, dentro de um veículo, foram barbaramente assassinados pela polícia, que deveria protegê-los; também não há nenhum sentido lógico, humano, nessa selvageria de matar dois jovens simplesmente porque não pagaram um pedágio, que é fruto da cobrança do serviço para auferir renda para uma reserva, que, como sugere o Senador, poderia servir muito bem e ter produtividade para crescer.

Pode-se cobrar o pedágio dentro de regras claras: qual é o valor desse pedágio? Como é cobrado esse pedágio? A Funai sabe dessa cobrança? Isso é legal? Está certo? A sociedade, que também paga impostos, pode ou não pode passar nessa estrada, que é pública, é da União? Porque a reserva é indígena, de uso dos índios, mas pertence à União.

Falo isso porque, no Rio Grande do Sul, nós temos comunidades indígenas em Nonoai, Rio dos Índios, Charrua e em outros tantos Municípios, onde há uma convivência. Inclusive, líderes indígenas vieram, com o meu apoio, ao Ministério da Justiça e tiveram uma acolhida muito respeitosa da própria Funai, no sentido de uma convivência desses indígenas que são empreendedores. Eles exploram adequadamente a terra, com sustentabilidade, em parceria com os não índios, e convivem pacificamente.

Todos estão vivendo em harmonia nessa região a que estou me referindo, em Nonoai, em Rio dos Índios. Aqui vieram esses caciques para tratar dessa matéria.

Portanto, não podemos aceitar essa selvageria. Esse crime não pode ficar inimputável.

Eu venho ocupar a tribuna hoje, nesta segunda-feira, que é praticamente a última semana em que teremos atividade no Congresso Nacional antes do recesso parlamentar, para dizer que estamos encerrando um ano de muitos desafios, de muitas dificuldades. Estamos vendo a sociedade inquieta, os agentes econômicos inquietos, o tal mercado financeiro inquieto. A pessoa que perde o seu emprego está inquieta, e, mais do que inquietos, estamos muito preocupados com o futuro.

Há, e haverá, por exemplo, uma luz no fim do túnel dessa crise que tem inflação de dois dígitos, crescimento negativo e previsão de desemprego de 12%? Essa é a grande questão. Para onde estamos caminhando?

É exatamente nessa medida que essa insatisfação aparece com manifestações populares. Não importa o tamanho; é uma insatisfação latente no coração e na mente dos brasileiros e das brasileiras.

Quando cheguei em Porto Alegre, na quinta-feira à noite, um grupo de jovens, pessoas de classe média, pessoas até com mais idade estavam lá recebendo os Parlamentares, manifestando-se a respeito do processo de *impeachment* da Presidente, de forma democrática, nada agressiva, respeitosamente, da mesma forma que, aqui, no aeroporto de Brasília, os servidores do Poder Judiciário batiam tambores para pedir que derrubássemos o veto relacionado ao reajuste. Nunca houve nenhum incidente. Foi tudo bem. Houve uma decisão, respeitaram a decisão, e foram para suas casas.

Na quinta-feira à noite, em Porto Alegre, a mesma coisa. Foram para suas casas. A manifestação foi gravada. Na sexta-feira, entrei no Brasil real, Senador. V. Ex^a conhece e tem razões até afetivas para conhecer o Rio Grande do Sul, o que me deixa feliz, por causa da nossa querida amiga Dolores.

Eu quero lhe dizer que fui, primeiro, à cidade de Carlos Barbosa – que agora é a Capital Nacional do Futsal – fazer uma palestra para produtores de leite de 110 Municípios da Cooperativa Santa Clara, que tem mais de 100 anos de dedicação à produção de laticínios e também de suínos.

Aquela manifestação era o 15º Encontro dos Produtores de Gado Registrado. Gado leiteiro registrado significa muito compromisso com qualidade e com genética, gado Holandês e Jersey. E ali estavam eles atentos, prestando atenção em palestras sobre melhoria genética, melhoria da qualidade da produção para entregar a essa cooperativa, que tem uma produção extraordinária. Uma cooperativa com cinco mil associados. Ali eu estava vendendo o Brasil real.

Na recepção do Sr. Rogério Sauthier e do Alex Guerra, vi a forma como eles tratam de superar a crise, mas são impactados por ela, porque, quando o brasileiro, ou o gaúcho, ou o catarinense, que é o consumidor, perde o emprego, ele vai parar de comprar iogurte e queijo. Aí afeta o desempenho da venda da cooperativa, da produção da cooperativa.

É nessa medida que o Brasil real se preocupa mais ainda com a crise.

Sai dali fui visitar a Tramontina, também centenária, uma empresa que orgulha não só o Rio Grande, mas o orgulha o Brasil. Exporta para 120 países. É a maior empresa do mundo, uma das maiores empresas do mundo em cutelaria. E bom verificar aquela potência, nascida ali, naquela cidade de Carlos Barbosa, que é a Capital Nacional do Futsal. E dá um orgulho muito grande ouvir o Presidente, Carlos Tramontina, com o mes-

mo ânimo, como se não houvesse crise, mas acreditando que é possível superar a crise trabalhando cada vez mais. Porém, quando começa a ver a perda de emprego, a redução do nível da atividade econômica, também a compra dos produtos da cutelaria, das facas, das panelas, das frigideiras, começa a cair. E isso reflete no próprio desempenho. Ótimo, mas é uma empresa que vende para o exterior, para 120 países. Equilibra porque exporta, porque, agora com o dólar alto, fica bem. E, hoje, o dólar está quase batendo em R\$4,00, porque há uma expectativa do que vai acontecer nesta semana. Então, essa oscilação, claro, para quem está exportando, é uma boa alternativa de melhorar o seu desempenho, porque no mercado interno, que é o grande mercado consumidor, a situação está bastante declinante.

Dali fomos visitar também uma outra empresa, já no Município de Bento Gonçalves, uma das maiores empresas fabricantes de móveis planejados, a Todeschini, que começou, há muitos anos, como uma fábrica de acordeons, Senador Medeiros. E, hoje, é uma potência.

Eu andei pelo interior da fábrica, toda mecanizada: computadores, robôs, e perguntei: isso mexe com madeira, com matéria-prima de madeira? Porque tem que cortar, serrar as peças para montar o móvel – um armário, uma cama, um banheiro, uma copa, uma cozinha. Uma coisa extraordinária, materiais de primeira qualidade, uma das fábricas mais modernas do mundo e uma das maiores fábricas de móveis planejados da América Latina. Fiquei orgulhosa de ver a Todeschini ali. Esse é o Brasil real. Eles estão aguardando uma licença do Ibama, porque a fábrica fica na área urbana dos Municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi. Então, é preciso uma licença para a fábrica triplicar de tamanho, Senador – no Brasil real, triplicar de tamanho!

Enche-nos de orgulho ver que as pessoas estão trabalhando, continuam resistindo, brava e corajosamente, a uma situação de absoluta dificuldade e falta de perspectiva no amanhã. Mas isso não tira o ânimo desses empreendedores, que foram forjados na capacidade e na coragem.

Quando o Johnny Farina falava em ampliar a fábrica, ele não nos preocupa em nenhum momento. Tem a serenidade de quem está continuando um trabalho dos seus fundadores.

Não foi diferente na visita à Cooperativa Vinícola Aurora, que faz 85 anos no ano que vem. Ela produz vinhos de alta qualidade, exporta para os Estados Unidos, os quais produzem os famosos vinhos da Califórnia, e, da mesma forma, apresentando números extraordinários. E ali estavam os produtores rurais, os trabalhadores rurais, fornecedores. Lá, naquela região da Serra, em Pinto Bandeira, na região de Bento Gonçalves e em outros Municípios, houve calor no inverno e granizo, chuva, temporal, frio e geada fora de época, arrasando grande parte da produção de uvas e de outras frutas, como kiwi, pêssego e caqui, em toda aquela região.

E o seguro agrícola. Os agricultores, esses pequenos agricultores familiares, tiveram que desembolsar para pagar o seguro, o subsídio que é dado a esses produtores, dadas as dificuldades financeiras, orçamentárias e fiscais do Governo.

Todos vieram pedir apoio. Fomos à Ministra Kátia Abreu, que entendeu o problema. Fomos lá com os líderes dos produtores de Veranópolis, da região de Farroupilha, da região de Bento Gonçalves e de Pinto Bandeira. E a Ministra teve sensibilidade de buscar, junto com o Ministro Joaquim Levy, uma compensação para encontrar nas rubricas existentes, junto com o apoio da Farsul, também do Sr. Antônio da Luz e do Presidente Sperotto, sem criar uma nova fonte de despesa, mas com o recurso existente no orçamento previsto, uma janela para realocar, de um lugar para outro, o recurso que falta para o seguro.

E, aí, foi possível, Senador Medeiros, encontrar. Então, tínhamos sugerido ao Ricardo Barros, Relator do Orçamento, que esse seguro tivesse a cobertura, para 2016, de R\$1,2 bilhão, para atender a todo o Brasil, não só àquela região, que foi mais duramente e dramaticamente afetada.

A Ministra, na contabilidade feita, dentro dessa engenharia contábil, encontrou um total de R\$800 milhões. Isso vai dar fôlego e garantia a esses produtores familiares do meu Estado.

Portanto, eu queria fazer este relato, porque o que nós vimos nessas visitas foi exatamente que este Brasil real continua trabalhando com as dúvidas, com as perplexidades e com as preocupações do que vai acontecer amanhã. Esses setores são o termômetro, para se saber como o mercado consumidor está se comportando; e, para quem fornece, como a Todeschini, para a classe A, para a classe B, para a classe C e para a classe D, porque são produtos de todos os preços, mas as camadas que mais sofreram foram as classes C e D. Isso está provado pelos especialistas, que avaliam o comportamento nesse setor.

Nós temos que superar essa fase complicada da nossa economia, para evitar que outros problemas maiores, do ponto de vista social, venham agravados com o desemprego de 12%, como foi dito pelo Maílson da Nóbrega, no encontro em que o Presidente Renan Calheiros proporcionou com o ex-Ministro da Fazenda.

Eu queria dar este testemunho para registrar a iniciativa da Ministra Kátia Abreu nesse processo do seguro agrícola, entendendo e reforçando, por conhecer profundamente o papel que tem a agricultura familiar no nosso Estado, especialmente nesse setor de alta qualificação, que é a fruticultura de clima temperado. E

vou lhe dizer mais: a agropecuária foi o único setor da economia do meu Estado que fechou 2015 em alta – o único setor –, em crescimento de 9%.

Portanto, isso revelou também, por parte da Ministra Kátia Abreu, uma sensibilidade para essas questões.

Aqui estou para entender que estamos diante de uma dificuldade bastante grave, e é preciso que trabalhemos mais.

E não adianta estabelecer que empresário é melhor que político, que político é pior que empresário, não adianta querer fazer esse tipo de coisa. O Congresso Nacional é uma fatia perfeita e acabada da sociedade brasileira. Aqui está representada a sociedade brasileira, no que ela tem de melhor e de pior. Vamos reconhecer que não somos uma sociedade de anjos. E aqui está representada a sociedade brasileira.

No ano que vem teremos eleições municipais, e penso, Senador Jorge Viana, que não adianta querer cobrar aqui ou terceirizar responsabilidades, passar tudo para a classe política. Temos problemas? Temos graves problemas. Temos políticos presos, mas isso não faz com que generalizemos que ninguém presta, como ouvi ontem, na televisão, um ator dizer.

Eu procuro fazer a minha parte, de maneira correta, de maneira honesta. É justo que uma pessoa declare a sua justa ira contra tudo que está acontecendo no País, mas não venha generalizar, porque aqui tem gente trabalhando com muita seriedade.

Obrigada, Presidente.

Se V. Ex^a me permite, o Senador José Medeiros me pediu um aparte.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É apenas para complementar, Senadora. Quando aconteceu aquela infeliz ação do ator Guilherme de Pádua, não dava para chamar todos os atores de assassinos. Um dia desses, ouvi o Boechat dizer: "Essa corja de políticos, e não escapa ninguém", no programa dele. Eu acho que não dá para generalizar. Se acontecer alguma coisa com algum jornalista, não podemos generalizar e dizer que nenhum jornalista presta. V. Ex^a expôs isso de forma muito cirúrgica. Nelson Carneiro, certa vez, quando foi preso um Deputado com cocaína e o repórter perguntou o que ele achava, disse: "Acho normal, porque somos a pura essência da sociedade brasileira. Aqui estão representados o pastor, o padre e também o traficante, as pessoas que prestam e as que não prestam". V. Ex^a, de forma pontual e muito qualificada, trouxe o assunto para cá. Não existe isso. Em determinado momento das eleições ouço dizerem: "Vamos colocar um empresário porque vai resolver os problemas" ou "Vamos colocar um técnico porque não haverá roubalheira". Ora, se observarmos o problema da Petrobras, boa parte daquelas pessoas era constituída de técnicos: o Sr. Barusco, o Sr. Paulo Roberto, o Sr. Cerveró. Então, essa cortina de fumaça passa simplesmente. Não estou aqui como procurador de ninguém, mas queria dizer que sua fala realmente traz luz a um assunto que precisa ser desmistificado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros, egresso da Polícia Rodoviária Federal, um servidor do Estado. Ouvi ontem uma atriz declarar que o Presidente da República – eu incluiria o Senador, o Deputado Federal, o deputado estadual, o vereador, o prefeito, o governador – é servidor da população. Eu me sinto uma servidora pública, mesmo eleita, mas me sinto uma servidora pública. O meu salário é pago pela sociedade. Então tenho que prestar contas à sociedade que paga meu salário. E nós todos somos servidores públicos, por isso temos que atender cada vez melhor, com mais seriedade, com mais responsabilidade, sobretudo com mais honestidade essa sociedade que está olhando para nós e cobrando com toda razão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, terça-feira, dia 15 de dezembro do corrente, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos **Vetos Presidenciais nºs 48 a 52, de 2015, dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 8, 9, 11, 15, 17, 18, 27, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 24, 28, 29, 30, 10, 13, 22, 23, 25, 26, 31, 6 e 1, de 2015**, e de outros expedientes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência comunica ao Plenário que foi recebido o **Recurso nº 13, de 2015**, interposto no dia 11 último, sexta-feira, no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 654, de 2015**.

Na sessão do dia 9, último, já foram protocolizados e lidos os Recursos nºs 11 e 12, de 2015, durante o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, apresentados também no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário.

Tendo em vista a leitura dos referidos recursos, a matéria perdeu o caráter terminativo.

Acho muito bom, pois este é o projeto que trata da flexibilização do licenciamento. É um tema muito delicado, perigoso até. Depois do crime de Mariana, não podemos tratar essa matéria de qualquer maneira. É o requerimento do Senador Randolfe, que eu subscrevo.

Tendo sido aprovado o **Requerimento nº 1.418, de 2015**, a matéria consta da pauta da sessão deliberativa de amanhã, dia 15, em regime de urgência.

É o seguinte o recurso, na íntegra:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

SF15970 66485-34

RECURSO N° 13, DE 2015

Nos termos do art. 91, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, recorremos para o plenário da decisão terminativa da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – CEDN, proferida na sua 10ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, realizada em 25 de novembro de 2015, que aprovou o PLS nº 654, de 2015 que “*dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional*”.

Sala das Sessões,

Página: 1/1 09/12/2015 11:18:59

*Manoel Gomes - Matr 7661
Recebido em 12/12/2015 Hora: 14:00*

marcelo ribeiro
*L.F.
Romário Polin*
Antônio Carlos Holanda
José Martins
J. J. Martins
*Senador RANDOLFE RODRIGUES
REDE-AP*
José Sávio
Regis
Walter Pinheiro
Christovam Buarque
Wilson D. Rego (melhor)
Regina Sousa

143081533c8e3f599576a559b28ccf799d139c

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Teotônio Vilela - Gabinete 7 - CEP 70165-900 | Brasília DF

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Convido, então, para fazer uso da tribuna a Senadora Vanessa Grazziotin.

Depois sou eu o orador inscrito; em seguida, o Senador Lindbergh; e, agora, pelo visto, a Senadora Gleisi. Então, com a palavra, V. Ex^a, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para tratar de um assunto que vem sendo matéria de destaque internacionalmente, que diz respeito ao resultado da 21^a Conferência sobre Mudanças Climáticas, que acabou de ser realizada em Paris, na França, uma conferência em torno da qual havia muitas expectativas.

E, para a nossa alegria, para a alegria do mundo inteiro, diferentemente das conferências anteriores, sobretudo a de nº 19, realizada em Copenhague, essa Conferência garantiu um resultado extremamente positivo para o mundo inteiro e para o Brasil, inclusive. Resultado, obviamente, que não é tudo aquilo que nós queríamos, que os cientistas esperavam, mas que foi, na minha concepção, além daquilo que pudesse ter sido previsto.

Mas, antes de falar desse assunto, Sr. Presidente, quero dizer que, durante a conferência das partes – e tivemos a participação de uma delegação grande do nosso País, composta por cientistas, professores, estudantes, Parlamentares, não só federais, Deputados e Senadores, mas também estaduais e municipais, uma das maiores delegações de Paris era, sem dúvida alguma, a delegação brasileira, que participou de inúmeras atividades, seja no ambiente da COP, no Centro de Conferências Le Bourget, seja no ambiente da Embaixada brasileira –, durante o evento, dois importantes encontros parlamentares aconteceram. Um organizado pela Globe, entidade internacional que agrupa e congrega Parlamentares de vários países do mundo e que tem o objetivo principal de debater as questões ambientais. A outra reunião, também importante, contou com a presença de Ban Ki-moon e de várias outras personalidades importantes nesse mundo do debate das questões climáticas, que foi a conferência interparlamentar.

Não apenas eu, mas V. Ex^a também estava lá e teve uma participação muito importante, não só como Vice-Presidente da Casa. O Estado do Acre teve um protagonismo importante, ao lado do Estado de Mato Grosso: apresentaram e assinaram um protocolo na Embaixada, antecipando as metas apresentadas pelo Brasil, que, aliás, eram as mais ousadas, as maiores do mundo inteiro: diminuir em 43% a emissão de gases de efeito estufa até 2030. Os Estados do Acre, do Governador Tião Viana, e de Mato Grosso, do Governador Pedro Taques, assinaram um protocolo, antecipando o cumprimento dessa mesma meta para o ano de 2020, o que é extremamente importante, considero.

Portanto, o clima que nós vivemos na COP foi um clima muito bom. De muita divergência, é verdade. E divergência não só na conferência em si, mas na própria delegação brasileira. E apesar das divergências de opinião, todos lá estavam imbuídos em um único objetivo: o de buscar senão um consenso, mas um acordo que pudesse ter a participação da maioria significativa.

E o que aconteceu? Saímos da conferência, pela primeira vez, com todos os países assinando uma meta obrigatória e quebrando uma série de tabus. Outros não foram quebrados, mas, na minha opinião, devem ser quebrados, e o debate continuou.

Mas nós, Parlamentares que lá estávamos, Sr. Presidente, comparávamos aquele ambiente com o ambiente vivido no Brasil no mesmo período. Um ambiente completamente diferente. De todos os países que lá estavam não há um que diga: "A nossa situação econômica está boa!". Nenhum! Porque viemos um problema de crise econômica no mundo inteiro. Mas o que víamos era que mesmo países com problemas na economia e com falta de recursos para fazer frente às suas necessidades estavam dispostos a enfrentar esse problema e a superá-lo.

Repto: diferente do que ocorre no Brasil. Enquanto em Paris o Governo brasileiro foi um grande protagonista e se dedicou à efetivação do acordo, aqui pegou fogo. Aqui as labaredas aumentaram significativamente. O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados protagonizou uma reunião que até hoje é mostrada pela imprensa como exemplo de mau comportamento.

Isso tudo porque no Brasil temos uma oposição que não se mostra nem um pouco interessada em resolver os problemas da Nação. Mostra-se apenas interessada em tirar uma Presidente legitimamente eleita do poder.

Aí, novamente: "Não, vamos retomar as manifestações públicas!". Pois bem, as manifestações aconteceram no dia de ontem. Qual foi a quantidade de pessoas?

Eu quero aqui apenas me reportar, Senador Jorge, ao que diziam as matérias que li nos jornais, ouvi pelo rádio e vi pela televisão. Nas matérias, dizia-se que os manifestantes presentes aos atos estavam em número bem menor do que no passado, do que no passado, do que no passado. Bem menor. Agora, por que isso?

Primeiro, eu quero aqui ousar, ao fazer uma avaliação muito simples. Aquelas manifestações, para a grande maioria da população brasileira, ficou claro que eram manifestações partidárias, eram manifestações que tinham um único objetivo: o *impeachment* da Presidente Dilma. A essa manifestação eu penso que o recado da população brasileira, no dia de ontem, foi: "Não! Desses manifestações eu não participo!".

Vamos lembrar as manifestações que tivemos algum tempo atrás, acho que no final de 2013. Centenas de milhares de pessoas, milhões de pessoas, nas ruas, em manifestações que superaram todas as manifestações históricas já ocorridas no Brasil. Mas por que a população foi às ruas, em grande parte, de forma espontânea? Foi para lutar por um transporte coletivo de mais qualidade, foi para lutar pela melhoria na assistência à saúde do nosso País, foi para lutar por cidades melhores para se viver. Ou seja, por questões objetivas.

Ontem, não! Ontem, os bonecos da Fiesp se misturavam a bonecos que eu sei lá quem levou, que partido levou bonecos desrespeitosos, aliás, em relação ao ex-Presidente Lula e à Presidente Dilma.

Repto: o único objetivo era mobilizar o povo a favor do *impeachment* da Presidente Dilma. Esses não devem estar satisfeitos, no dia de hoje, nem um pouco, porque a sua intenção não foi consumada no dia de ontem. Um vexame. Um vexame! Parlamentares algemando bonecos do ex-Presidente, como eu li, no noticiário, lá no meu vizinho Estado do Pará. Ou seja, a população brasileira já disse: "Para isso eu não vou para a rua. Eu vou para a rua lutar para melhorar o País".

Portanto, eu não poderia, Sr. Presidente, subir à tribuna para falar sobre a COP e deixar de falar a respeito desse assunto.

Pois não, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Vanessa, estou inscrito para falar depois, mas quero dizer que, de fato, a presença nas manifestações caiu muito em relação à observada do começo do ano para cá. Isso se deu por vários motivos. Primeiro, a Oposição se aliou, sem escrúpulos, ao Presidente da Câmara Eduardo Cunha.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – PSDB e DEM estão de mãos dadas com o Eduardo Cunha, e as pessoas desconfiaram desse processo. E mais: há um fla-flu da Oposição que está paralisando o País, paralisando a economia também. Enganam-se os senhores que pensam que o desgaste é só do PT e do Governo da Presidenta Dilma: é de todos. A população brasileira está dizendo que uma parcela da Oposição não está pensando na resolução da crise econômica e política, está em um fla-flu que não acaba nunca, que está levando este País a um impasse. Terceiro: é importante falar também sobre as fragilidades jurídicas. Não aguento mais escutar: "Está na Constituição!" Só que a Constituição, Senador Jorge Viana, coloca vários procedimentos que têm que ser obedecidos. É de uma fragilidade impressionante... Li a peça do pedido do *impeachment* neste final de semana e vou falar sobre isso aqui hoje. Acho que isto começa a aparecer de forma mais clara para as pessoas: há um golpe em curso, porque tenho certeza de que, com esses argumentos que foram lançados, tanto pelo jurista Hélio Bicudo, quanto por Miguel Reale Júnior, não há possibilidade alguma de esse processo ter consequência, ter prosseguimento. Então, quero parabenizar V. Exª por seu discurso. Devo dizer que o Presidente do Senado Renan Calheiros acertou, Senadora Vanessa, quando disse, respondendo ao Supremo Tribunal Federal – que vai responder, na próxima quarta-feira, e definir o rito do processo – que é o Senado Federal que tem que autorizar o início do processo. A Presidente da República só é afastada depois de o Plenário do Senado Federal, Senador Jorge Viana, se pronunciar. Foi assim no caso de Collor de Mello. A admissibilidade do *impeachment* do Presidente Collor de Mello aconteceu no dia 29 de setembro na Câmara dos Deputados...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... só que o processo veio para o Senado, foi instalada uma Comissão, houve uma votação aqui no plenário e só depois o então Presidente da República foi afastado. Quero parabenizar V. Exª e quero dizer que vou entrar fundo nesse debate jurídico em meu pronunciamento logo em seguida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lindbergh, agradeço o aparte de V. Exª – e agradeço ao Senador Jorge Viana, que, mesmo eu falando pela Liderança, permite apartes.

Estamos numa segunda-feira, e no momento de questões importantes.

Quero apenas fazer um paralelo relativamente ao que disse V. Exª, Senador Lindbergh: já pensou se fosse o PSDB que estivesse dirigindo, ou participando, as negociações em Paris em torno da COP? Sairíamos de lá todos frustrados, sem nenhuma negociação. Olha só do que o mundo foi capaz: o mundo foi capaz de colocar,

numa mesma mesa, países com interesses completamente opostos. E esses países protagonizaram, em benefício da humanidade, um acordo importante, um acordo significativo.

Mas aqui no Brasil, Senador Lindbergh, como disse V. Ex^a, o PSDB, que tudo de mais retrógrado e atrasado pode ser, coloca a Dilma como uma televisão velha, como se ela fosse atrasada. Para mim, atrasado é quem constrói a estrutura do Estado a serviço de uma minoria. Isso é atrasado, esse é o conceito do que é atrasado. Então, um governo que não deixou que nenhuma CPI funcionasse, um governo que não deixou que o Ministério Público fosse independente, um governo que privatizou, a preço de banana, um grande patrimônio que hoje poderia estar ajudando o nosso processo de desenvolvimento de forma mais direta, não é um governo moderno – nem essa é a política moderna.

Então veja: eles estão preocupados não com a população brasileira, não com o nível de desemprego. Eles estão preocupados é em tirar a Presidente Dilma do poder.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E repito: não porque seja ela uma mulher – apesar de achar que ela sofre muita discriminação pelo fato de ser mulher – mas pelo que ela representa, pelo projeto que ela representa. Acho interessante, Senador Lindbergh e Senadora Gleisi, que aqui façamos, de fato, o debate sobre a questão técnica.

Cheguei de viagem, mas não fiz outra coisa a não ser ler os noticiários. Não vou citar o jornal, mas há um jornal no Brasil que, desde ontem, vem saindo com um editorial que considero desrespeitoso à Presidente Dilma, um editorial que tomou posição. A manchete do editorial do dia de ontem era “Irresponsabilidade como método”; a do dia de hoje é “O vale-tudo de Dilma”.

E critica o quê, Senador Lindbergh? Critica o fato de a Presidenta Dilma estar reunindo um número importante de juristas para enfrentar esse debate, que é técnico, porque a Constituição da República não prevê que nenhum Presidente ou Presidenta da República seja cassado por razões políticas, só podem ser cassados quando houver crime de responsabilidade – e esse crime de responsabilidade tem que estar claro, o que não é o caso no dia de hoje. É isso que os juristas estão tentando fazer.

Pois bem, o editorial desse jornal tenta diminuir as conclusões desses juristas. Vou ler o que diz um desses editoriais, Senador Jorge Viana, para concluir o meu pronunciamento. Abro aspas:

Outro argumento criativo [segundo editorial desse grande jornal do Brasil] foi apresentado pelo jurista Heleno Torres [aliás, de grande respeito e que vem dando uma grande contribuição para o desenvolvimento do nosso País, sobretudo nessa questão tributária do contencioso], para quem só será possível dizer se Dilma cometeu ou não um crime passível de *impeachment* quando suas contas forem julgadas pelo Congresso. Assim, por esse raciocínio, deve-se ignorar a contundente conclusão dos técnicos do Tribunal de Contas da União.

Ora, Tribunal de Contas da União não julga conta nenhuma.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele dá parecer prévio.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um aparte? A situação é mais grave ainda...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim.

Parecer prévio, Senador! Não julga nada, quem julga é o Congresso Nacional.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas veja V. Ex^a...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder.) – Pois não, Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A situação é mais grave ainda: está claro na Constituição que o Presidente só pode ser julgado por atos do seu mandato. No caso concreto desse pedido de *impeachment* ...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... só foi aceita a parte que fala de 2015. A parte de 2014, Senador Jorge Viana, o Presidente da Câmara não aceitou. Então, veja, não foi nem apreciado pelo Tribunal de Contas da União! Nós nem encerramos o ano! É mais grave, porque, se fosse 2014, você poderia dizer: “Ah, o Tribunal de Contas...” V. Ex^a tem razão, tem que ser votado pelo Congresso. Mas nós estamos falando do pedido concreto do *impeachment* em 2015, um ano que não acabou ainda. Não foi julgado pelo Tribunal

de Contas da União e nem pelo Congresso Nacional. Eu só queria fazer um aparte para mostrar como é grave esse problema na argumentação jurídica dos proponentes desse pedido de *impeachment*.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço e quero dizer que lamento muito um jornal baixar o nível dessa maneira, Senador Jorge Viana, porque não é um editorial, são editoriais sequentes tentando desvalorizar, desqualificar teses juridicamente quase perfeitas, eu diria, juridicamente corretas.

Veja: é a Constituição da República que diz que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Por mais que as contas estejam erradas... E eu não quero falar só do Governo Federal não, vamos pegar as contas do Governo de um Estado: se o Tribunal der parecer contrário, mas as Assembleias Legislativas – no caso de prestação de contas de Governador – rejeitarem o parecer do Tribunal e aprovarem as contas, não há nenhum crime cometido, porque quem julga não é o Tribunal.

E aí eles vêm dizendo isto: que foi criativo o Dr. Heleno. O Dr. Heleno está apenas interpretando a Constituição à luz da serenidade – tudo o que eles não estão fazendo neste momento.

Então, Sr. Presidente, eu quero lamentar muito que o clima no Brasil venha piorando. Espero que o dia de ontem tenha servido de sinalização, mas uma sinalização para a Oposição de que o que a população quer é sair da crise, é isso que a população quer. Isso é diferente do que quer o PSDB, do que quer o DEM, que é tão somente tomar o poder sem ter vencido as eleições.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E para isso não há outra denominação, Sr. Presidente, a não ser esta: golpe.

Mas o povo brasileiro é um povo que sabe o que quer, critica – e tem que criticar – mas sabe o que quer, e sabe que não é hora de o Brasil apoiar, de a população apoiar qualquer tipo de iniciativa que represente um golpe.

Aliás, a falta de escrúpulos não é só naquilo que levantou o Senador Lindbergh, a falta de escrúpulos é que eles se permitem ficar ao lado daqueles que defendem a volta da ditadura.

Um Deputado conhecido de todos, militar, Deputado do Estado do Rio de Janeiro e que tem um filho que é Deputado, acho, pelo Estado de São Paulo, esteve na minha terra, esteve na minha cidade nestes últimos dias, e lá defendeu abertamente o *impeachment* – lá foi as rádios convocar o povo para as manifestações – mas não teve sucesso. Saiu do Rio para convocar o povo de Manaus – a manifestação de Manaus foi um fiasco, um fiasco.

Então, o que eu acho é que esse desejo de chegar ao poder sem vencer as eleições é tanto que eles não se importam nem um pouco de estar ao lado daqueles que levantam cartazes pedindo a volta da ditadura militar.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senadora Vanessa, e passo aqui para o Senador Paim a Presidência – ou para V. Ex^a – para que eu possa usar a tribuna e, em seguida, o Senador Lindbergh.

Sou eu, agora, como orador inscrito.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem a palavra o Senador Jorge Viana pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente Paulo Paim e todos os que me acompanham pela Rádio e pela TV Senado, bem como a população do Acre.

Como eu, inclusive, noticiei, estava acompanhando a COP 21 na condição de Vice-Presidente do Senado, de membro da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Mudanças Climáticas, Comissão Mista, Senado e Câmara.

Estou muito contente com o resultado. Acho que todos nós devemos celebrá-lo, independentemente de um questionamento ou outro. Quero aqui valorizar o papel da Ministra Izabella Teixeira, chefe da delegação, da Presidenta Dilma, do Ministro Luiz Eduardo Figueiredo e de toda a equipe, cujos nomes vou fazer questão de citar daqui a pouco.

Mas, Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, antes de falar da COP 21, queria me referir às manifestações de ontem. Eu queria me referir a esta crise política que estamos vivendo.

Hoje eu dei repercussão a uma entrevista minha que o jornal *El País* publicou, uma entrevista longa sobre esta crise política que o Brasil atravessa.

De norte a sul no Brasil, há um questionamento só: quando terá fim esta crise política? A crise econômica tem origem em fundamentos econômicos? Tem, mas boa parte dela só será superada se nós pusermos fim a esta crise política que estamos vivenciando.

As manifestações de ontem foram um capítulo importante desse enredo. Setores da Oposição, setores da imprensa brasileira e especialmente aqueles que, de maneira organizada na Câmara dos Deputados, tentam articular o *impeachment* da Presidenta Dilma, ficaram frustrados ontem – para usar uma palavra amena.

Foi uma frustração só. Eu acompanhei por veículos de comunicação: era uma forçação de barra que dava vergonha de assistir.

A repercussão de alguns grandes jornais... A GloboNews, confesso que não sei em que escaninho deixaram o profissionalismo. Era uma tentativa de dar uma dimensão – e eles não sabiam qual dimensão teria – a algo que não expressava a realidade, não sei se para enganar quem estava assistindo ou se era uma frustração pela torcida evidente que alguns externavam. Queriam milhões de pessoas nas ruas; apostaram em milhões de pessoas pedindo o *impeachment* aqui na Capital, em São Paulo, no Rio, em muitas cidades.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer, caro Senador Lindbergh, que respeito quem foi para a rua. Acho que todos nós devemos respeitar a opinião pública sim. Ela está frustrada, seja com o nosso governo, com o resultado das eleições, uma parte. De fato, nós temos, sim, parte importante da culpa sobre essa frustração que a opinião pública brasileira vive. Nós somos parte da política. Agora, o que não dá é para esconder aquilo que a oposição quer esconder: a opinião pública identificou, sim, um conluio da oposição com o Sr. Eduardo Cunha. Tentaram enganar a população, fazendo de conta que o *impeachment* é algo da Constituição e que o cumprimento da Constituição leva ao *impeachment* da Presidenta Dilma. Isso é mentira! Está previsto o *impeachment* na Constituição, sim, mas não um *impeachment* forjado.

Bem colocou, ainda há pouco, o Senador Lindbergh em um aparte à Senadora Vanessa. Eu ouvi, Senador Lindbergh, os dois signatários da proposta de *impeachment*, porque eles tinham apresentado uma proposta de *impeachment*, aquela recusada pelo Sr. Eduardo Cunha, e eles fizeram um corta, copia. Eles falaram isso na CBN. Eu ouvi: "Não, estou fazendo só um corta, cola, copia para poder atender umas exigências para que possa vir a ser aceito." E nesse corta, cola, copia, eles fizeram algo bárbaro. Estão colocando que o *impeachment* da Presidenta Dilma está baseado nas tais pedaladas contábeis. Mas esquecem – ouvi aqui do Líder do PSDB – que esse tipo de terminologia é usado para algo que os governos sempre fizeram neste País, inclusive o do Fernando Henrique, que fazia, praticava.

Agora, vão querer fazer um *impeachment* da Presidenta Dilma baseado em algo que ocorreu no mandato passado? Isso é absolutamente inconstitucional e ilegal. Para fazerem baseado, como disse o Senador Lindbergh, no Orçamento de 2015, têm de esperar pelo menos o relatório que virá do Tribunal de Contas da União no próximo ano e ele ser apreciado pelo próprio Senado.

Isso é o que eu chamo de um atalho à Constituição. Está evidente que há, sim, uma intenção de alguns escaparem, sobreviverem às acusações a que estão submetidos, como é o caso do Presidente da Câmara, tentando trabalhar a ideia de tirar um governo porque está mal avaliado, um governo que está apenas tentando começar o seu segundo mandato. É o caso da Presidenta Dilma.

Eu sou daqueles que reconhecem os nossos erros. Eu sou daqueles que reconhecem que temos uma dívida com a sociedade, que temos que procurar resgatar o respeito daqueles que votaram na gente e daqueles que não votaram em nosso governo. Mas não podemos fazer como a oposição quer fazer.

Eu acho que aqueles que, ontem, foram para as ruas têm que ser levados em conta. São pessoas que questionam o momento que o País vive, o nosso governo e, especialmente, a política do nosso País hoje. Aqueles que foram para as ruas, aqueles que estavam lá, pelo menos na minha percepção, estavam lá com suas posições claras: querendo o *impeachment* da Presidenta Dilma. Mas e os que ficaram em casa, que alguns contavam que iriam – já tivemos, em 2013, milhões de brasileiros –, por que não foram? A convocação era a mesma. Ninguém nem entendia em 2013. Foi pela internet. É um a um? E, nessa história de convocação, alguns disseram que não houve tempo de convocar. Foi convocada por presidente de partidos de oposição, por lideranças, pela própria imprensa e pelos mesmos meios. Eu acho que a grande maioria da população ficou em casa porque entendeu que há, sim, um esquema montado da oposição com o Sr. Eduardo Cunha para tentar tirar de qualquer jeito a Presidenta Dilma do Governo. E isso, o povo não é bobo. E acho que a carapuça tem que ser vestida por todos, especialmente por quem faz oposição neste Brasil: a falta de credibilidade é para a política neste País. Então, fica aqui este registro.

Eu tenho muita confiança de que, esta semana ainda, o Supremo Tribunal Federal ponha as coisas nos eixos. Eu tenho confiança de que fique bem claro que o nosso Senado Federal, a Casa da Federação, tem a palavra final nessa questão e que o Sr. Eduardo Cunha, com aqueles que o apoiam e mais aqueles da oposição que estão associados a ele, possam entender o recado das ruas de ontem.

Por fim, então, para concluir, Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um registro. Tive o privilégio e a sorte, como engenheiro florestal que sou, por ter sido Governador do Acre por oito anos, por ter sido Prefeito de Rio Branco, por ter trabalhado com Chico Mendes, de ter me vinculado diretamente a essa causa, a causa ambiental, à busca pela promoção do desenvolvimento sustentável, e, por isso, agradeço o privilégio de ter participado, como participei, de mais de 20 eventos na COP 21, seja na Embaixada do Brasil, seja em Le Bourget.

Vários colegas estavam lá, Deputados, Senadores e Senadoras, e o melhor é ver o meu País, ver o nosso Brasil cumprindo um papel de protagonista importante para que o mundo pudesse firmar um acordo. Não é pouca coisa: 195 países do mundo firmaram um acordo. Fazer um acordo que envolva compromissos, que mexem com o modelo, com o tempo do desenvolvimento de cada país, que estabelece regras e precauções, prevendo proteção para gerações futuras não é nada fácil.

O acordo saiu e ele, também, é fruto do empenho – e vale o registro – da Presidenta Dilma, que deu o aval, do Presidente Lula, de todos aqueles que ajudaram quando nós fizemos a ECO 92, depois a Rio+20. O Brasil foi endereço desses dois grandes momentos, que levaram à COP 21 de Paris. Queria falar que os avanços são extraordinários: os países, agora, devem trabalhar para que o aquecimento global fique abaixo dos 2 graus. Isso é uma grande novidade! E se estabeleceu a busca do limite de, no máximo, 1,5 grau Celsius.

Também de uma questão determinante: o financiamento, por parte dos países ricos, àqueles países que estão em desenvolvimento, ou buscando se desenvolver. E o acordo prevê o investimento anual, até 2025, de US\$100 bilhões por ano. Isso é da maior importância. Era uma parte difícil do acordo.

O acordo também será revisto a cada cinco anos. Ele tem um modelo de progressão. O acordo contempla a proposta brasileira, que faz uma diferenciação: o nível de ambição das contribuições visando a mitigação e a adaptação está relacionado às responsabilidades e à capacidade de cada país. Isso foi uma proposta do Brasil. Os países desenvolvidos devem continuar a ter metas de redução absoluta. Ou seja, aqueles que já colaboraram negativamente com as emissões vão ter que ter uma redução absoluta. E isso abre espaço para os países em desenvolvimento implementarem as ações diversificadas e, progressivamente, alcançarem essas ambições.

O Primeiro-Ministro da Índia deixou bem claro: as emissões da Índia nos tempos de hoje são muito próximas do que eram as emissões dos Estados Unidos no século XIX, final de 1800. As emissões do Brasil de hoje, Senadora Gleisi – vou ouvir V. Ex^a –, são muito parecidas com as emissões da Inglaterra na Revolução Industrial, final do século XIX.

Por isso que eu queria aqui cumprimentar a Ministra Izabella Teixeira e o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que é o nosso Embaixador em Washington e que estava lá por determinação da Presidenta Dilma, que têm a memória, fizeram, trabalharam a Rio+20, estavam lá e cumpriram um papel primoroso, elogiado por todos os líderes, o papel que o Brasil cumpriu no diálogo entre países em desenvolvimento, países pobres e os países ricos. E o Brasil chegou com a autoridade de um país que está fazendo seu dever de casa. O Brasil estabeleceu metas, já está alcançando essas metas, antes de 2020 cumprirá seus compromissos e tem a autoridade de ajudar a escrever esse acordo.

Eu ouço rapidamente a Senadora Gleisi e a Senadora Vanessa. Senadora Gleisi, por gentileza.

E eu vou ler daqui a pouco toda a equipe do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Paulo Campos, lá de Paris, que cumpriu um papel, o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Embrapa, toda uma equipe técnica brasileira, que foi determinante para que o papel do Brasil fosse de um grande e importante protagonista nesse acordo do clima, que o mundo inteiro elogia, e eu pretendo citar daqui a pouco.

Eu ouço V. Ex^a.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge Viana. Eu queria parabenizar V. Ex^a também por sua participação na COP. V. Ex^a se dedica muito a esse tema na Casa. E grandes avanços que nós tivemos aqui, em termos de legislação, partiram de iniciativas de V. Ex^a. E queria aproveitar também para, junto com V. Ex^a, parabenizar a Ministra Izabella, e, em particular, o Figueiredo, que foi nosso Embaixador junto à OEA e agora está junto à ONU, que tem um relevante trabalho na área ambiental. Tive oportunidade de ser Ministra-Chefe da Casa Civil quando realizamos a Rio+20. Acompanhei de perto os preparativos, o envolvimento do nosso Ministério de Relações Exteriores, o nosso Ministério do Meio Ambiente, e vi a importância que o Brasil tem nesses acordos internacionais, como o Brasil tem liderança, como o Brasil tem peso com a sua fala, com a demonstração do que faz aqui. Nós só temos do que nos orgulhar, porque temos colaborado muito para reduzir a emissão de gases. Aliás, nós reduzimos demais o nosso desmatamento na selva amazônica. Quero aqui, inclusive, cumprimentar o Exército Brasileiro, as Forças Armadas, que têm ajudado muito nesse enfrentamento. Eu lembro que tínhamos desmatamentos de mais de 20, 25 mil quilômetros quadrados. Hoje, a gente mal chega a 400 quilômetros quadrados, estamos mantendo a nossa mata amazônica preservada, conservada. Isso se deve muito à articulação do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério de Relações

Exteriores e também às Forças Armadas. Então, eu queria, junto com V. Ex^a, unir esforços para parabenizar a Ministra Izabella, o Luiz Alberto Figueiredo, toda a nossa comitiva, inclusive dos Parlamentares que estiveram na COP, trazendo para o mundo um resultado tão positivo, em que todos os países estão comprometidos com a questão ambiental e com a redução da emissão de gases.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Senadora Gleisi. Eu agradeço e cumprimento V. Ex^a, que, como já ficou registrado, ajudou na coordenação do trabalho brasileiro na Rio+20. E que fique bem claro: foi exatamente na ECO 92 que o mundo começou a trabalhar esse tema, a preocupação com a mudança do clima, com a biodiversidade, culminando com esse acordo que sucede em Quioto, assinado em Paris.

Eu queria fazer a leitura, e pedir para constar nos *Anais do Senado Federal*, da equipe que ajudou nas negociações, fazendo do Brasil um protagonista da maior importância na COP 21. Primeiro, a Ministra Izabella Teixeira, com a sua assessoria direta, inclusive cito aqui o Luizão, mas os Embaixadores do Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, o nosso gaúcho, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, o Ministro Raphael Azeredo, o Ministro Éverton Lucero – pessoas que dormiam pouco, trabalhavam muito, num esforço, de fato, de equipe –, o Conselheiro Paulo Chiarelli, o Secretário Felipe Ferreira, o Secretário Rafael de Soler, o Secretário Túlio Andrade, o Secretário Guilherme Lima, o Secretário Luiz Andrade.

Do Ministério de Ciência e Tecnologia, cito Lidiane Melo, Moema Corrêa, Andrea Araújo, Marcela Raposo, Márcio Cruz.

Do Ministério do Meio Ambiente, cito José Miguez, Adriano Oliveira, Letícia Guimarães, Thiago Mendes, Haroldo Machado. Cito o Secretário do Clima, Carlos Klink. Aproveito para cumprimentá-lo, porque ele cumpriu um papel fundamental também nesse trabalho anterior à COP 21 e durante a COP 21. Cumprimento ainda Mario Mendes, Mariana Egler, Marcelo Rocha, Adriano Santiago de Oliveira, Letícia Guimarães.

Da Embrapa, cito Gianpaolo Pellegrino e Gustavo Mozzer.

Peço, Sr. Presidente, que possa constar nos *Anais do Senado* nosso reconhecimento. Vamos aprovar uma moção de aplausos ao trabalho liderado pela Ministra Izabella Teixeira e pelos Embaixadores Antônio Marcondes de Carvalho e Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Devo dizer também da nossa presença parlamentar. Como eu disse, de mais de 20 eventos nós participamos. Eu queria dizer da minha alegria, da minha satisfação de ter participado, inclusive, como palestrante, no Dia do Acre, que foi coordenado pelo Governador Tião Viana.

Na Embaixada, também foi assinado um compromisso pelo Governador do Acre, Tião Viana, com a Ministra Izabella Teixeira, como também pelo Governador Pedro Taques, do Mato Grosso. Também o Estado de Mato Grosso está procurando ter no Acre uma referência nesse aspecto ambiental. Foi assinado um compromisso do Desmatamento Ilegal Zero nesses dois Estados a partir de 2020.

Ficou muito evidente o trabalho feito no Acre ao longo desses anos, onde tive, de alguma maneira, sem falsa modéstia, o papel de colaborador, como Governador e como Prefeito. Depois, veio o Governador Binho e agora o Governador Tião Viana. Mas fiz questão de frisar que o trabalho no Acre foi feito por muitos atores e autores...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... por muitas entidades, como o Movimento Socioambiental. E me orgulha muito ter sido parte dele. Aliás, participar do Movimento Socioambiental foi o que me trouxe para a política.

Ouço a Senadora Vanessa, para poder, rapidamente, pôr fim ao meu pronunciamento, já que meu tempo se esgotou.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A direção dos trabalhos tem sido muito benévole com os oradores. Certamente, o Senador Paim assim procederá com V. Ex^a também, Senador Jorge Viana. Apenas quero solicitar a permissão de V. Ex^a para assinar essa moção que V. Ex^a apresenta à Mesa. Seria importante, Senador Jorge Viana, que ela pudesse ser assinada pelo maior número possível de Senadores. Acho que o Senado Federal, Senadores e Senadoras, deve esse reconhecimento a essa delegação. V. Ex^a, acertadamente, faz a leitura de todos os nomes da tribuna. Quero dizer, Senador Jorge Viana, que um dos paradigmas que se quebrou, graças ao empenho dessa equipe que V. Ex^a acabou de pronunciar, foi o paradigma de que apenas os países ricos devem ser responsabilizados e terem metas obrigatorias internacionalmente. Hoje, todos têm de ter essas metas dentro de responsabilidades diferenciadas. Ou seja, um país rico tem um compromisso maior do que um país emergente e do que um país subdesenvolvido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aliás, eles têm agora a obrigação de financiar os países em desenvolvimento.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente, têm a obrigação de, no mínimo, aportar US\$100 milhões a cada ano no Fundo Verde.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São US\$100 bilhões.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eles têm a obrigação de, no mínimo, aportar US\$100 bilhões a cada ano no Fundo Verde. Então, essa proposta, que penso que foi muito importante, a mais importante de todas, foi muito trabalhada pela delegação brasileira, Senador Jorge Viana. Eu apenas sugiro que V. Exª faça da sua moção a moção do Senado Federal. Isso seria muito importante. No mais, eu o cumprimento também pelos vários trabalhos que realizou lá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós os realizamos. V. Exª também foi bem ativa. Fiquei muito orgulhoso com o que um grupo suprapartidário de Parlamentares fez também na COP.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu lhe agradeço.

Eu só queria, Sr. Presidente, que constasse também nos *Anais da Casa* os principais pontos do acordo do clima aprovados.

Aceito a sugestão da Senadora Vanessa. Vou fazer uma moção de aplauso e vou buscar obter a assinatura da maioria dos Senadores e das Senadoras para cumprimentar a equipe brasileira que trabalhou no acordo do clima em Paris, liderada pela Ministra Izabella Teixeira, pelo Embaixador Marcondes, pelo Ministro Figueiredo e, obviamente, pelo nosso Embaixador em Paris, Paulo Campos, que, com sua equipe toda, também está de parabéns pela organização de um número enorme de eventos na Embaixada do Brasil.

Então, ficam aqui registrados os mecanismos encontrados de desenvolvimento limpo que o Brasil propôs, a transparência que o acordo prevê, o financiamento estabelecido na Cooperação Sul-Sul e também dos ricos para os mais pobres, o REDD+, que também foi aprovado.

As florestas passam a ter um papel muito importante a partir de agora, como bem colocou a Ministra Izabella Teixeira – abro aspas:

Ele [o acordo] reflete todas as posições que o Governo brasileiro defendeu. Tem a visão de longo prazo abaixo de 2°C em direção a 1,5°C [para que não haja um desastre maior ainda do ponto de vista da mudança do clima]. Fala dos recursos de US\$100 bilhões por ano até 2025, e isso está no corpo da decisão. Trata da visão balanceada de mitigação e de adaptação [essas são questões fundamentais]. Traz a questão da transparência do sistema único, garantindo os meios para que os países em desenvolvimento possam desenvolver seus sistemas, assegurando a soberania nacional, mas também contando com o apoio para a implementação. Fala do REDD+ [...].

Enfim, fala-se dos mecanismos de desenvolvimento limpo. Vamos para uma fase em que realmente se faz o enfrentamento da mudança no clima, com o que todos os países estão comprometidos. Então, para mim, isso é fundamental.

Hoje, li também a posição do nosso querido Leonardo Boff, que, junto com a Presidenta Dilma, faz aniversário hoje – abro aspas:

A COP 21 apresenta um inegável avanço face a todas as Convenções das Partes realizadas anteriormente. Só nesta se chegou a um acordo entre os 195 países de se esforçarem para não permitir que o aquecimento global [a mudança na temperatura] chegue a 2°C, retrocedendo para 1,5°C. Muita coisa tem que mudar especialmente nas políticas das grandes petroleiras e da indústria à base de carvão.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Parlamento vai ter de mudar também. A partir de agora, a cada lei que formos votar aqui, no Congresso, vamos ter de nos perguntar se ela ajuda o Brasil a cumprir seus compromissos, se ajuda o mundo a cumprir o compromisso do Acordo de Paris ou não. Essas são questões fundamentais.

Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da ONU, escreveu: “O Acordo de Paris define a etapa para o progresso para acabar com a pobreza, fortalecer a paz e garantir uma vida de dignidade e oportunidade para todos.”

O Presidente Obama diz: “O avanço é enorme. Quase todos os países do mundo acabam de assinar o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, graças à liderança de vários países.” Foi o que ele escreveu.

Disse a Presidenta Dilma: “Nós nos congratulamos com todas as Nações de todos os povos do mundo por essa conquista que assegura o desenvolvimento sustentável, a preservação do Planeta e as condições de vida de toda a humanidade.”

Então, é grande o número de pessoas e de entidades não governamentais a se manifestarem.

Concluo com o posicionamento do Papa Francisco: "A cúpula sobre o clima terminou em Paris com um acordo que bem podemos qualificar como histórico. A sua aplicação exige um compromisso unânime e um generoso empenho de cada um."

De fato, para esse compromisso ser alcançado, cada cidadão dos sete bilhões de habitantes desse Planeta tem um papel a cumprir, além dos governos, das instituições e das empresas.

O Papa chama "a comunidade internacional, na sua totalidade, a prosseguir com empenho o caminho encetado, num sentimento de uma solidariedade que deve ser sempre cada vez mais ativa".

Concluo, Sr. Presidente, pedindo que constem nos Anais os nomes de todos os que se empenharam como parte da equipe de negociação do Brasil e também os principais pontos desse acordo, para que se registre na história o papel de nosso País e a importância histórica desse acordo assinado em Paris.

Amanhã, vou apresentar moção de aplauso a toda a equipe de negociação do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Delegação do Brasil/Equipe negociadora;
- Principais pontos de acordo do clima aprovado.

Delegação do Brasil/Equipe negociadora:

(Ministério de Relações Exteriores)

Emb José Antônio Marcondes de Carvalho

Emb Luiz Alberto Figueiredo Machado

Ministro Raphael Azeredo

Ministro Éverton Lucero

Conselheiro Paulo Chiarelli

Secretário Felipe Ferreira

Secretário Rafael de Soler

Secretário Túlio Andrade

Secretário Guilherme Lima

Secretário Luiz Andrade

(Ministério Ciência e Tecnologia)

Lidiane Melo

Moema Corrêa

Andrea Araújo

Marcela Raposo

Marcio Cruz

(Ministério do Meio Ambiente)

José Miguez

Adriano Oliveira

Leticia Guimaraes

Thiago Mendes

Haroldo Machado

Carlos Klink

Mario Mendes

Mariana Egler

Marcelo Rocha

Adriano Santhiago de Oliveira;

Leticia Guimarães;

(Embrapa)

Gianpaolo Pellegrino

Gustavo Mozzer

PRINCIPAIS PONTOS DE ACORDO DO CLIMA APROVADO:

- Países devem trabalhar para que aquecimento fique muito abaixo de 2°C, buscando limitá-lo a 1,5°C;
- Países ricos devem garantir financiamento de US\$ 100 bilhões por ano;
- Acordo deve ser revisto a cada 5 anos;
- PROGRESSÃO: o acordo contempla a proposta brasileira de diferenciação concêntrica. O nível de ambição das contribuições de mitigação está relacionado com as responsabilidades e capacidades de cada país. Os países desenvolvidos devem continuar a ter metas de redução absoluta. E abre espaço para países em desenvolvimento implementarem ações diversificadas e progressivamente mais ambiciosas.
- DIFERENCIADAÇÃO: está refletida no texto, tanto no preâmbulo, no propósito e de modo específico em cada elemento do acordo, de modo a tornar operacional o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas.
- FINANCIAMENTO: os países desenvolvidos se comprometem a prover recursos financeiros para ações nos países em desenvolvimento. Outras partes são encorajadas a prover apoio voluntariamente, o que abre para o reconhecimento de ações brasileiras nessa área, como a Cooperação Sul-Sul.
- TRANSPARÊNCIA: o acordo prevê um sistema robusto e reforçado de transparência sob a Convenção.
- MECANISMO: o acordo incorporou a proposta conjunta Brasil-UE de um mecanismo de desenvolvimento sustentável, semelhante ao MDL sob o Protocolo de Quioto.
- REDD+: o acordo permite reconhecimento e pagamento por resultados das ações de combate ao desmatamento do Brasil e será fundamental para ajudar na implementação da NDC brasileira.

POSIÇÃO DA MINISTRA IZABELLA TEIXEIRA

Sobre o acordo: "Ele reflete todas as posições que o governo brasileiro defendeu. Tem a visão de longo prazo abaixo de 2 graus em direção a 1,5 grau. Fala dos recursos de 100 bilhões de dólares por ano até 2025 e isso está no corpo da decisão. Trata da visão balanceada de mitigação e adaptação. Traz a questão da transparência do sistema único garantindo os meios para que os países em desenvolvimento possam desenvolver seus sistemas, assegurando a soberania nacional, mas também contando com o apoio para a implementação. Fala da adoção do REDD+ e do CDM+, um novo mecanismo para o mercado. E ainda tem a questão da flexibilidade e progressão, baseada na diferenciação concêntrica, que é exatamente a ideia do Brasil".

"São dois ciclos: um que começa em Bali (2007/COP 13) e outro em 2011, em Durban (COP 17), quando o Brasil declara que topa fazer um acordo único e abre o caminho até Paris. Esse caminho que estamos consolidando hoje, mas temos de implementar a iNDC, trabalhar nacionalmente o sistema de MRV (mensuração, relato e verificação) para ter segurança jurídica, para termos investimentos para o setor privado, além dos recursos públicos, ou seja, vamos para uma fase de realmente fazer o enfrentamento de mudança do clima em que todos os países estão a bordo (são mais de 186 países)" .

Leonardo Boff:

"A COP 21 apresenta um inegável avanço face a todas as Convenções da Partes realizadas anteriormente. Só nesta se chegou a um acordo entre os 195 países de se esforçarem para não permitir que o aquecimento global chegue a 2º Celsius retrocedendo para 1,5º. Muita coisa tem que mudar especialmente nas políticas das grandes petroleiras e da indústria à base de carvão."

Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU:

"O acordo de Paris define a etapa para o progresso para acabar com a pobreza, fortalecer a paz e garantir uma vida de dignidade e oportunidade para todos."

Barack Obama, presidente dos EUA, no Twitter:

"Isto é enorme: quase todos os países no mundo acabam de assinar o acordo de Paris sobre mudanças climáticas - graças à liderança dos Estados Unidos."

Dilma Rousseff, em comunicado:

"Nós nos congratulamos com todas as nações e todos os povos do mundo por esta conquista que assegura o desenvolvimento sustentável, a preservação do planeta e as condições de vida de toda a humanidade."

Christiana Figueres, secretária-executiva da convenção sobre mudanças climáticas da ONU, no Twitter:

"Nós devemos. Nós podemos. Nós fizemos!"

Greenpeace Brasil, no Twitter:

"Acordo de clima é histórico. Agora as ações também precisam ser; Desmatamento Zero e Energia Renovável para todos!"

Greenpeace, no Twitter:

"O acordo sozinho não vai nos levar para fora do buraco em que estamos, mas faz os lados menos íngremes."

John Kerry, secretário de Estado dos EUA, no Twitter:

"O mundo escolheu um caminho inteligente e responsável. O acordo da COP 21 é o mais forte, mais ambicioso acordo global do clima já negociado. Abordar as mudanças climáticas vai exigir uma mudança fundamental na maneira que nós decidimos alimentar o nosso planeta. O acordo vais nos ajudar a chegar lá."

Paul Polman, CEO da Unilever, no Twitter:

"O acordo de Paris exige uma maior inovação em tecnologia de emissões zero e modelos de negócios. Nós conduzimos uma enorme mudança."

WWF, no Twitter:

"A COP 21 pode ter acabado mas a ação climática apenas começou."

Gérard Araud, embaixador da França nos EUA, no Twitter:

"O acordo de Paris não é perfeito. Qualquer acordo é um compromisso. Um compromisso nunca é perfeito. Mas é a plataforma de lançamento que precisávamos."

André Trigueiro, jornalista, na Globonews:

"A COP termina com êxito. É um ponto de partida, não um ponto de chegada. Muito trabalho pela frente. E o sinal amarelo continua aceso, indo pro vermelho. A gente está numa situação de alto risco."

David Cameron, primeiro-ministro britânico, em comunicado:

"Há um mês, completado amanhã, Paris foi vítima do pior ataque terrorista na Europa há mais de uma década. Hoje, foi palco de um dos passos globais mais positivos da história. Ao fechar esse acordo, as nações do mundo mostraram o que união, ambição e perseverança podem fazer."

Achim Steiner, diretor-executivo do Programa da ONU para o Meio Ambiente, no Twitter:

"Hoje em Paris, líderes mundiais deram às gerações futuras esperança em vez de destruição e melancolia."

Papa Francisco:

"A cúpula sobre o clima terminou em Paris com um acordo que bem podemos qualificar como histórico. A sua aplicação exige um compromisso unânime e um generoso empenho de cada um. Exorto a comunidade internacional na sua totalidade, a prosseguir com empenho o caminho encetado, num sentimento de uma solidariedade que deve ser sempre cada vez mais ativa".

Nota do Observatório do Clima: ACORDO É HISTÓRICO, MAS IMPLEMENTAÇÃO COMEÇA EM CASA

O acordo fechado na tarde deste 12 de dezembro em Paris é um feito histórico. Pela primeira vez, todos os países do mundo concordam em agir contra as mudanças climáticas, tendo como objetivo de longo prazo estabilizar a temperatura da Terra bem abaixo de 2oC e fazendo esforços para limitá-la a 1,5o C, valor compatível com a existência de vários países e populações vulneráveis. O Acordo de Paris sinaliza o consenso, inédito, de que não podemos continuar usando combustíveis fósseis e desmatando indefinidamente.

Paris não salvou o mundo: o acordo foi inteiro construído sobre compromissos voluntários em corte de emissões e financiamento, que os países são apenas convidados a apresentar e que implementam conforme permitirem as circunstâncias. A meta de descarbonização até o meio do século e a data do pico de emissões foram perdidas, e não há indicação de compromissos de finanças no longo prazo. Tudo dependerá da manutenção do espírito de engajamento que tornou a COP21 possível. O Brasil teve papel de destaque na conferência mais uma vez, ajudando a construir consensos da maneira como tem feito desde a conferência de Durban, em 2011, quando surgiu o embrião do Acordo de Paris.

No entanto, o desafio que se coloca ao país agora é o da implementação. Se quiser fazer valer o compromisso com 1,5oC, o país terá de reajustar sua INDC. Terá de entender que a exploração do pré-sal e o desmatamento, seja ele legal ou ilegal, são incompatíveis com um mundo de 1,5oC.

O primeiro passo está dado. É preciso, agora, converter o compromisso político em ação. E isso começa dentro de casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma semana decisiva na vida política nacional. Os olhos do Brasil estão voltados em especial para o Supremo Tribunal Federal, que, na próxima quarta-feira, vai definir o rito do processo de *impeachment*.

Como Presidente da União Nacional dos Estudantes, fui um personagem que acompanhou detidamente o processo de *impeachment* que aconteceu em 1992 no Brasil. Falo isso, porque há uma polêmica sobre em que momento uma Presidente ou um Presidente da República seria afastado do cargo. E quero trazer aqui minha lembrança histórica.

O Presidente Fernando Collor foi afastado depois de este Senado votar a instauração do processo neste plenário. O pedido de admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados foi votado no dia 29 de setembro. Foi no dia 2 de outubro, depois de criada uma comissão, que este Senado Federal votou a instauração do processo. Então, uma comissão de Senadores foi até o Palácio do Planalto entregar a decisão ao Presidente Fernando Collor e ao Vice-Presidente Itamar Franco. Naquele momento, Fernando Collor de Mello deixou o Palácio do Planalto, e Itamar Franco assumiu.

Mais do que isso, Sr. Presidente, a Constituição é muito clara. No seu art. 86, §1º, diz o seguinte: “O Presidente ficará suspenso de suas funções”. O inciso II diz: “II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.”

Então, quero dizer que o Presidente do Senado, Renan Calheiros, acertou, quando respondeu aos questionamentos feitos pelo STF na sexta-feira passada.

E mais: tenho aqui, em mão, o rito daquele processo de *impeachment* de 1992, estabelecido pelo STF, pelo então Presidente do STF, Ministro Sydney Sanches. O rito é muito claro, Senador Paulo Paim:

1. Recebimento pelo Senado Federal da Resolução da Câmara dos Deputados que autoriza a abertura do processo de *impeachment* [...].
2. Leitura da denúncia popular e da autorização dada pela Câmara dos Deputados no expediente da sessão seguinte [...].

E aí vai, ponto por ponto. São mais de 30 itens. O oitavo diz o seguinte:

8. Discussão e votação nominal do parecer [que saiu de uma comissão] pelo Plenário do Senado Federal em um só turno [...]:
 - a. se rejeitado, dar-se-á a extinção anômala do processo, com o consequente arquivamento dos autos [...];
 - b. se aprovado, por maioria simples de votos, reputar-se-á passível de deliberação a denúncia popular oferecida [...].

Então, para mim está muito claro: pela Constituição, pelo que aconteceu em 1992, esse rito do Supremo Tribunal Federal feito pelo Presidente Sydney Sanches não deixa dúvidas de que a Câmara vota a admissibilidade, mas a Presidente da República só vai poder ser afastada, se a maioria dos Senadores, em processo de votação, assim decidir. Esse era o primeiro ponto da minha fala.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que, nesse fim de semana, tive a oportunidade de ler detidamente o pedido de *impeachment* feito pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior e fiquei impressionado com sua fragilidade. Impressiona-me ver como um partido como o PSDB, com sua história, um Partido grande e importante do País, entra numa aventura como essa, primeiro, ao lado de Eduardo Cunha, segundo, ignorando fragilidades nesse processo.

Ora, para se afastar a Presidenta da República, vejo muita gente dizendo o seguinte: “Ah, não, a Constituição fala de *impeachment*”. Mas a Constituição estabelece os motivos para a existência do *impeachment*.

Trago, inclusive, uma frase de Paulo Brossard, nosso ex-Ministro do Supremo, que diz o seguinte: “O *impeachment* tem feição política, não se origina senão de causas políticas, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos, julgamento que não exclui, antes supõe, é óbvio, a adoção de critérios jurídicos.”

Ora, Sr. Presidente, naquela denúncia contra Fernando Collor de Mello, havia um crime de responsabilidade claro. Foram encontradas contas de PC Farias, contas fantasma, depósitos pessoais na conta do ex-Presidente, de familiares, reforma dos jardins da Casa da Dinda. Havia coisas concretas.

Quais os argumentos que estão lançando para o *impeachment* da Presidenta Dilma? Não há uma acusação direta contra ela! As pessoas têm que entender que podem ter as maiores discordâncias do Governo dela. Agora, a Presidenta Dilma é uma mulher honrada e honesta. Não há denúncia contra ela.

O que eles alegam? Dois motivos centrais: pedaladas fiscais e abertura de créditos suplementares.

Ora, pedaladas fiscais – e eu quero explicar o que são pedaladas fiscais – aconteceram, Senadora Gleisi, em todos os governos: no governo Fernando Henrique, no governo Lula, nos governos estaduais. Acontecem ano a ano. Na verdade, é uma transferência de recursos do Tesouro para os bancos públicos pagarem o Minha Casa, Minha Vida, o Bolsa Família, o seguro-desemprego, e eles estabelecem ali uma conta o ano inteiro. Ao final de todos os anos, o Governo Federal tinha pago mais aos bancos; mas, em alguns momentos, dependendo do mês, o banco pode ter pago mais à frente. Foi isso o que aconteceu.

Puxa, quererem afastar uma Presidente da República por isso?! O que eles justificam? A forçação de barra está aí: que isso fere o art. 85, inciso VI, que fala de crimes contra a lei orçamentária. Até nisso erram, Senadora Gleisi! Vamos lá, vamos aceitar o argumento deles de que as pedaladas fiscais são operação de crédito – o que não são. Vamos analisar em cima disso. Ninguém está falando em ferir lei orçamentária. Você pode estar dizendo que pode ter havido um problema com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e não com a lei orçamentária.

O mais grave é que, quando apresentaram o pedido, eles falaram sobre 2014. É claro que eles tiveram que mudar, porque o TCU se pronunciou sobre 2014. Foi nesse caso que o TCU encaminhou pela rejeição das contas, que têm que ser votadas no Congresso Nacional. Mas o art. 86, §4º, fala também sobre crime de responsabilidade: Presidente da República na vigência do seu mandato. Não se pode tratar do mandato anterior.

O que fez o Presidente da Câmara? Desconsiderou tudo o que tinha a ver com 2014. E eles continuaram mantendo o argumento da pedalada, agora, para 2015! Um ano que não terminou! Esse caso não foi nem analisado pelo TCU! É uma forçação de barra inacreditável! Tentar afastar uma presidente com argumentos como esses! Foi o que eles fizeram!

O segundo argumento: os créditos suplementares. Eles dizem que a Presidente da República autorizou créditos suplementares sem autorização legislativa. Eles têm que se informar melhor! Aqui está a Senadora Gleisi Hoffmann, que entende muito de orçamento. Todas as leis orçamentárias, a de 2014, a de 2015, a deste ano, no seu art. 4º, previam, sim, a possibilidade de abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa. A única questão é que se condicionava ao cumprimento da meta de superávit primário. Era isso. Então, você estava autorizado. O problema era a meta de superávit primário.

Vejam bem, a meta de superávit, por vários motivos, pode ser modificada. Neste ano, tivemos grande desaceleração da economia e diminuição da arrecadação. O que fez o Governo? Alterou a meta, que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Então, essa meta aprovada pelo Congresso Nacional legitima aquela situação dos créditos suplementares.

Essa era a minha argumentação da parte jurídica.

Concedo aparte à Senadora Gleisi Hoffmann.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh. Aliás o que V. Exª está falando corresponde, exatamente, à realidade legal. Não há nenhuma irregularidade, por parte da Presidenta Dilma, com relação à administração orçamentária ou às suas contas fiscais, até porque os créditos que foram assinados durante o ano por decretos foram votados pelo Congresso, no encerramento do exercício, e foram legalizados, se assim se pode dizer, como acontece em qualquer outro governo. Isso não é um demérito ou mérito do Governo da Presidenta Dilma. Mas eu queria lembrar uma coisa que é importante, com relação ao que aconteceu no Estado do Paraná. Tem-se falado aqui de irregularidade e crime fiscal, mas o PSDB, a nossa oposição, que tanto fala contra a Presidenta Dilma, que tanto incentiva o Tribunal de Contas a fazer uma avaliação política das contas, cala-se, completamente, quando se refere ao Estado do Paraná. O Governador Beto Richa fez uma alteração no superávit primário de 2014. Até aí, tudo bem, se não tivesse sido feito em 2015; foi feito em abril de 2015. O orçamento estava fechado. Isso é crime de responsabilidade. Como que eu mudei um orçamento fechado, com um projeto de lei enviado à Assembleia, quatro meses depois do fechamento do exercício, em abril de 2015? E mudei de um superávit para um déficit, sem maiores problemas. A Assembleia aprovou, e o Tribunal de Contas do Estado também aprovou com ressalvas. Então, não dá para ter dois pesos e duas medidas. Se a Presidenta Dilma tivesse feito isso, nós não teríamos argumento para defendê-la aqui, porque isso realmente é ilegal; não é só irregular, é ilegal. Não tem como você ajustar. Só que o PSDB fez isso no Estado do Paraná, e, com certeza – eu não olhei os outros Estados –, isso deve ter ocorrido também em outros Estados. Então, só para colaborar com a sua exposição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Fez, sim, Senadora Gleisi. No dia da votação da alteração da meta, inclusive fiz um pronunciamento e falei do caso do Paraná, que é o mais grave, porque eles alteraram a meta no ano posterior; o Estado de São Paulo, administrado pelo Governador Geraldo Alckmin,

mudou a meta nos últimos quatro anos três vezes; o governo de Minas Gerais, governado pelo nosso colega, Senador Anastasia, em quatro anos, mudou as metas quatro vezes; o governo do Paraná é isso que nós já falamos; o governo Fernando Henrique Cardoso também mudou a meta do superávit primário.

Senador Jorge Viana, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentá-lo, Senador Lindbergh. As pessoas podem não ter um conhecimento maior sobre V. Ex^a, apesar de terem conhecimento da sua atuação nas ruas e nos debates, mas eu digo que, neste plenário, neste Senado, V. Ex^a é um dos que, antes de ir para a tribuna, mais estudam o tema.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vai fundo. Por isso, encara debater com qualquer um, porque estuda primeiro para falar depois. Conversei com o Senador Paim ainda há pouco. Está ali, deu uma entrevista nesta semana para as Páginas Amarelas. Ele vai subir à tribuna, como falou na revista – também fez um estudo profundo com a consultoria do Senado –, para desmontar essa farsa do *impeachment*. Nós não nos podemos calar diante disso. A opinião pública, ontem, deu um recado; o recado tem que ser entendido. Foi para todo mundo. Não aliviou com o Governo, não, porque ter uma quantidade de pessoas na rua num domingo tem que ser levado em conta pelo Governo. Nós temos errado; o PT tem errado. Nós temos que corrigir nossas falhas, assumir nossos erros. Agora, a oposição tem que entender o que as ruas falaram ontem; o Sr. Eduardo Cunha também. Eles viveram uma frustração ontem, porque esperavam milhões de pessoas nas ruas. A crise aumentou; a discussão da crise ampliou-se. Era para ter milhões de pessoas nas ruas, como tivemos em 2013. Por que não foram? Porque acho que a opinião pública já entendeu que há um conluio da oposição com o Sr. Eduardo Cunha. O Sr. Eduardo Cunha tem moral, tem autoridade para pedir o *impeachment* de alguém neste País? O Sr. Eduardo Cunha usa e abusa, fazendo esquema todo dia, impedindo investigação contra ele, distorcendo o andamento dos processos na Câmara dos Deputados e chantageando o Governo, chantageando a oposição, chantageando a Base do Governo. Isso não tem fim! Só que o recado das ruas, ontem, foi o de que o povo não é bobo, o povo está entendendo, a população entendeu. E a base legal para esse *impeachment* não existe. O *impeachment* está previsto na Constituição, sim, mas querer fazer um atalho à Constituição, rasgar a Constituição, querer montar um esquema com aqueles que não se conformam com o resultado das urnas... O nosso Governo está indo mal? Está indo mal. Está mal avaliado? Está mal avaliado. O Governo é assim: ou vai bem ou vai mal; se vai mal, tem que ser criticado, e, na próxima eleição, a população tem o direito de trocar ou não. Isso é democracia. Essa oposição que tenta levantar o dedo contra nós é a que comprou a reeleição dentro do Congresso, pagando em moeda os votos; é a oposição que criou o mensalão, com o Sr. Marcos Valério. Agora se associa ao Sr. Eduardo Cunha para tentar empurrar o Brasil para uma crise em relação a qual não haverá precedentes, porque, se fizerem esse *impeachment* sem fundamento legal, o que vai virar o Brasil? E a crise já chegou ao bolso do brasileiro, porque quem mais perde são os menores. Está aí a queda do Brasil no IDH, todas as conquistas sociais que tivemos. Será que isso não vale nada? Será que os interesses do País, do povo brasileiro, não têm que estar num plano superior? Tem que valer os interesses de um grupo, ou do Sr. Eduardo Cunha, ou dos Líderes da oposição, ou do inconformismo dos Líderes da oposição? Aliás, estamos vivendo uma carência de líderes de oposição, alguém que faça o grande debate, que tenha a coragem de ir à tribuna e defender a legalidade, como V. Ex^a está defendendo. Como vão fazer um *impeachment* baseado em pedaladas fiscais que o Fernando Henrique fazia, que todos os governos para trás faziam, se o mandato da Presidenta começou agora e ainda não temos relatório do Tribunal de Contas, de 2015, como bem colocou V. Ex^a? Espero, sinceramente, com a manifestação de ontem, que o Supremo Tribunal Federal faça uma arrumação, conserte essa tentativa de golpe no Brasil. Tomara que o Supremo Tribunal Federal – tenho a expectativa de que ele possa, sim –, com altivez, de maneira independente e soberana como é, possa pôr fim a essas manobras todas que o Presidente da Câmara faz como chantagem. Ele não está somente chantageando a Presidente da República nem o Parlamento brasileiro; o Sr. Eduardo Cunha está chantageando o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado. Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

V. Ex^a tem razão, porque, veja bem, em relação à passeata, aos movimentos de rua, a aceitação do pedido de *impeachment* é um fato tão forte que era para a passeata ter crescido, porque as pessoas passam a acreditar naquela possibilidade. Tenho a minha tese sobre a diminuição do número de pessoas nas ruas. A primeira é esta: a aliança da oposição com Eduardo Cunha. O *impeachment* surge de uma vingança do Eduardo Cunha. Mas, para mim, tem uma segunda, muito importante também, Senador Jorge. Quando ando no Rio de Janeiro, pela Baixada Fluminense, o que eu mais escuto as pessoas falarem é o seguinte: "é a briga política de Brasília que está parando o País", e a oposição entra nessa, prejudicando a vida do povo na ponta. As pessoas

estão sentindo isso. Essa é uma briga suja, nenhum lado é bom, é o Temer junto com o Eduardo Cunha, é o PSDB junto. Está tudo muito ruim!

Acho que esse sentimento cresceu muito. Nós, que temos experiência, que vamos escutando, podemos apostar: se se fizer uma pesquisa, a posição majoritária do povo brasileiro é a de dizer que "eles só sabem brigar, enquanto a minha vida está piorando, e piorando muito".

Quer falar agora, Senadora Vanessa, ou daqui a um segundo? Pode ser daqui a um segundo, porque vou entrar em outro tema importante?

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pode, mas é sobre essa questão política?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro! Eu tratei aqui da questão jurídica. Quero entrar agora, Senador Paulo Paim, numa discussão sobre essa crise, mas com este enfoque: as andanças conspiratórias de um personagem que se está apequenando. Refiro-me ao Vice-Presidente, Michel Temer, conspirando acintosamente para derrubar a Presidente da chapa pela qual foi eleito, Dilma Rousseff. Tratarei tanto de política como de economia, dos bastidores sujos da trama do *impeachment*, bem como retomarei uma análise sucinta do que denomino "plano econômico do golpe", mais conhecido como a marca de fantasia "uma ponte para o futuro", lançada pelo Vice-Presidente, já há alguns dias, em 29 de outubro.

Vice-Presidente conspirar não é novidade na história política brasileira. Tem a idade da própria República, desde as escaramuças entre Marechal Deodoro e Floriano Peixoto, com as notáveis exceções de Marco Maciel e José Alencar. A figura de uma conspiração no palácio vizinho compõe um perverso padrão histórico. Agora, sinceramente, acho que fazer o que o Vice-Presidente, Michel Temer, está fazendo nunca houve na história. Vou citar aqui um testemunho meu, na relação com o Presidente Itamar Franco.

Nós estávamos organizando aquelas passeatas de rua, os movimentos que cresciam a cada instante. Foi instaurado o processo de *impeachment* no Congresso Nacional. Em determinado momento, eu, como Presidente da União Nacional dos Estudantes, tentei falar com o Vice-Presidente Itamar Franco. Mandei sondá-lo para um encontro comigo e com a diretoria da UNE. Qual foi a resposta do Presidente Itamar Franco? Ele pediu desculpas educadamente, mas disse que, como Vice-Presidente, tinha responsabilidades institucionais e que não poderia conversar nem conosco, da UNE, e nem com Parlamentar algum.

Isso que estou contando falo para os jornalistas revisitarem a história, irem atrás da imprensa. Vocês vão ver que não houve por parte do Vice-Presidente Itamar Franco mobilização política alguma anterior ao afastamento do então Presidente da República Fernando Collor de Mello.

Uma situação completamente diferente do que acontece hoje com Michel Temer. É um dia reunião com empresários, com Parlamentares, uma articulação frenética.

O ex-Ministro Eliseu Padilha está com lista, trabalhando lista de apoiadores de *impeachment*, ele que estava há poucos dias como Ministro da Presidenta Dilma Rousseff, responsável pela articulação política. É um desrespeito. Vice-Presidente tem que ter recato, tem que ter respeito com suas responsabilidades institucionais.

Eu falo isso, Senador Paulo Paim, porque daqui a pouco está parecendo Dilma para um lado e Temer para outro. Movimentações diárias. Isso não é correto.

Hoje um articulista da *Folha de S.Paulo*, Vinicius Mota, a partir do seu texto, na página 2, disse que a argumentação jurídica estava dada. Não está. É falso. Ele tentou dar ares de normalidade a isso. Não é normal. O País não pode ficar parado dessa forma, Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria apenas dizer que dei uma entrevista ao jornal *El País*, e até enviei para o telefone de V. Ex^a e espero que possa depois dar uma lida. Eu tenho muito respeito pelo Presidente Michel Temer, acho que é um homem ponderado. Fiquei surpreso negativamente com a carta. E no *El País* eu digo que o Presidente Michel Temer tem que ser disputado porque também se agravia muito a crise se agora houvesse uma ruptura. Creio que há algumas concertações a serem feitas pela própria Presidenta, mas têm que ser feitas por ele, porque se o descontentamento que li na carta dele, uma carta pessoal, era tão grande desde o primeiro mandato, por que ele aceitou a ser candidato na mesma chapa à reeleição? Isso eu disse na entrevista ao *El País*. Agora, é muito ruim essa suspeição de que o Presidente Michel Temer está querendo cumprir também, ou pode estar aceitando cumprir, esse papel de conluio com o Sr. Eduardo Cunha, como a oposição já está fazendo. Aí, meu amigo, se é isso, ele tem que entender o recado das ruas de ontem. Nós ainda temos três anos de Governo pela frente. É melhor haver o entendimento, porque nós fizemos um casamento de papel passado com o PMDB, e nunca tive crise existencial por conta disso. Nós temos que tentar fazer uma concertação, para que a Presidenta possa corrigir os erros do Governo e exercer melhor o seu mandato. E acho que o ideal é um entendimento com o Presidente do PMDB, Michel Temer. Esse é o caminho que nós devemos trilhar. Mas tem que haver um movimento por parte dele agora. Primeiro, diferenciando-se dessa questão do Sr. Eduardo Cunha, claramente, e ajudando a Presidenta na solução. O Brasil está querendo

de cada um de nós o que nós temos de melhor e não o que nós temos de pior. E alguns estão oferecendo o que têm de pior, neste momento em que o Brasil precisa tanto de cada um de nós.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Jorge.

Eu quero abordar a tese do golpe agora, mas antes vou conceder o aparte para a Senadora Vanessa e para o Senador Telmário.

O golpe tem um programa. Eu quero alertar para o povo brasileiro que em relação a essa ponte para o futuro, que foi lançada no dia 29 de outubro, eu já desconfiei, pois lançar um programa com a eleição tão distante, em 2018! Naquele momento inclusive confessaram: é para o futuro ou para agora?

E eu quero mostrar o que significaria um governo desses. É o maior ataque às conquistas do povo brasileiro, é a retirada de direitos. Eu quero trabalhar, Senador Jorge, porque o debate, não se enganem, vai ganhar as ruas brasileiras. As pessoas têm que saber o que aconteceria se saísse a Presidenta Dilma e entrasse Michel Temer como Presidente da República. Se esse programa for executado, nós vamos colocar o País em uma das maiores crises da nossa história: ataque à saúde, à educação e aos programas sociais.

Com a palavra, a Senadora Vanessa.

(Soa a campainha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agradeço ao Senador Lindbergh e quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Quando V. Exª trata da questão da legalidade, Senador, eu acho que nós temos que debater muito esse assunto, porque a imprensa sabe, melhor do que ninguém, que uma mentira dita cem vezes acaba se tornando verdade. E nós não podemos permitir que o Brasil se deixe levar por uma mentira. Eu acho que um dos fatos mais concretos que temos que mostrar à população brasileira é lembrar o discurso desses tais do PSDB e do DEM aqui. Antes, eram crime de responsabilidade as pedaladas. Era isso, era pedalada para cá, pedalada para lá. Isso é crime, indo contra a tese da Advocacia Geral da União em relação ao relatório do Tribunal de Contas da União. Hoje não é mais pedalada. Aliás, foi o Líder do PSDB que aqui confessou, em um aparte ao Senador Jorge Viana, que pedaladas Fernando Henrique fez também.

(Interrupção do som.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pedaladas todos os governadores do Brasil fazem também. Ou seja, eles reconheceram. Agora, não. Agora são só atos deste ano, decretos assinados pela Presidente. Veja, Senador Lindbergh! Então, eu acho que, com relação a essa questão técnica, nós temos que entrar nela e entrar com muita força, porque, no fundo, o que eles querem – e a imprensa fala muito isso – é impedir uma Presidente eleita legitimamente, sem nenhuma razão constitucional para tal. Ontem mesmo, eu estava no supermercado, Senador, se V. Exª me permite falarei rapidamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro, pode falar.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Lá estavam duas senhoras muito simpáticas e queridas. Elas disseram: "Senadora, vamos tirar a Presidente!". Eu olhei para elas e perguntei: "Mas por quê?". Elas disseram; "Olha a carne quanto está! Olha quanto custa isso, quanto custa aquilo!". Aliás, duas senhoras muito simpáticas. Eu comecei a conversar com elas e falei: "Gente, vocês acham que se a Presidente sair a carne vai baixar, a conta da luz vai baixar? Os que vão entrar seriam melhores do que a Presidente?". E elas mesmas foram respondendo: "Não". Então, veja, são mentiras que estão sendo jogadas nas casas do povo brasileiro todos os dias e que vêm formando uma opinião, mas uma opinião que não é sólida, porque na hora em que a população brasileira tiver conhecimento, como V. Exª falou, disso que tem nas mãos, eu não tenho dúvida nenhuma. Porque o que está em jogo não é o cumprimento da Constituição. O que está em jogo é uma luta por projeto político para o País. É isso que está em jogo. Eles não suportam ver que o Brasil deixou de ser aquele país que não tem só os Estados Unidos ou a União Europeia como referência. Então, V. Exª tem razão. Eu acho que a nós cabe uma grande tarefa, que é ajudar a população brasileira a compreender o que vem acontecendo neste País. E é por isso que dizemos, com muita consciência, que o que está em curso não é a tentativa de cumprir a lei. O que está em curso, no País, é a tentativa de promover um golpe, um golpe contra a primeira mulher eleita Presidente de nosso País. Parabéns, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu é que agradeço muito, Senadora Vanessa, o aparte de V. Exª.

Peço desculpas à Senadora Gleisi, que é a próxima inscrita, por avançar em meu discurso. Vou tentar correr aqui.

Mas essa parte econômica eu acho muito importante, Senadora Vanessa, porque não tenho dúvidas de que o hipotético governo Michel Temer, ungido através de um golpe parlamentar de impedimento da Presidente, será uma grande tragédia histórica.

Nosso povo não merece tamanho destino inglório. Qual seria o programa advindo de um governo fruto desse golpe? Que propostas teriam para resolver a crise brasileira?

Não se pode dizer que o Vice-Presidente Michel Temer esteja escondendo o jogo. As intenções fundamentais de um governo saído do golpe estão todas escritas, com todas as letras, sem subterfúgios, no documento "Uma Ponte para o Futuro", também conhecido como Projeto Temer, vindo a lume, com pompas, no dia 29 de outubro.

Michel Temer declarou que o programa era tanto para já como para o futuro. Naquele exato momento de lançamento do programa, havia um relativo interregno de calmaria na crise. Tomava posse um novo Ministério de Governo, negociado com a Câmara Federal, e uma nova articulação política permitiu um alento de respiração. Mas, principalmente, começou o isolamento social do Presidente da Câmara Federal, Deputado Eduardo Cunha. Essas duas vicissitudes combinadas – o Documento Temer...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAZ (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desculpe-me, Senador Paulo Paim. Estou achando que esta parte...

Senadora Gleisi, V. Ex^a me permite? Desculpe-me, pois adentrei muito o tempo de V. Ex^a.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não se incomode. Estamos aqui para fazer debate e V. Ex^a traz um tema de extrema importância a esta Casa. Por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAZ (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Documento Temer, cessado o impacto de cinco dias em seguida ao lançamento, angariando a simpatia da alta finança e a recepção positiva dos grandes jornais, foi logo ocupar a gaveta. Lá continua dormindo, mas pode voltar a assustar a qualquer hora, a qualquer ataque especulativo contra o mandato do Governo Dilma, pois ele condensa tanto os motivos das conspirações contra o governo eleito como antecipa o perfil que virá, caso os golpistas vejam realizado o seu intento.

Pretendo, neste pronunciamento, retirar "Uma Ponte para o Futuro" das traças, examinando suas principais propostas.

Logo que o programa foi lançado, o Senador Romero Jucá começou a explanar o programa desta tribuna, quando o Senador Roberto Requião pediu um aparte e o desmontou em picadinho. Município da autoridade de um Senador do mesmo Partido, Requião observou que o documento não era do PMDB, pois não obteve a aprovação em nenhuma instância do Partido. Ainda mais, de certa maneira, poderia ser considerado até um documento apócrifo, pois, curiosamente, ao término de 19 páginas, ninguém, nenhum técnico, nenhum político assina, conquanto cada página seja timbrada pelas logomarcas do PMDB e da Fundação Ulysses Guimarães.

A Imprensa tem especulado sobre a autoria do plano, mas a nada chegou de conclusivo, a não ser constatar que ele resume o conjunto das interlocuções de Temer e de Moreira Franco, Presidente da Fundação Ulysses Guimarães. Especulam-se contribuições de Marcos Lisboa, Paulo Rabello de Castro, Delfim Netto, Jorge Gerdau, mas nenhum desses assumiu ter participado de um grupo de trabalho, numa espécie de clandestinidade à luz do dia da democracia. Por que ninguém assume claramente a autoria de "Uma Ponte para o Futuro", e os poucos que começaram a assumir entraram em silêncio obsequioso? Tenho para mim, por um motivo simples: o plano é indefensável em um regime democrático e republicano. Mas talvez possa servir de bússola de maldições após um golpe parlamentar.

Não estou sozinho nesta constatação. Ninguém menos que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em entrevista ao jornal *Valor Econômico* de 20 de novembro, considerou o Plano Temer excessivamente liberal do ponto de vista econômico. Iria mais longe: trata-se do mais neoliberal de todos os programas escritos no Brasil até hoje. Lá se pode antever o conteúdo de um governo pós-impeditimento.

Peço um parêntese para uma breve digressão. O neoliberalismo se adapta muito bem às ditaduras e regimes de exceção, tanto duradouros como passageiros.

É público e notório que o primeiro plano econômico neoliberal, antes de Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, aconteceu no Chile, na ditadura de Pinochet, na década de 1970, conduzido pela assessoria direta de 25 Chicago Boys. Recentemente, na Itália, na sequência da crise de 2008, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro, quase como um interventor, o economista Mario Monti, que não era filiado a nenhum partido. Foi o primeiro e único primeiro-ministro «independente» ou «avulso» da história da Itália.

A grande questão é que as medidas neoliberais radicais – FHC as chama de "excessivamente liberais" – não conseguem ganhar eleições. Ninguém vai ganhar uma eleição direta para Presidente no Brasil exibindo de público, nas mãos, um programa como "Uma Ponte para o Futuro". Como não se ganha eleições com essa programática, daí advém a tentação dos golpes,

Doravante, passo à análise do conteúdo de "Uma Ponte para o Futuro" – ou seria melhor para o inferno?

O documento de Temer começa errado no diagnóstico da crise fiscal.

Em diversas passagens, afirma que o ajuste fiscal é condição necessária para o crescimento. "É uma questão prévia", diz ele. Ou ainda: "O ajuste fiscal não é um objetivo por si mesmo. Seu fim é o crescimento econômico que, no nosso caso, sem ele, é apenas uma proclamação vazia". Isso é um erro teórico e mostra quanto há de desconhecimento sobre a realidade, inclusive a brasileira. É o crescimento que gera receitas públicas, que reduz déficits orçamentários e não o contrário. O maior exemplo é o segundo governo do Presidente Lula: crescimento médio de 4,5% com superávits primários e um déficit nominal baixo, de 2,4% do PIB.

Ainda há mais: o documento de Temer faz uma crítica ao suposto "excesso de gastos" do Governo Federal, considerando que esta é a causa do nosso desequilíbrio fiscal, como se tivéssemos excesso em vez de escassez de médicos e professores. Afirma o documento:

Nos últimos anos é possível dizer que o Governo Federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado. A situação hoje poderia certamente estar menos crítica.

Diagnóstico totalmente equivocado. Os problemas fiscais somente ocorreram em 2014 e suas causas são bem conhecidas: pagamento de juros da dívida da ordem de R\$311,5 bilhões; desonerações tributárias excessivas, que alcançaram R\$104 bilhões; e a baixa arrecadação devido ao crescimento pífio da economia. E os problemas fiscais de 2015 estão sendo causados pela política monetária e fiscal do plano de austeridade do Governo. Cabe enfatizar que, de 2005 a 2011, as contas do Governo atingiram sempre resultados bastante satisfatórios.

A reforma tributária sugerida pelo documento de Temer é vazia e não ataca o problema da regressividade do sistema e suas injustiças. Querem uma reforma para poupar os ricos, milionários, banqueiros e multinacionais. Falam somente em deixar as coisas como estão ou simplificar a parafernália tributária brasileira.

Na verdade, o grande problema do nosso sistema tributário é que pobres, trabalhadores, classe média e funcionários públicos pagam pesados impostos – e ricos, latifundiários, multinacionais, o "andar de cima" é aliviado e não contribui com o desenvolvimento do País.

Senadora Gleisi, vou ter que abreviar meu pronunciamento. Farei depois outro pronunciamento, pois já estou sentindo...

Eu só queria chamar atenção para alguns pontos que são muito importantes nesse Plano Temer, pontos que estão ligados a questões sociais – e aqui está o Senador Paulo Paim.

O primeiro, que está lá com força, Senador Paulo Paim, é colocar o negociado na frente legislado. Isso é rasgar a CLT! Nós estamos retroagindo não só à Constituição de 1988, nós estamos retroagindo à Era Vargas. Então, esse é o primeiro ponto.

Outro ponto do Plano Temer: ele fala em relação ao plano de valorização do salário mínimo. Ele fala abertamente, textualmente, naquele programa: acabar com a política de valorização do salário mínimo.

Outro ponto importantíssimo: a desvinculação do salário mínimo com a Previdência. Isso é de uma mal-dade extrema! Nós estamos falando da maioria das pessoas que recebem um dinheiro da Previdência, que recebem salário mínimo, e aquele é um dinheiro que aquece a economia, é um dinheiro importantíssimo. Sabemos que dinheiro na mão de um aposentado é para comprar remédio, para pagar escola dos netos.

E mais: há um ponto aqui para o qual eu quero chamar a atenção dos professores e dos funcionários da saúde, porque ele fala na tese de um Orçamento-Base zero, e fala abertamente também em desconstitucionalizar todos os limites obrigatórios que estão garantidos na Constituição. Hoje, todo prefeito de Município tem que investir 15% em saúde e 25% em educação; todo governador de Estado tem que investir 12% em saúde e 25% em educação.

Senadora Gleisi, pense no resultado disso na ponta. Há prefeitos responsáveis, comprometidos, que vão aplicar recursos, mas há outros que não vão fazer isso. Eu chamo a atenção dos professores e dos funcionários da saúde do Brasil para isso. Esse é o maior ataque às políticas sociais que nós vamos ter que enfrentar se um projeto desse for executado.

Dessa forma, eu encerro o meu pronunciamento, que, infelizmente...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agradeço muito ao Senador Paulo Paim.

Volto à tribuna no dia de amanhã para falar especificamente desse tema econômico. Hoje o meu discurso acabou se alongando porque eu falei do tema jurídico – acabei consumindo mais de 15 minutos naquele tema jurídico – e não daria, seria muito inconveniente da minha parte com a Senadora Gleisi, para ficar mais 20 minutos aqui na tribuna para ler todo o discurso.

Muito obrigado a V. Ex^a pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus parabéns pelo pronunciamento. Nós concedemos a V. Ex^a um tempo maior pela importância do tema, e a segunda-feira é mesmo um dia para sessões de debate.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann. (*Pausa.*)

Já está liberado.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e especialmente o Senador Lindbergh, que me antecedeu e fez um pronunciamento muito elucidativo aqui – foi, portanto, merecedor do tempo que ocupou, e até de mais, porque como disse V. Ex^a, Senador Paim, que está na Presidência, hoje é uma segunda-feira, e os temas que o Senador traz são muito importantes, e nós não temos uma quantidade grande de oradores inscritos.

Eu quero dar continuidade ao debate que foi iniciado aqui pelo Senador Lindbergh, pela Senadora Vanessa, pelo Senador Jorge Viana.

Na semana passada, no dia 10 de dezembro, nós comemoramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Aliás, V. Ex^a é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e tem feito um grande trabalho nesta Casa e na defesa dos direitos humanos aqui no Brasil.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos encerra os 16 dias de ativismo pelo enfrentamento da violência contra a mulher, que é uma campanha que a ONU faz que envolve mais de 70 países e muitas ações para chamar a atenção do mundo para a violência que a mulher sofre, violência de todos os tipos, em todos os sentidos, não só violência física, mas também violência moral, violência emocional, violência sexual.

Infelizmente, nesses 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, nós demos um exemplo muito ruim aqui no Brasil, patrocinado pela nossa Câmara dos Deputados: foi exatamente no período desses 16 dias que se abriu o *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff. Aliás, um *impeachment* que não tem, como disseram aqui os Senadores que me antecederam, nenhum fundamento jurídico. Por isso, eu o considero uma violência política sem precedentes, uma violência política contra a Presidenta, contra a mulher Presidenta, contra Dilma Rousseff.

Por que o *impeachment*? A Presidenta não roubou, não tem contas no exterior, não há nenhum fato jurídico que dê sustentabilidade a esse *impeachment*. Como disse V. Ex^a, Senador Lindbergh, no caso das pedaladas fiscais, dos decretos, não há inobservância das regras orçamentárias ou legais.

Há, sim, como diz a juventude, uma “forçação de barra” para que a Presidente seja enquadrada num *impeachment* que interessa politicamente a alguns setores da política brasileira e a alguns setores que comandam a economia e as finanças no Brasil.

Eu considero isso uma violência política e, por isso, queria lamentar aqui, como Senadora, como mulher, como cidadã, como alguém que trabalhou com a Presidenta e sabe da sua disposição, da sua firmeza, da sua seriedade, da forma como conduz as coisas na Administração Pública.

É fato que há um descontentamento com o Governo sim, a Presidenta está com baixa popularidade, há uma desaprovação, mas isso não é motivo para fazer um *impeachment*. Se fosse assim, outros governantes também teriam de ser sujeitados ao *impeachment* – outros governantes também estão com baixa popularidade, também estão com problemas em seus governos. Por que se discute somente em relação à Presidente Dilma?

Mas talvez quem tenha dado a maior lição para nós tenha sido o povo brasileiro nas manifestações que tivemos neste último final de semana. Como disse V. Ex^a, Senador Lindbergh, a abertura do *impeachment*, por si só, já seria um motivo para fazer grandes mobilizações para aqueles que queriam afastar a Presidente Dilma. Mas isso não aconteceu, porque o povo não acha que haja motivo suficiente para se fazer o *impeachment*.

Eu me dou o direito aqui de fazer pelo menos três comentários que, a meu ver, levaram à fraca manifestação do final de semana.

Primeiro, porque esse *impeachment* já foi iniciado sob a égide da suspeição. Quem o abriu tem, com certeza, maior comprometimento legal, jurídico e moral, do que a Presidenta Dilma. Então, a população olha e diz: «Mas como a Câmara dos Deputados, conduzida por um presidente que está denunciado, que tem provas contra si, tem moral para abrir um *impeachment* contra a Presidente Dilma?» Há uma desconfiança da população: “Vou para a rua para apoiar um *impeachment* que está sendo aberto por alguém que não tem condições de julgar os outros, que teria de ser julgado e afastado?” Esse é o primeiro ponto.

O segundo é que a população não vê fato jurídico concreto; está desgostosa com o Governo da Presidente Dilma, mas não acha que ela tenha roubado, não acha que o que ela fez no Orçamento é errado, porque

garantiu os programas sociais. Então, é diferente, não há uma manifestação contrária a algo que ela tenha dado causa que justifique retirá-la do poder.

O terceiro motivo é o que V. Ex^a estava analisando agora: não há entusiasmo com o programa que possa substituir o projeto de governo que está aí. Não há entusiasmo, por exemplo, diante da hipótese de o PMDB assumir o governo, de o Vice-Presidente assumir o governo. Aliás, o Datafolha fez, com os próprios manifestantes que foram às manifestações a favor do *impeachment* – então estou falando de uma parcela pequena – uma pesquisa sobre quem achava que, ao assumir o governo o Presidente Temer, nós teríamos uma melhoria de governo.

Apenas 19% dos que estavam presentes nas manifestações avaliam dessa forma, porque não acreditam que esse programa Ponte para o Futuro possa realmente trazer soluções para os problemas que nós estamos enfrentando hoje. Então, apenas 19%.

Da mesma forma, também não há entusiasmo pela Oposição. Qual é o projeto que a Oposição tem para apresentar que vai melhorar de fato, e com concretude, a vida da população? Não vai. E olhem que nós estamos falando – e quem fez essa avaliação sobre um possível governo do Presidente Temer foram aqueles que foram às manifestações – como disse Rubens Paiva Filho numa avaliação fantástica que fez este final de semana na imprensa, de uma manifestação que teve um número menor e foi caracterizada por ser de classe média, branca e adulta.

Então, nós temos que ter bem em mente que o recado da população neste final de semana foi muito forte: para o Governo, porque há um descontentamento sim; e para a Oposição, porque não há nenhum entusiasmo e nenhuma confiança naquilo que a Oposição coloca como alternativa.

E menciono também uma entrevista publicada há dois finais de semana, mas que eu queria lembrar aqui: com o Renato Meirelles, que é o diretor do Data Popular. Ele diz que há uma decepção dos mais pobres com o Governo da Presidenta Dilma, mas não há um descontentamento com o projeto que está aí. Há uma decepção com o Governo, mas não com o projeto. E é por isso que o PSDB, e mesmo esse projeto alternativo do PMDB, não conseguiram ganhar a confiança da população. Essa população, principalmente as classes C, D e E, que representa a maioria do povo brasileiro, que teve tantas condições de vida melhoradas pelo projeto da Presidenta Dilma e do Presidente Lula, não vê na Oposição um compromisso de garantir as oportunidades e a prioridade de continuar o crescimento da classe mais pobre brasileira. O que vem nesse lugar?

Então, há, sim, um descontentamento. Há críticas à Presidenta Dilma, mas não há uma aderência à Oposição, porque não se acredita na Oposição, até porque, se a Oposição assumisse o governo, mesmo se o Presidente Temer viesse a assumir o governo com essa Ponte para o Futuro, o ajuste seria pior e seria em cima da maioria do povo brasileiro, não seria em cima das classes mais ricas. E o povo, a maioria do povo brasileiro, não quer um Estado enxuto, quer um Estado eficiente, que possa lhe dar oportunidades e condições de vida.

Não quer um Estado mínimo. Quer um Estado que lhe traga programas sociais que tenham condições de sustentabilidade, que lhe dê emprego e um bom salário. É isso que está em jogo.

Então, há descontentamento com o governo, mas não há descontentamento com o projeto. Por isso, nós temos que ter como meta arrumar a economia do País. Essa é a grande meta da Presidenta Dilma.

A Presidenta Dilma é uma Presidenta que tem apoio popular, porque foi eleita pela população, tem hoje, claro, uma baixa popularidade, mas tem legitimidade, porque 54 milhões de brasileiros votaram nela, não cometeu nenhum crime contra as leis que temos no País, nem contra a Lei Orçamentária, e é a que tem condições, dentro da legalidade, de continuar com o projeto iniciado pelo Presidente Lula.

Para isso, é óbvio, vai ter que fazer algumas revisões no plano econômico que está colocando em prática neste País. Precisa proteger os programas sociais. Por isso, não podemos nem de longe ouvir falar em cortes no Bolsa Família. Não há sustentação para fazer esse discurso. Cortar Bolsa Família e fazer resultado primário para pagar juro para banco é uma grande inversão social. Não é razoável! Não pode ter apoio desta Casa! Por isso, não vamos permitir que, na Comissão Mista de Orçamento, passe a proposta do Relator Geral de Orçamento, que é o corte do Bolsa Família.

O Bolsa Família, hoje, gasta em torno de 25 bilhões e atende mais de 40 milhões de pessoas neste País. Os nossos juros, hoje, consomem mais de 400 bilhões do Orçamento e atendem ou fazem enriquecer menos de 1% da população. Então, não é justo!

Vamos parar com este discurso de que o Orçamento precisa ser cortado, que tem gordura, que precisamos restringir os programas sociais, a educação, a saúde, que o salário mínimo não pode ser indexado à inflação. Não é isso que está fazendo com que as contas públicas tenham um descontrole. O que faz com que as contas públicas tenham descontrole é a perversidade da taxa de juros que nós temos, é a política de câmbio adotada pelo País. Não é possível uma Selic de 14,25, que tenha esse impacto nas contas fiscais, assim como não é possível que o povo brasileiro pague juros de 300% para o cheque especial.

E não venham dizer que a culpa é da Presidenta Dilma, porque, quando ela fez uma cruzada para baixar o juro neste País, quando chegamos, pela primeira vez, a um dígito, a 7,25%, não recebemos apoio, principalmente, do setor produtivo brasileiro. Descobrimos que grande parte setor produtivo brasileiro ganhava não com produtividade, não com modernidade da produção, não com eficiência produtiva, mas ganhava na aplicação financeira.

O que nós temos é uma pressão muito grande – muito grande – do sistema financeiro e parte da área industrial, da área produtiva desse País, que tem uma cultura rentista. Nós temos que enfrentar isso, e esta Casa tem esse papel. E é bom dizer que, quando esse assunto vem para esta Casa para ser discutido, esta Casa não tem a coragem necessária para encaminhá-lo.

Então, não dá – não dá – para nós, aqui, acharmos que é justo, que é certo reduzir programas sociais e minorar os investimentos de saúde, de educação, não ter indexação do salário mínimo à inflação, cortar o Bolsa Família e manter o pagamento de uma alta taxa de juros.

Portanto, nós queremos, sim, a queda dos juros e, portanto, nós achamos que não é necessário fazer um superávit primário para 2016, nem que seja de 0,7%. Isso não quer dizer nada sob o ponto de vista do equilíbrio das contas públicas, não quer dizer nada.

Nós vamos ter que cortar programas sociais para pagar conta de juros, e nós precisamos de uma certeza social, de todos os partidos desta Casa para que a gente não deixe que a maioria da população, que é representada pelas classes C, D e E, tenha retrocessos naquilo que conquistou. E o que eles conquistaram? Emprego; conquistaram um salário mais decente; conquistaram programas sociais que dão garantia a sua dignidade mínima, que é o acesso à comida; garantiram, conquistaram educação; conquistaram melhor saúde.

É essa população que apoia o Mais Médicos, é essa população de apoia o Prouni, é essa população que apoia o Fies, é essa população que apoia o Minha Casa, Minha Vida, é essa população que apoia o Bolsa Família, é essa população que apoia o Pronatec. É disso que nós estamos falando, de condições de vida da população. Não é um discurso do Estado mínimo, é de um Estado eficiente que atende a maioria do seu povo.

Por isso que o povo não foi às ruas ontem, porque não há um projeto político para colocar no lugar. Estão descontentes com a Presidenta Dilma sim, isso é um recado para nós, um recado para que a gente possa rearrumar a casa, reajustar as questões de governo, para que possamos reorientar a nossa política econômica, mas é um recado, sobretudo, para a oposição e, sobretudo, para aqueles que estão namorando com o golpe.

Não há um projeto fundamentado para colocar no lugar e a população brasileira não confia. Por isso, critica a Dilma, mas não adere a esse movimento oportunista que é o movimento do *impeachment*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Gleisi Hoffmann, e agora? Como está o seu tempo?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agora eu assumo a Presidência para que V. Ex^a possa falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Gleisi Hoffmann.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Gleisi Hoffmann, é uma satisfação, e V. Ex^a sabe o carinho e o respeito que tenho pela sua vida, pela sua história, principalmente pela Senadora política que é, e a grandeza que é o seu mandato para o nosso País.

Senadora, eu queria, primeiro, fazer um registro, antes de entrar no tema que vou tratar mesmo. Hoje, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, houve uma atividade, um ato de homenagem ao meu amigo, o Senador Pedro Simon.

No Palácio Piratini, ele recebeu, das mãos do Governador, a medalha Ordem do Ponche Verde, no Grau Grã-Cruz, é a mais alta honraria que o Governo de Estado oferece àqueles que se destacam na vida nacional.

A Ordem do Ponche Verde foi criada em 1972, pelo Decreto nº 21.687, e visa a homenagear aqueles que fizeram trabalhos relevantes para o povo brasileiro no campo do bem comum, da paz, do desenvolvimento e da fraternidade.

Por isso, deixo aqui este registro nos *Anais do Congresso*. Eu estava convocado pelo Governador e pelos amigos do Senador Pedro Simon, mas, como eu tinha uma audiência pública aqui em Brasília, para discutir a questão de Mariana, aquele crime contra a Humanidade, contra o meio ambiente, tive que me deslocar para Brasília ainda ontem à noite. Mas deixo meus cumprimentos ao Senador Pedro Simon, aos seus filhos e à D. Ivete Simon. Uma homenagem mais do que justa.

Sra Presidenta, procuro sempre vir à tribuna. Falar de improviso, gosto. Mas gosto também de falar, quando o tema é mais técnico, mais jurídico, amparado na consultoria do próprio Senado da República.

E vim, hoje, Sra Presidente, embora alguns dissessem para mim – confesso, Senadora –: “Não, não se posicione sobre essa questão do *impeachment*, porque não vai passar nem na Câmara e não chega aqui.” Mas essa não é a questão. Tomara que não passe lá mesmo, é isso que queremos. Mas não há como o homem público ficar em cima do muro numa hora como essa, em que se está discutindo – aí, sim, no viés político, claro – o destino do País.

E como você vai dizer que não sabe se é a favor ou contra a proposta que, queiramos ou não, está aí, do *impeachment*?

Então, eu, que tenho posição muito clara, na própria entrevista que dei à revista *Veja*, falei um pouco das minhas angústias, enfim, da minha trajetória, mas deixei muito claro, quanto à questão do *impeachment*, que ela não se sustenta, no meu entendimento, nem tecnicamente, nem politicamente, muito menos no campo jurídico. E é isso que vou falar. Por isso, disse que sou contra e que votarei contra, se tiver oportunidade, o *impeachment* à Presidenta Dilma, na mesma linha do que falou V. Ex^a, na mesma linha do que falou já o Senador Jorge Viana, na mesma linha do que falou a Senadora Vanessa Grazziotin e na mesma linha do que falou o Senador Lindbergh Farias na tarde de hoje.

Mas, Sra Presidente, vamos falar, então, sobre o tema. Estamos no olho do furacão. Contabilizamos, desde a promulgação da Constituição de 1988, três iniciativas de *impeachment* no nosso País, uma delas levada a termo.

Agora vem o *impeachment* da Presidenta Dilma, que, sem dúvida alguma, é o mais contraditório, o mais polêmico e o que não se sustenta. Pode ser o mais polêmico; coloca à prova as instituições democráticas e coloca à prova o ordenamento jurídico e o próprio instituto do *impeachment*.

A Nação está inquieta, sem sombra de dúvida, nervosa, ansiosa por entrever a lógica dos fatos e sequiosa por ter respostas claras e urgentes do Parlamento, sem nenhum tipo de enrolação.

A lógica dos fatos, entretanto, me parece que não é ainda transparente.

Vivemos aqueles raros momentos em que a velocidade dos fatos dobra as convicções e tudo o que, momentaneamente, parece sólido, nos instantes seguintes, desmancha no ar.

Tudo isto alimenta enorme instabilidade política, aprofundando os componentes da crise econômica que vivemos. Tudo isto demanda ação refletida e equilibrada por parte dos sujeitos dessa história, exatamente a atitude que parece estar em falta aqui, no Congresso Nacional.

A cada minuto, somos surpreendidos por uma virada de mesa, por um novo componente que modifica o panorama político, por uma regra inesperada que altera a tramitação do processo.

O fato político tem a natureza da duração curta, o mistério dos significados ocultos, como a bruma das ondas do mar não permite adivinhar o sentido das correntezas profundas.

Pretendemos, Sra Presidenta, delimitar, neste espaço do Brasil 247, e assim o fizemos, o sentido profundo do rito processual do *impeachment* e cotejá-lo com o desenrolar dos fatos concretos do processo instalado contra a Presidenta Dilma.

A primeira questão que se impõe é a legalidade desse processo. As questões de ordem orçamentária e fiscal apontadas no pedido de *impeachment*, a exemplo das pedaladas fiscais e dos decretos orçamentários, não podem jamais ser consideradas suficientes para qualquer processo dessa natureza.

Foram praticadas regularmente nos governos anteriores, inclusive nas gestões, por exemplo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como reconheceram eles mesmos.

Já se disse, com muita razão – e é comum ouvir isso aqui no plenário – que pau que bate em Chico, bate em Francisco. Não se pode ter, em processo de tamanha gravidade e grandeza, pesos e medidas diferentes.

Nas questões de ordem orçamentária e fiscal, não reconhecemos claramente onde está a responsabilidade direta da Presidenta Dilma. Demasiadamente complexas, fogem à compreensão da maior parte do nosso povo, que não está acostumada com esse linguajar.

Como se pode destituir um Presidente do seu mandato por questões que não são claramente compreendidas pelo seu povo? Onde está, portanto, a legitimidade desse processo? Os atos de ontem mostraram que o povo não está entendendo nada, que o povo não está gostando dessa briga do poder pelo poder.

Lembro que quiseram cassar o mandato de Vargas com esse mesmo argumento. Não deu certo. Reparem bem que o diploma legal que fundamenta o estatuto do chamado *impeachment*, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, data em que eu nasci – não o mês, mas o ano sim, pois eu sou de 15 de março de 1950 –, era ainda recente. Nem por isso os seus dispositivos fiscais e orçamentários foram considerados suficientes para o *impeachment* de Getúlio, pois havia enorme dificuldade em comprovar a autoria de conduta. Agora, passados mais de 60 anos da edição da lei, querem nos convencer da legitimidade do argumento, que, ainda que revisado e modernizado por legislações anteriores, não é admissível.

A complexidade da gestão orçamentária e fiscal do Estado brasileiro impõe certa flexibilidade dessa matéria, sobretudo no momento atual, de forte crise econômica, em que as receitas estão em descompasso com as despesas, fragilizando o equilíbrio fiscal. Diante da forte crise de 2008 e 2009, que abateu várias economias e regimes presidencialistas, em nenhum deles ocorreu cassar mandato de Presidente em razão de questões econômicas, orçamentárias, fiscais, motivo algum. Não conseguimos vislumbrar, no processo da Presidenta Dilma, que está lá, a partir da decisão do Presidente da Câmara, fato preciso que configure plenamente crime de responsabilidade, condição indispensável para o *impeachment*.

Senadores e Senadoras, eu estava lá quando votamos o *impeachment* do Presidente Collor, e comentava há pouquinho tempo, com ele aqui, da tribuna, sobre esse momento. Nada comparáveis aquele fato e este fato. O pedido de *impeachment* não conseguiu estabelecer a participação, em nenhum momento, da Presidenta Dilma em delitos, mesmo aqueles que eles insinuaram, recorrendo a ilações e raciocínios jurídicos tortuosos e sem fundamento. Cabe observar, e nisto todos estão de acordo, o julgamento do *impeachment* é essencialmente político.

Recorremos aqui ao mestre Affonso Arinos – eu tive a alegria de conhecê-lo, a idade nos ajuda –, que associou o conteúdo político do *impeachment*, no debate sobre o caso de Vargas. Ele disse: "Aquelhas atitudes de desrespeito à organização geral do País que trazem prejuízos irreparáveis à *polis*, à cidade, ao conjunto do povo". Atitudes que se traduzem pela "concepção geral, por aceitação tácita, por um ponto de vista global de que estes governantes se tornaram incompatíveis com a nossa Nação."

É neste sentido que o processo de *impeachment* é político. Porém, não no sentido raso da maioria parlamentar, como muitos se têm empenhado em divulgar. A ausência de conteúdo político é a principal diferença do *impeachment* da Presidenta Dilma do processo sofrido pelo hoje Senador ex-Presidente Collor. Nesse último caso, o movimento irresistível das ruas, o clamor público, conduziu, porque se criou ali um clima político para aquela decisão.

Sr^a Presidente, não se faz processo de *impeachment* por simples abstenção de uma maioria parlamentar momentânea. Não queremos transformar o Parlamento no eremitério das ambições políticas frustradas, de projetos políticos derrotados. Na situação atual, o expediente do *impeachment* transformou-se no cavalo de batalha de ambições políticas individuais, de alucinados delírios de poder.

Parafraseando Jarbas Passarinho – eu tive também a satisfação, embora em campos diferentes, de conviver com ele aqui dentro do Parlamento, que era um dos principais oradores da Constituinte, e eu fui Constituinte –, na edição do Ato Institucional nº 5, AI-5, às favas todos os escrúpulos da consciência. É um jogo de vale-tudo, como demonstraram os fatos desta semana. Um Presidente da Câmara insano, sitiado pela Justiça, recorre a todo tipo de casuísmo para fazer valer o uso do cargo no seu único e indisfarçável interesse de se evadir das garras da lei.

Lamentamos. E eu fui 3º Secretário, quando o atual Vice-Presidente da República foi Presidente da Câmara dos Deputados. Participei da mesma diretoria que ele.

Infelizmente, o Vice-Presidente da República, de quem se deveria esperar discrição, distância, tranquilidade neste difícil momento, descobre o talento de missivista e passa a articular abertamente nesse campo de uma trama mal-entendida favorável ao *impeachment*. Não é bom isso. E falo isso de forma respeitável, referindo-me ao atual Vice-Presidente, mas ele não poderia estar interferindo diretamente no processo de *impeachment*, cujo desfecho, caso positivo, trar-lhe-á vantagens, queiramos ou não, no jogo do poder pessoal, e isso não é bom para ninguém.

Onde está o compromisso com o bem público, o maior patrimônio que todo político deveria ostentar? Onde estão os escrúpulos da consciência de alguns dos principais homens públicos deste País, os escrúpulos da consciência, que a todos nós deveriam estar a pesar? Causa espécie que a oposição, que se bateu em plenário, há poucos dias, pelo voto aberto no processo de autorização de prisão de um Senador, agora venha justificar o voto secreto no *impeachment* de um Presidente!

É essa incoerência que eu não consigo entender. Eu defendi o voto aberto para o afastamento de um colega meu de Partido, pelo qual, Senador Cristovam, V. Ex^a sabe que eu tinha o maior carinho e tenho pelo amigo, que, neste momento, tem que responder pelos fatos acontecidos. E nós ali...

Votei pelo voto aberto. A mesma coerência agora teria que ser no caso do voto lá na Câmara ser aberto à questão do *impeachment*. Haja incoerência! O voto secreto, nessa questão, convida à conspiração da orientação, da traição cheia de suspeita, tudo o que não precisamos nesta Casa.

Eu falava há pouco tempo com o Presidente Collor e dizia a ele: na época da votação do *impeachment*, na situação em que ele se encontrava, eu vi muita gente que, na noite anterior, ou naquela mesma noite – que votamos quase de madrugada –, jurando amor eterno ao Presidente, e, dali a quatro ou cinco horas, no voto aberto, anunciava o voto contra o Presidente naquele momento.

Não podemos vulgarizar o instituto do *impeachment* sob pena de transformar o Brasil na referência acabada das repúblicas de *commodities* latino-americanas. Com isso, comprometemos o futuro do nosso País.

Eu passo pelo segundo momento de *impeachment* no Congresso, nesse período em que estou aqui, há em torno de 30 anos. O que pensar dessas crises políticas periódicas que tanto sacrificam as conquistas sociais, a emancipação da miséria e o desenvolvimento sustentável do nosso País? Até que ponto o povo brasileiro aguenta as consequências nefastas de movimentos políticos motivados, muitas vezes, por ambições políticas pessoais ou de grupos de poder articulados para o assalto às instituições democráticas?

Da Constituição de 1988 para cá, tivemos quatro Presidentes e três processos de *impeachment*. Como isso é possível? E eu fui Constituinte em 1988. Repito: da Constituição de 1988 até hoje, tivemos quatro Presidentes e três processos de *impeachment*. Como isso é possível?

É preciso repensar o instituto do *impeachment*; rever o poder excessivo concentrado na pessoa do Presidente da Câmara; definir com clareza o rito processual; precisar em que medida questões de natureza fiscal e orçamentária, prática comum da contabilidade brasileira há décadas, possam ensejar a responsabilidade pessoal do Presidente da República na definição de crime de responsabilidade. O País não pode ser sacudido de tempos em tempos por crises políticas dessa envergadura, pois elas cobram um preço injustificável do nosso povo.

Aqui, permita-me, Presidenta, eu fazer um pequeno aparte: eu não consigo entender. Olhem, eu espero e estou rezando para que no Tribunal, na quarta-feira, ninguém peça vista, e decidam lá essa questão, porque eu não vou me sentir bem, confesso, de entrar em férias, de ir para casa, ou ir para o Rio Grande do Sul, vou para uma praia ali chamada Rainha do Mar, mas muita gente vai para a Disney, para Bariloche, outros vão para a Suíça, sabemos que vão, e nada, aqui, indicando o Presidente da Câmara, e o povo brasileiro na expectativa: "E daí? O que é que vai dar? O que é que vai acontecer?"

O País tem que voltar para os trilhos. Então, a melhor coisa é nós decidirmos. Esperar, claro, a decisão do Supremo...

Nós sabemos que nem sempre gostamos, mas é uma decisão que vamos ter que respeitar. Tomada a decisão, vamos trabalhar. O Congresso tem que ser convocado...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Se me permite um aparte, Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com certeza V. Ex^a tem razão: não é justificável nós pararmos agora os trabalhos do Legislativo. Eu espero que realmente o Supremo possa dizer qual é o rito, e nós continuemos, pois como vamos explicar para a população que nós vamos parar para ter recesso? Ainda que haja trabalhos a fazer em janeiro. Minha viagem também era para a praia, no Paraná, mas eu não me sentiria bem. A população espera de nós uma resposta.

Então, eu acho que este Congresso tem que fazer um esforço para que realmente tenhamos a sessão. Independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o rito, nós temos que estar trabalhando em Brasília, bem como atentos ao que está acontecendo, para que a população pelo menos diga: "Há gente lá. Pelo menos quem causou o problema está lá, para tentar resolver".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Presidenta. Pode ter certeza de que esse também, Gleisi Hoffmann, nossa querida Senadora, é meu ponto de vista.

Eu cheguei a dizer, numa reunião com os Senadores, foi na casa do Presidente Renan, e estava lá o economista Maílson da Nóbrega. Quando me deram a vez de falar, eu só fiz duas perguntas a ele: número 1, o que ele achava de tributar grandes fortunas e grandes alianças. E ele respondeu: "Grandes fortunas sou contra, grandes alianças sou a favor".

Pergunta 2: o que ele achava do *impeachment*. "Sou contra", ele disse, claramente, para todos ouvirem. "Sou contra, não há fundamento." Ele disse: "Vou me socorrer do meu tempo de advogado, do meu conhecimento jurídico. Sou contra. Não há nenhum fundamento."

E, ao mesmo tempo, ele disse, em resposta a uma pergunta que ia na mesma linha, sobre o *impeachment* e a convocação: "Eu acho que vocês têm que trabalhar mesmo. Não há sentido o País nesta instabilidade, no campo econômico, social e político, e o Congresso fechado. Não há."

Então, não há como explicar. Muito bem, se quiserem que paremos, aqui, Natal e 1º dia do ano, tudo bem, mas depois voltamos, seja no dia 5, seja no dia 10, como já disseram, mas vamos voltar. E vamos acompanhar.

Alguém disse: "Mas é na Câmara." Não importa. A Câmara estará votando, nós votaremos outras matérias aqui, esperando chegar, se for o caso...

Eu acho que cai lá. É a minha opinião particular, e digo isso para todo o Brasil ouvir. Eu acho que já vai cair lá, mas nós pelo menos estaremos aqui, de plantão, tendo posição, trabalhando e torcendo para que o Brasil entre nos eixos, como se fala, volte para os trilhos.

O momento pede responsabilidade e espírito público de todos os políticos deste País. Os representantes do Parlamento não podem se omitir diante desta grave crise. Por tudo isso, Srª Presidenta, repito aqui que sou contra o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Nenhuma democracia sobrevive sem estabilidade política, sem previsibilidade legal, sem perspectiva de futuro, completamente desorientada. Precisamos reagir. Mesmo àqueles que são favoráveis ao *impeachment*: vamos vir trabalhar, vamos estar juntos aqui, vamos fazer o bom debate. Por isso, Srª Presidenta, por tudo que falei aqui, reafirmo a minha posição contra o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Quero deixar bem claro, permita-me, minha querida Senadora do PT: eu estou tendo – e V. Exª acompanhou, as revistas divulgaram – uma certa divergência quanto à política econômica do Governo. Isso é uma coisa, mas defender a democracia e uma Presidenta legitimamente eleita é outra coisa. Então, não vamos fazer confusão. Quando me perguntam: “Qual é o dia em que você vai sair ou não?” Eu digo: o mais importante, neste momento, não é quem vai sair ou quem não vai sair. O mais importante é nós resolvemos, pensando no Brasil, essa questão de terminar com esse debate infernal, que não leva a nada, principalmente, se continuar assim a economia do País. Então, o que interessa, neste momento, é estarmos aqui, cada um na trincheira que entender melhor, fazendo o bom debate – no meu caso, naturalmente, contra o *impeachment*.

Permita que eu termine somente com um pensamento que abraça tudo, abraça o meu momento – que não é o que interessa agora – e abraça a situação nacional. O pensamento é de Khalil Gibran. Diz ele:

Minha casa me diz: “Não me deixes, pois aqui mora teu passado.” E a estrada me diz: “Vem e segue-me, porque sou o teu futuro.” E eu digo a ambas: “Não tenho passado, nem futuro. Se ficar aqui, haverá uma ida em minha permanência; e, se partir, haverá uma permanência em minha ida. Só o amor e a morte mudam todas as coisas.

Era isso, Srª Presidenta. Eu termino aqui a minha fala.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-senador, Pedro Simon, foi homenageado hoje pela manhã, em Porto Alegre, no Palácio Piratini, com a Medalha Ordem do Ponche, no Grau Grã Cruz. A honraria foi oferecida pelo governo do estado.

A Ordem do Ponche Verde foi instituída pelo Decreto Nº 21.687, de 14 de abril de 1072, para homenagear personalidades nacionais e estrangeiras, que, por motivos relevantes, seja pela ação ou pelo devotamento à causa do bem comum, da paz, do desenvolvimento e da fraternidade, se tornem dignas da gratidão e do reconhecimento do estado e do seu povo.

Parabéns amigos Pedro Simon e sua esposa, dona Ivete Simon. Uma homenagem mais do que merecida.

Por compromissos aqui no Senado não pude comparecer ao evento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos no olho do furacão. Contabilizamos, desde a promulgação da Constituição de 1988, três iniciativas de *impeachment* em nosso País, uma delas levada a termo.

Delas, o *impeachment* da Presidenta Dilma é, sem dúvida alguma, o mais polêmico. Por ser o mais polêmico, coloca à prova as instituições democráticas, o ordenamento jurídico e o próprio instituto do *impeachment*.

A Nação está inquieta, nervosa, ansiosa por entrever a lógica dos fatos e sequiosa por ter respostas claras do Parlamento. A lógica dos fatos, entretanto, não é nada transparente.

Vivemos aqueles raros momentos em que a velocidade dos fatos dobra as convicções e tudo o que, momentaneamente, parece sólido, nos instantes seguintes, desmancha no ar.

Tudo isto alimenta enorme instabilidade política, aprofundando os componentes da crise econômica que vivemos. Tudo isto demanda ação refletida, e equilibrada por parte dos protagonistas do *impeachment*, exatamente a atitude que parece estar em falta no Congresso Nacional.

A cada minuto, somos surpreendidos por uma virada de mesa, por um novo componente que modifica o panorama político, por uma regra inesperada que altera a tramitação do processo.

O fato político tem a natureza da duração curta, o mistério dos significados ocultos. Como as brumas da onda do mar, não permite adivinhar o sentido das correntezas profundas.

Pretendemos delimitar, o sentido profundo do rito processual do *impeachment* e cotejá-lo com o desenrolar dos fatos concretos do processo da presidente Dilma.

A primeira questão que se impõe é a legalidade do *impeachment* da presidente Dilma.

As questões de ordem orçamentária e fiscal apontadas no pedido de impeachment, a exemplo das pedaladas fiscais e dos decretos orçamentários, não podem jamais ser consideradas suficientes para qualquer processo dessa natureza.

Foram praticadas regularmente nos governos anteriores, inclusive nas gestões do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como reconheceram vários de seus expoentes.

Já se disse, com muita razão, que pau que bate em Chico, bate em Francisco. Não se pode ter, em processo de tamanha gravidade, dois pesos e duas medidas.

Nas questões de ordem orçamentária e fiscal, não reconhecemos claramente a responsabilidade direta do presidente da República.

Demasiadamente complexas, fogem à compreensão da maior parte das pessoas não familiarizadas com a contabilidade estatal.

Como se pode destituir um presidente de seu mandato por questões que não são claramente compreendidas pelos cidadãos? Onde está, portanto, a legitimidade deste processo?

Quiseram cassar o mandato de Vargas com este argumento. Não deu certo. Reparem bem que o diploma legal que fundamenta o estatuto do impeachment, a Lei Nº 1.079, de 10 de abril de 1950, era muito recente.

Nem por isso, os seus dispositivos fiscais e orçamentários foram considerados suficientes para o impeachment de Getúlio, pois havia enorme dificuldade em comprovar a autoria da conduta.

Agora, passados mais de sessenta anos da edição da lei, querem nos convencer da legitimidade do argumento, ainda que repisado e modernizado por legislações ulteriores! Não é admissível!

A complexidade da gestão orçamentária e fiscal do Estado brasileiro impõe certa flexibilidade nesta matéria, sobretudo no momento atual, de forte crise econômica, em que as receitas estão em descompasso com as despesas, fragilizando o equilíbrio fiscal.

Diante da forte crise de 2008/2009, que abateu várias economias de regimes presidencialistas, a nenhum deles ocorreu cassar o mandato presidencial em razão de expedientes orçamentários e fiscais adotados por motivos de urgência.

Não conseguimos vislumbrar, no processo da Presidenta Dilma, fato preciso que configure plenamente crime de responsabilidade, condição indispensável para o impeachment.

O pedido de impeachment não conseguiu estabelecer a participação pessoal da Presidenta Dilma nos delitos elencados, recorrendo a ilações e raciocínios jurídicos tortuosos.

Cabe observar, e nisto todos estão de acordo, o julgamento do impeachment é essencialmente político.

Recorremos ao mestre Affonso Arinos, que associou o conteúdo político do impeachment, no debate sobre o caso de Vargas, “àquelas atitudes de desrespeito à organização geral do País que trazem prejuízos irreparáveis à polis, à cidade, ao conjunto do povo”.

Atitudes que se traduzem pela “concepção geral, por aceitação tácita, por um ponto de vista global de que estes governantes se tornaram incompatíveis com a nossa Nação”.

É neste sentido que o processo de impeachment é político, porém não no sentido raso da maioria parlamentar, como muitos se têm empenhado em divulgar a ausência de conteúdo político é a principal diferença do impeachment da Presidenta Dilma do processo sofrido pelo Presidente Collor. Nesse último caso, o movimento irresistível das ruas, o clamor público, conduziu todo o evento.

Não houve polêmicas inconciliáveis, nem dissensões expressivas, dada a enorme coesão do sentimento nacional com os movimentos no Parlamento.

Não se faz processo de impeachment por simples obtenção de maioria parlamentar.

Não queremos transformar o Parlamento no eremitério das ambições políticas frustradas, de projetos políticos derrotados.

Na situação atual, o expediente do impeachment transformou-se no cavalo de batalha de ambições políticas individuais, de alucinados delírios de poder.

Parafraseando Jarbas Passarinho, na edição do Ato Institucional Nº 5, (AI -5), às favas todos os escrúpulos da consciência. É um jogo de vale tudo, como demonstraram os fatos desta semana.

Um Presidente da Câmara insano, sitiado pela Justiça, recorre a todo tipo de casuismo para fazer valer o uso do cargo no seu único e indisfarçável interesse de se evadir das garras da lei.

Um Vice-presidente da República, de quem se deveria esperar discrição e equidistância, neste difícil e in tranquilo momento, descobre o talento de missivista, e passa a estimular, abertamente, conspirações sem fim, interferindo diretamente no processo de impeachment, cujo desfecho, caso positivo, ser-lhe-ia altamente vantajoso.

Onde está o compromisso com o bem público, o maior patrimônio que todo político deveria ostentar? Onde estão os escrúulos da consciência de alguns dos principais homens públicos deste País?

Causa espécie que a oposição, que se bateu em plenário, há poucos dias, pelo voto aberto no processo de autorização de prisão de um senador, agora venha justificar o voto secreto no impeachment de um presidente!

Haja incoerência. O voto secreto, nesta questão, convida a conspirações de orientação suspeita, cheira a golpismo, tudo o que não precisamos nesta Casa.

Não podemos vulgarizar o instituto do impeachment, sob pena de transformar o Brasil na referência acabada das repúblicas de commodities latino-americanas. Com isso, comprometeremos o futuro de nosso País.

O que pensar destas crises políticas periódicas, que tanto sacrificam as conquistas sociais, a emancipação da miséria e o desenvolvimento sustentável de nosso País?

Até que ponto o povo brasileiro aguenta as consequências nefastas de movimentos políticos motivados por ambições políticas pessoais ou de grupos de poder articulados para o assalto às instituições democráticas?

Da Constituição de 1988 para cá, tivemos quatro presidentes e três processos de impeachment! Como isto é possível?

É preciso repensar o instituto do impeachment, rever o poder excessivo concentrado na pessoa do Presidente da Câmara, definir com clareza o rito processual, precisar em que medida questões de natureza fiscal e orçamentária – prática comum da contabilidade estatal brasileira há décadas – podem ensejar a responsabilidade pessoal do Presidente da República, na definição de crime de responsabilidade.

O País não pode ser sacudido, de tempos em tempos, por crises políticas desta envergadura, pois elas cobram um preço injustificável do nosso povo.

O momento pede responsabilidade e espírito público da classe política nacional. Os representantes do parlamento não podem se omitir, diante desta grave crise. Por tudo isso, sou contra o impeachment da presidente Dilma.

Nenhuma democracia sobrevive sem estabilidade política, sem previsibilidade legal, sem perspectivas de futuro, completamente desorientada. Precisamos reagir!

Sr. Presidente, por tudo que falei aqui, reafirmo que sou contra o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Terminei com o seguinte pensamento de Gibran Khalil Gibran:

"Minha casa me diz: 'Não me deixes, pois aqui mora teu passado'. E a estrada me diz: 'Vem e segue-me, porque sou o teu futuro'. E eu digo a ambas: 'Não tenho passado, nem futuro. Se ficar aqui, haverá uma ida em minha permanência; e se partir, haverá uma permanência em minha ida. Só o amor e a morte mudam todas as coisas'".

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Parabéns, Senador Paim, sempre com um pronunciamento lúcido, com uma análise muito profunda.

Quero parabenizá-lo por encerrar com esse pensamento de Gibran muito interessante e dizer a V. Ex^a novamente que sei que estará conosco nesta batalha de enfrentamento ao impeachment da Presidenta e também tenho a esperança de que estará conosco ainda nas fileiras do Partido dos Trabalhadores. Grande abraço.

Convido V. Ex^a para assumir a Presidência.

Passo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito.

A Sr^a Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra, com muita satisfação, ao Senador Cristovam Buarque. Com os seus pronunciamentos, não precisamos concordar 100%, mas são lúcidos e têm sempre o nosso total respeito. Na maioria das vezes, eu concordo. Deixe-me dizer que, em 99%, eu concordo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E vice-versa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fico orgulhoso de ouvir de V. Ex^a essa frase.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, eu acho que com este o senhor vai concordar. Eu vim falar de golpe, mas um golpe que passa despercebido, apesar de, para mim, ser o mais grave de todos: o golpe que este País está recebendo por conta dessa epidemia da microcefalia. Isso é um golpe.

A gente fala muito em golpes militares e políticos, mas e esse golpe de milhares de mulheres hoje, neste País, estarem assustadas, com medo, pelo fato de estarem grávidas? E o fato de que repelente hoje está sendo comprado no mercado negro, porque todas estão procurando e já não há mais em muitas farmácias? Isso é um golpe.

Alguns dizem: "Não, isso não é um golpe, isso é uma fatalidade". Não é uma fatalidade, isso está acontecendo, porque nós somos um País que não cuidamos de enfrentar uma guerra com um mosquito. A sétima, a oitava, até chegamos a ser quinta potência econômica do mundo e estamos sendo assustados por um mosquito, Senador.

Isso é um golpe, um golpe que nós, Parlamentares, políticos, dirigentes demos no País – e o Governo, mais ainda, porque a responsabilidade é do Governo, aliás, dos governos dos últimos anos no Brasil. Isso é um golpe trágico, vergonhoso, cujas consequências totais não sabemos ainda, porque não sabemos quantas crianças, no final, vão estar com esse problema por toda a vida.

Senador Paim, esse golpe de crianças nascendo, no Brasil, com essa tragédia da microcefalia, por culpa da irresponsabilidade de não enfrentarmos os mosquitos deste País, vem há séculos acontecendo, não no tamanho do cérebro das crianças, mas no desenvolvimento dos cérebros. É ou não é um golpe o fato de que uma em cada cinco crianças, no Brasil, não sabe ler aos oito anos de idade? É um golpe. É um golpe social que a gente não vê, não percebe, não considera, não enfrenta!

Nós estamos com uma epidemia de microcefalia, há algumas semanas, e com uma epidemia secular de não fazer o desenvolvimento pleno dos cérebros das nossas crianças, cujas mães não foram picadas por mosquitos, porque não temos a escola. Não organizamos a população para enfrentar, combater, impedir esses mosquitos malditos e não demos escola às crianças para que elas se desenvolvam como qualquer criança de qualquer país, hoje, no mundo razoavelmente economicamente ativo consegue. Isso é um golpe, mas há outros golpes, Senador.

Eu creio que, quando a gente não enfrenta corretamente o problema da educação em todos os níveis, está dando um golpe contra o País. O atraso educacional que o Brasil atravessa é um golpe dado contra o futuro do País, é um golpe dado contra a possibilidade de o Brasil ter, inclusive, uma política mais eficiente, que viria com o elevado grau de educação de nossa população.

Nós estamos entre os dez países que concentram a maior parte do número de analfabetos adultos do mundo, que são 774 milhões. Nós estamos juntos da Índia e da China – que têm populações muito maiores de que a nossa; então, não podemos nos comparar –, do Paquistão, de Bangladesh – que têm população quase perto da nossa –, da Nigéria, da Etiópia e do Egito, ou seja, nós somos um dos países com maior população de analfabetos do mundo. O Brasil segue entre os últimos colocados, na 56ª posição no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Isso é um golpe.

Fala-se muito hoje de golpe a ser dado pelo *impeachment* e, de fato, se se fizer *impeachment* sem ter comprovação de crime, considero um golpe, Senador Paim, na linha do seu discurso. Abrir processo de *impeachment* não é golpe, está previsto na Constituição. Agora, se eu analiso isso e digo que não é golpe, porque está previsto, tenho que ver também o outro artigo que diz em que circunstâncias o *impeachment* pode ser feito. Se for feito fora desse artigo aqui, é golpe. Temos que analisar.

Por isso, também não me manifesto que não votarei aqui no *impeachment* nem que votarei. Eu vou analisar, vou estudar. Se houver crime, não tenha dúvida, voto triste, porque é a interrupção do mandato de um Presidente e isso me traz tristeza, mas votarei. Não tenho dúvida: não é golpe. Agora golpe é, em 2012, o desempenho de nossos estudantes em leitura ter piorado em relação a 2009. Isso é golpe a que a gente assiste tranquilamente, caladamente.

Eu acho que é golpe ter colocado o *slogan* Pátria Educadora como simples *slogan* mercadológico, marqueteiro, tocar na alma da população, na ideia de que essa é uma Pátria educadora sem fazer aquilo que é necessário para que a Pátria seja educadora. Isso é golpe, sim! Isso é um golpe na imaginação da população, no sentimento da população. É golpe provocar inflação irresponsavelmente. Isso é golpe contra a população, que vê roubado o seu salário todos os meses pela maldita da inflação. Isso é golpe! E a gente o esconde para falar apenas de um golpe que seria o *impeachment*.

Nós temos que levar em conta que, quando a gente tem, no mundo do conhecimento, que está no século XXI, o mundo cuja economia, sociedade, civilização dependem do conhecimento, do acervo, da quantidade de ciência e tecnologia, e nós deixamos que, em ciências, o Brasil fique em 59º lugar no ranking de 65 países – veja bem, entre 65 países, o Brasil está em 59º, um país que é o quinto em população –, isso é um golpe contra o nosso futuro.

Nós, além disso, perdemos seis postos, em 2009, em relação a nossa posição relacionada ao ensino de ciências. Nós estávamos, em 2009, em 53º e, em 2014, fomos para 59º. Isso é um golpe. Isso é igualzinho a cor-

tar as pernas de uma pessoa. Diminuir o ensino de ciência entre as crianças de um país, no século XXI, é como cortar as pernas de uma pessoa; isso impede que esse país avance, que ele corra em direção ao futuro. Isso é um golpe que está sendo dado.

Para dizer outro golpe que o Brasil recebeu: matemática foi a única disciplina em que os brasileiros apresentaram um pequeníssimo avanço. Mesmo assim, saímos de uma posição absolutamente atrasada para outra que continua sendo absolutamente atrasada. A melhora não foi suficiente para que o País avançasse no ranking e caímos de 50^a para 58^a posição, ou seja, melhoramos um pouquinho.

Também, hoje de manhã, vimos, no noticiário, que caímos na posição relativa do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano. Até subimos um pouquinho, absolutamente, porque o mundo inteiro está melhorando, mas outros países melhoraram mais e nós caímos. Isso é um golpe. Isso é golpe que nós não podemos calar, não podemos deixar de falar. Temos que nos rebelar contra os golpes sociais que são dados, neste País, e não apenas contra os golpes políticos e até os pseudogolpes.

Eu gostaria muito de ver o País sem golpes, de nenhum tipo, de nenhuma espécie! Nem o golpe nem o golpe da deseducação, nem o golpe da incompetência de enfrentar mosquitos um País do nosso tamanho. Eu gostaria de ver um País sem o golpe de Mariana, em que se destruiu um rio por inoperância, por irresponsabilidade, por descuido.

Eu acho que destruir a Petrobras, a Eletrobras – e alguns falam até em dificuldades no BNDES – é um golpe. É um golpe que foi dado. Os golpes não são apenas políticos, não são dados apenas por militares; às vezes, são dados de dentro dos governos contra o país.

Eu não compactuo com golpe – não tem perigo –, mas eu não compactuo com nenhum golpe. Não compactuo com o golpe de mentiras na campanha, reduzindo tarifa de luz, por exemplo, para aumentar no dia seguinte à eleição. Isso é um golpe. Isso é um golpe dado contra o eleitorado, é um golpe dado na crença do eleitorado em relação ao futuro. Mas também não compactuo com o golpe de dizer: "Bem, não deu certo o Presidente, a gente tira e bota outro!" Não é simples.

No caso de um regime presidencialista, o presidente não é apenas chefe de governo, que você tira quando ele faz besteiras; ele é também chefe de Estado, com mandato, representa a Nação, e há regras para substituí-lo. No caso de primeiro-ministro, não; não tem regra, é só o voto. No caso de presidente, há regras, e não cumprir as regras para tirar um presidente no meio do seu mandato pode, sim, caracterizar golpe. Como também é golpe se se comprova que um presidente cometeu crime e não o tiram. Aí também é golpe.

Ou seja, Presidente, há muitas maneiras de vermos golpes, e é preciso esclarecer todas. E eu quero deixar claro que, para mim, o mais grave de todos os golpes, neste momento, é aquele que está sendo dado pelo *Aedes aegypti*, o golpe que está sendo dado por uns mosquitos malditos. Golpe que está sendo dado por nossa incompetência, por nossa leviandade na condução do País, o nosso fechamento de olhos para a gravidade de coisas simples que resloveriam esse problema. E a consequência desse golpe é que milhares de crianças estão nascendo com microcefalia. Milhares de mães, pais, irmãos, primos, tios, avós estão tendo de ver, dentro de casa, uma criança que nasceu sem a plenitude das suas faculdades, por descuido. Descuido é golpe! Descuido é golpe!

Nós temos que enfrentar esses golpes, com força, com vontade, sem ignorar, sem ficar apenas na superficialidade que aparece de que golpe é tirar a Presidente, de que golpe é os militares cercarem o Congresso. Não! Golpe é deixar que os mosquitos consigam arrasar com a vida de uma sociedade. Golpe é deixar que o lixo produzido por uma mina destrua um rio, a vida de um rio, das famílias ribeirinhas, dos trabalhadores.

Nós precisamos lutar contra todas as formas de golpe, entendendo o que é golpe, sabendo o que é golpe e olhando, com clareza, que o País já recebeu golpes, e esses golpes passam como algo normal. Não é normal!

Eu quero aqui deixar claro que hoje, para mim, a coisa que mais me incomoda, mais me preocupa, mais me envergonha no meu País é o problema do crescimento da epidemia de microcefalia no Brasil, em pleno século XXI.

Eu achava que a tragédia de Mariana ia me incomodar por muito tempo sem nada superá-la. Superou. Superou essa percepção de que nós não fomos capazes de fazer nem uma barragem para impedir que a lama contaminada avançasse no rio, nem uma barragem para impedir que os mosquitos dominassem a vida nacional. Eles estão dominando e infernizando a vida de milhares de famílias, e milhões de brasileiros são solidários com essas famílias.

É isso, Sr. Presidente.

O senhor havia pedido um aparte antes de estar na Presidência. Agora o senhor não pede. Agora o senhor determina!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, Senador Cristovam.

Primeiro, muito obrigado por esta oportunidade. O Senador Paulo Paim precisou fazer um atendimento, e eu queria tocar em dois assuntos.

Eu estava vendo agora um vídeo de Pernambuco em que um enfermeiro contesta que a microcefalia seja produzida pelo zika vírus, porque ele entende que a África vive com esse zika vírus há anos, e lá não há microcefalia. Por que só em Pernambuco as crianças estariam nascendo com a cabeça encolhida, coisa assim? Ele fala sobre isso em um vídeo que vou passar daqui a pouco para V. Ex^a. Ele atribui isso a uma vacina vencida que foi aplicada em algumas mulheres – não falo o nome da vacina aqui porque isso vem de uma rede social, mas esse vídeo está tomando conta do Brasil inteiro, e essa pessoa está fazendo esse depoimento, que, daqui a pouco, vou passar para V. Ex^a. Então, há aí uma questão.

V. Ex^a tocou nesse assunto quanto à falta do combate dos governos municipais, estaduais e federal nesse sentido. Mas eu queria dizer a V. Ex^a que esse vírus está crescendo, Brasil afora, muito mais por culpa dos governos estaduais e municipais, porque há três braços que trabalham nesse sentido, e o Governo Federal, ao que me consta, inclusive no meu Estado, vem cumprindo com a sua parte integralmente. No entanto, o governo do Estado muitas vezes não cumpre, e muito menos as prefeituras. Esse dinheiro acaba não indo para o combate ao vírus. Então, a crise é muito mais por uma falha dos governos estaduais e municipais do que mesmo pelo Governo Federal. Esse é um ponto.

V. Ex^a, com muita propriedade, até banalizou a questão do golpe; que isso é golpe, aquilo é golpe, e tal. Mas o golpe do qual estamos tratando aqui – e eu conheço V. Ex^a, que me orgulha de ser do meu Partido –, eu defendo isso, ainda ontem defendi isso e tenho defendido hoje. E conversei com alguns Senadores nossos, porque disseram: “Ah, o Senador Cristovam está sendo a favor do *impeachment*”. E eu disse: “Não, eu nunca vi o Senador Cristovam... Ele não vai pegar a história dele e jogar na lata do lixo. O Senador Cristovam é um homem que trilha a vida dele inteira pela legalidade. O Senador Cristovam não toca a política dele pelo bolso, pelo umbigo ou pela vaidade. O Senador Cristovam é um homem que toca a política com olhar diferente do de muitos políticos que se veem por aí. Para mim, a visão do Senador Cristovam é a de um estadista, e um estadista olha a política pública, olha o povo de forma respeitosa, como Nação e como povo”.

Então, nesse ângulo, nesse olhar, eu disse: “O Senador Cristovam disse que o *impeachment* está previsto na Constituição, e, se o Governo Federal feriu algumas daquelas normas que estão previstas na Constituição que geram *impeachment*, então, é uma razão de criar”. Agora, se querem fazer o *impeachment* por fazer, pelo oportunismo, por um Governo que não está tendo uma aprovação nas praças, nas ruas, então, eu tenho certeza de que não terá o apoio, a alavancada do Senador Cristovam, porque o balizamento dele não é fazendo curva na Constituição; ele não vai pegar a história dele e jogar na lama porque vai ser A ou B o governo; ele quer um governo que tenha legalidade, que não seja oportunista, um governo que tenha compromisso com este Estado.

E, em uma possível saída da Presidente Dilma, está claro que o Vice está trabalhando. Causa-me estranheza a carta dele. Eu sempre tive, no vice-presidente, uma pessoa de alto nível, mas a carta que ele fez – se aquela carta é dele, e eu não o vi contestar – foi muito pequena, brigando por cargos, quando sabemos que o PMDB, pelo seu tamanho, pela sua importância, por ser parte deste Governo na chapa majoritária, possui vários ministérios, tem compromisso nos acertos e nos erros, porque os principais ministérios estão com eles, como os principais cargos e as principais decisões.

Quando eu entrei como Senador, na hora de conversar, de decidir cargos do Governo Federal no Estado de Roraima, era com o Vice-Presidente, não era com a Presidenta. Então, ele tinha poder absoluto para isso. E, claro, eu achei extremamente pequenas as alegações que ele colocou para um homem que quer e tem pretensão de ser o governo.

Então, eu queria só colocar essa parte na observação de V. Ex^a, que é uma pessoa que nos honra nesta Casa, que honra o meu Partido, que está proibido de sair do meu Partido; eu criei uma lei ditatorial, claro que é no sentido de brincadeira... (*Risos.*)

... mas é com muito respeito e carinho, sobretudo carinho, e eu acho que V. Ex^a é um homem que tem muito a contribuir.

Um dia, provocamos um encontro de V. Ex^a com um grupo e com a Presidenta, e ela ouviu, algumas medidas foram tomadas por ela a partir daquelas indicações. Eu me lembro quando V. Ex^a pediu que ela assumisse o mea-culpa, e ela assumiu o mea-culpa. Aquilo foi uma defesa sua aqui dentro. Se alguém quis ser pai disso é porque, neste mundo, há muito jacamim. Jacamim, na minha terra, é um pássaro que adota o filho dos outros. E lá, na minha terra, há muito jacamim político. Então, V. Ex^a não é jacamim. Se alguém quis ser o pai dessa criança, estava adotando uma coisa que era sua. V. Ex^a sempre dizia isso.

Eu sempre tentei beber água na sabedoria de V. Ex^a, e bebi algumas vezes, porque V. Ex^a me permitiu uma orientação. Eu dizia: “Senador Cristovam, qual é o nosso caminho, a nossa luz?” Ele dizia: “Temos que conversar com a Presidenta, ela tem que ouvir, temos sugestões”. E insistimos muito com isso e conseguimos um encontro. E, dali, algumas medidas foram tomadas, sim.

Eu queria só colocar isso para ter cuidado, porque a fala de V. Ex^a não é isolada. Ontem, quando muita gente não foi às ruas, não é porque está apoiando o Governo do PT, não é porque está de acordo com o PT; é que o povo não é mais bobo, como muita gente acha. Como V. Ex^a disse, ainda falta muita escola, falta a gente mentalizar mais cultura, mas a inteligência não precisa de escola, é nata, nasce nas pessoas, se não Amador Aguiar não seria o criador do maior banco financeiro da América do Sul, perdendo agora só para o Banco Itaú, em pouco tempo. Mas era um homem autodidata, como tantos outros que têm seu nome na história do Brasil e do mundo.

Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que este é o momento em que as pessoas não foram à rua porque não querem ser manipuladas, porque não acreditam no político, não vão para a rua por chamamento político, mas vai cada um com a sua dor: um em razão do ônibus, que está caro; outro, a energia; outro está desempregado; outro, que a sua moradia não está correta; outro, não tem segurança. Essa conjuntura de fatores que deslocaram a população brasileira, numa data anterior, à rua. Agora, não; foi uma manifestação totalmente política, oportunista, no sentido de: "Coloco o povo na rua, o Senado e a Câmara se ajoelham". E aí se equivocaram.

As pessoas não querem trocar seis por meia dúzia; as pessoas querem trocar seis por 12; as pessoas querem trocar seis por mais. Ninguém aqui é bobo. Todo mundo sabe quem está envolvido na corrupção da Lava Jato: está o PT, é verdade, mas estão o PMDB, e muito, e o PP. Os dois partidos que querem derrubar a Presidenta. Então, não têm autoridade, nem moral para isso, principalmente o Presidente da Câmara.

Hoje, nas redes sociais, já aparecia toque de ironia de que o Michel Temer seria o Presidente, e o Eduardo Cunha, o Ministro da Justiça. Olha só! Claro, uma brincadeira de extremo mau gosto! Mas é assim que as pessoas começam a ver a situação.

O Ministério da Justiça – V. Ex^a sabe – é um ministério que sempre deu à República o carro-chefe dos ministérios, com respeitabilidade, com confiança. Até nos governos da ditadura, o Ministro da Justiça era um senhor equilibrado, um homem probo, um homem honesto, uma pessoa detentora de conhecimentos jurídicos e, sobretudo, uma pessoa em quem todos acreditavam. Então, já pegam um cargo importante da República e começam a brincar fazendo esse tipo de colocação.

Com isso, estou mostrando que a credibilidade dos políticos, em cada hora, em cada minuto, vai-se afundando. As pessoas estão muito mais para dizer: "Como nenhum presta, quero ver quem escapa. Deixem eles brigarem. Em briga de bandido, ninguém mete a mão". Acho que estão para fazer isso. É a sensação. E acabam os bons pagando pelos maus. Nós sabemos que há muito mais pessoas do bem, de bom caráter, de boas intenções, tanto na situação, quanto na oposição e nos independentes, mas acabam generalizando, porque não conseguem distinguir o bem do mal pelas rugas na testa, mas, sim, pelo passado.

Eu queria fazer essa observação a V. Ex^a.

SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, agradeço muito. O senhor me provocou para quatro respostas – como sempre, com muito carinho, de parte a parte.

A primeira é sobre essa declaração do senhor de Pernambuco. Eu quero dizer que, se isso se comprovar, vou pedir desculpas aos mosquitos, não aos governantes. Em vez de sermos – e veja que repito sermos: sermos nós os políticos – culpados pelos mosquitos, somos culpados por termos deixado uma vacina maldita ser utilizada. Agora, até aqui, seria fácil saber se foi a vacina, era só ver se todas essas mulheres tomaram essa vacina. É a primeira coisa. Seja o mosquito, seja a vacina, nós somos os culpados.

E aí vem a segunda parte, Senador. Em nenhum momento, eu disse que o Governo federal é o culpado por isso, Senador. Eu falei nós: nós os governantes. É por esta razão de colocarem a culpa nos prefeitos que defendo que os setores mais fundamentais da sociedade brasileira devem ser uma questão nacional, federal.

Quer ver uma coisa, Senador? As gotinhas contra a poliomelite, há 30 anos talvez, é uma questão nacional, federal. É o Ministério que faz, não são as prefeituras, que apenas distribuem na hora. Sabe por quê? Porque a poliomelite, como todos os vírus, não escolhe ricos ou pobres – aí o governo nacional cuidou –, mas os mosquitos em geral picam quem não tem ar-condicionado, quem não tem educação suficiente para cuidar – aí deixamos para os Municípios. Por que para analfabetismo ainda não se fez vacina – não biológica, é claro, mas vacina de escola? Porque não dá em rico analfabetismo. Se, ao passar uma pessoa alfabetizada perto de uma pessoa analfabeta, a alfabetizada ficasse analfabeta, sendo contaminada, garanto como já se tinha resolvido o problema do analfabetismo no Brasil. Precisamos federalizar as questões que são, de fato, importantes. E os cérebros das crianças é uma questão nacional, não é municipal, não é local, não é nem mesmo da família, é da Nação brasileira.

O terceiro ponto é que eu insisto que um *impeachment* feito por razões políticas é golpe. Agora, *impeachment* em si não é golpe, Senador, pois *impeachment* está previsto na Constituição. O do Collor não foi golpe; pode-se até achar que foi injusto – há gente que acha –, mas foi um processo dentro da Constituição. Então,

iniciar o processo de *impeachment* da Presidente Dilma não é golpe, golpe é na hora do voto se votar por ser oposição e não por estar convencido de que ela cometeu crime. Eu não digo se votarei a favor ou contra o *impeachment*, até porque, se chegar aqui, eu serei juiz na hora de votar, eu vou ver se houve crime ou não. Como é que eu vou dizer isso antes de ver a defesa dela? Como é que vou dizer isso antes de ver os argumentos dos advogados de defesa? Eu tenho o argumento do Dr. Hélio Bicudo, por quem eu tenho o maior respeito, mas não basta. Eu quero ver os argumentos de defesa da Presidente. Então, não é golpe.

E aí sinceramente me incomoda a campanha de nosso Partido, a campanha da legalidade em relação ao processo de *impeachment*. Incomoda-me, porque, enquanto não se votar, não é golpe. Além disso, a campanha da legalidade de Brizola contra os tanques de guerra foi uma coisa nobre demais. Ele empunhou a metralhadora. Querer fazer a semelhança da campanha do Brizola com a campanha de hoje é um golpe na história.

Finalmente, Senador, eu quero deixar claro: não disse como vou votar para ninguém. O Brasil está em um debate de torcidas em que você é visto ou a favor ou contra. Você não é visto analisando, considerando. Eu estou analisando, considerando. Agora, essa é uma questão que eu não aceito que o partido centralize. Como eu estou dizendo que o voto não é político, como eu estou dizendo que o voto é uma questão de consciência e de entendimento dos aspectos jurídicos e da existência ou não de crime, não dá para exigir que um militante do partido tenha que votar conforme o Presidente determinou. É uma questão de consciência, que tem que ficar ao arbítrio de cada um. Eu não digo como vou votar, a não ser no dia – e quero votar de forma aberta, sou contra voto secreto.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Telmário, se alguém for expulso do partido por causa do voto que der, eu vou ser solidário com esse que foi expulso, porque, em questão de ética, de moral, de valor, não há como o partido impor.

Imagine impor aqui o voto a favor ou contra o aborto. Não pode. É uma questão ética. A pessoa vota conforme a sua crença. É a mesma coisa com este aspecto fundamental: votar a favor ou contra o *impeachment*. Eu não quero ficar na história como quem votou para derrubar Presidente – não seria contente, ficaria muito triste –, mas também não quero votar como o Senador que passou a mão escondendo crime, se eu chegar à conclusão de que houve.

Essa é uma decisão que eu vou tomar com a minha consciência, não vou deixar que o meu Partido tome. E vou ser solidário com aquele que por acaso for punido pelo Partido, porque teve uma visão diferente e a coragem de enfrentar o Partido. Isto eu quero que fique bem claro: é uma questão ética e moral, não deve ser uma questão política. Portanto, não deve ter imposição de nenhum presidente de partido.

É isso, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria convidar o Senador Cristovam para ocupar a Presidência, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra, o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam, que ora preside – sempre trazendo o seu conhecimento, o seu posicionamento firme e responsável, debatendo os assuntos de âmbito nacional e olhando o País de frente –, senhores telespectadores e senhoras telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, vejam o que é a questão do destino.

Neste final de semana, eu, por força do nosso trabalho, não fui ao meu Estado, até porque vim na segunda e voltei na quarta com a Presidente Dilma. Nós fomos até o Estado de Roraima e voltamos. E eu agradeço muito à Presidenta por isso, porque ela demonstrou grandeza, já que foi um dia, digamos assim, extremamente tenso, quando estavam se trocando as comissões na Câmara. Ela não abandonou a sua agenda. Assim mesmo, ela foi a Roraima, porque ela sabia que o assunto que ela estava levando ao Estado de Roraima era um assunto da maior importância para aquele povo.

É a mesma coisa de alguém sequestrar alguém de a polícia chegar ao cativeiro e saber que ali há um sequestrado e um sequestrador, precisando dar àquela pessoa a liberdade. Outros governos engessaram o

Estado de Roraima, e a Presidente Dilma, naquela hora, foi à Roraima levar documentos importantes, como a liberação do Ibama para dar continuidade à obra de Tucurú, para se ter uma energia mais firme, para interligar o País e, mais do que isso, para dar ao Estado de Roraima uma energia mais barata, uma energia segura, para permitir futuros investidores naquele Estado que agora já se desponta como a nova fronteira agrícola do País.

Ao mesmo tempo, quando fizeram a lei que passou as terras da União para o Estado de Roraima, ex-Território, ela não previu que o Estado de Roraima tivesse 66,8% de suas terras comprometidas com área militar, unidade de conservação, área indígena etc. Ao passarem esse decreto, fizeram isso de forma irresponsável e incluíram o Parque do Lavrado como uma forma de preservar a Savana que existe hoje no Estado, mas que já está preservada nas áreas indígenas. É uma área que ainda está disponível para produção e que, por acaso, foi colocada nesse parque. E a Presidenta foi lá.

Eu fiquei no final de semana para dar continuidade ao trabalho.

Fui convidado, Senador Cristovam, para ir a um Município, o que eu queria falar para V. Ex^a, para o Senador Reguffe e para o Senador Hélio José, companheiros que representam o Distrito Federal. Senador Cristovam, aqui, hoje, ao redor do Distrito Federal, há aproximadamente 18 parques de vaquejada. A vaquejada é uma festa genuinamente brasileira, com tradição de mais de cem anos, que, nos últimos dez anos, modernizou-se e profissionalizou-se, tornando-se reconhecida como esporte através da Lei Pelé, regulamentada pela Lei Federal nº 4.495/98 e pela Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 3.021, de 23 de julho de 1998. Apesar de concentrar-se nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, atualmente são realizadas, Senador Cristovam, Senador Paulo Paim, mais de mil festas de vaquejada por ano. Isso não só envolve a cultura e a tradição, mas envolve geração de empregos, de impostos, de fábricas.

Enfim, a vaquejada, que era um esporte genuinamente brasileiro, Senador Cristovam, hoje, no Distrito Federal, está sofrendo uma grande baixa. Os ambientalistas entraram contra a vaquejada e um juiz de primeira instância suspendeu, no âmbito do Distrito Federal, qualquer prática de vaquejada.

Eu queria aqui fazer um apelo a esse juiz, fazer um apelo ao Judiciário. Sabe o que prejudica o povo brasileiro? É a maconha, que ministros, juízes e políticos estão liberando. Essa, sim, uma droga que destrói os lares, destrói as famílias; pai mata filho e filho mata pai para roubar, mata os vizinhos, mata a família toda.

A vaquejada nasceu de uma disputa natural, bem natural. O vaqueiro, com seu gibão, seu chapéu de couro, na Caatinga do Nordeste, ou lá na savana de Roraima, ou na mata, ia buscar os bois, o gado bovino, e muitos desses animais, às vezes, se recusavam a seguir ou a entrar no curral – uma coisa assim – e o vaqueiro tinha que partir com o animal para fazer a doma. Daí surgiu uma disputa entre fazendeiros, criatórios. Houve o aprimoramento de animais nesse sentido, de pedigree, que começou com o cavalo crioulo, no Rio Grande do Sul, onde há animais fantásticos crioulos, Senador Paulo Paim, lindos, animais dóceis, bons de rédea, como diz o vaqueiro.

Esta Casa aqui reconheceu a profissão de vaqueiro. A mão de obra que construiu Brasília não foi dos brasilienses, mas do nordestino, do nortista, do Brasil. Então, não pode, porque aqui é a Capital Federal, seu juiz, acabar com uma cultura genuinamente brasileira!

Aqui mora o gaúcho, o paulista, o paraibano, o macapaense, o rio-branquense, o amazonense, o roraimense, o catarinense, o paranaense, o carioca, gente de todo canto. Aqui mora o Brasil. E, de repente, o juiz dá uma canetada um dia antes de um grande evento. Não queiram nem saber o prejuízo dessas pessoas! Eu vejo às vezes a Justiça, ou essas pessoas que têm o poder da Justiça, engolir um elefante e se engasgar com uma formiga. E aí a cultura brasileira, o rodeio, a vaquejada, a corrida de cavalo, coisas do campo, que são festas que alegram o homem do campo...

Dr. juiz, quando V. Ex^a senta em uma mesa para comer uma maçã, houve alguém lá no campo que ficou horas e horas plantando. Quando V. Ex^a come uma beterraba, alguém meteu a mão no chão para plantar. Quando V. Ex^a come uma alface, V. Ex^a tem alguém plantando, mão calejada. V. Ex^a estudou, os outros trabalharam. Quando o campo não planta, a cidade não janta. Quando Deus criou o mundo, ele tirou um dia para o descanso, para o lazer, e o homem do campo encontrou essa forma de manter a sua cultura e a sua alegria.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senador Cristovam, do Distrito Federal, ao Senador Hélio José, ao Senador Reguffe, no sentido de que atentem para esse esporte, essa cultura reconhecida pelas leis brasileiras, e que está extremamente perseguida aqui, no Distrito Federal.

Ontem fui convidado para comer um churrasco no parque. A enfermeira Sueli estava lá. Vi lá crianças, mulheres, empresários, peões, toda a sociedade brasiliense, gente de todas as suas camadas sociais, levando carinho, dando um banho, tratamento, interagindo. Eu não vi ninguém lá fumando maconha nem cocaína, nem atirando, nem espancando, nem batendo. Eu vi amor naquelas pessoas, no trato, no zelo, na boa alimentação. Havia lá veterinários, advogados, professores. Até anotei: Dr. Márcio, advogado; Sansão, um garotinho de onze anos – um abraço, Sansão! O Professor Tadeu, professor universitário, o Assis, enfim, vários.

Eu queria aqui aproveitar e fazer este apelo, principalmente ao Governador do Distrito Federal, que foi desta Casa, que aprovou aqui a profissão de vaqueiro. O Governador de Brasília, tem um negócio nele: deu pressão, ele corre. Deram essa pressãozinha nele aí e ele não assinou. O cabra é frouxo! Deram a pressãozinha e tomaram o monumento do João Goulart. Eu queria ver ele ouvir ontem a rádio dando pressão dos PMs. Vamos ver se ele vai também.

O gestor tem que ter compromisso com o seu Estado, com o seu povo, com a sua cultura, com a sua origem. A pressão vai existir sempre. É preciso ter a sensibilidade. Aqui eles vetaram, e esse voto estaria até hoje, parece-me lá na Câmara Distrital, para ser reappreciado.

Então, está aí o recado aos companheiros que gostam de vaquejada e que ontem estavam tristes por conta dessa decisão judicial tão forte.

Bom, eu quero aqui também aproveitar e parabenizar o povo de Roraima. Eu disse, no início da minha fala, que a Presidenta Dilma olhou Roraima com o olhar de mãe, Senador Paulo Paim e Senador Cristovam. Com o olhar de mãe porque ela foi duas vezes no ano a Roraima, que tem uma população de 500 mil. Não dá 300 mil eleitores, é menor do que alguns bairros, mas ela foi duas vezes ao Estado de Roraima para fazer ações positivas. Hoje as praças, o PAC, o ProUni, todos esses recursos que hoje circulam no Estado de Roraima são frutos, a maioria, dos programas federais. Mas ela foi lá e ajudou. E o povo de Roraima reconheceu. Dos 16 prefeitos lá, só o prefeito do PMDB, da capital, que é a mais beneficiada, a Prefeita Teresa Jucá, não assinou contra o *impeachment*. Os demais, até do PSDB, assinaram, sem nem conhecer a Presidenta, mas sabendo da importância da Presidenta Dilma para o Estado de Roraima.

Hoje, em Boa Vista, se há essas praças, se há essas creches, se há essas casas – o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos –, é por causa de programas federais para os quais a Presidenta Dilma libera recursos.

Fico triste de ver, por exemplo... Essa aqui é a quantidade da manifestação que houve lá, ontem, pelo *impeachment*, organizada por um jornal que é do grupo do PMDB lá. Olha a manchete do jornal: "Roraimense apoia o movimento. Vão ao centro cívico e pedem saída da Presidente". Trinta pessoas, todas carimbadas: advogado da prefeitura do PMDB, e outros. Trinta pessoas, em 500 mil pessoas! Quem é bom de matemática, Prof. Cristovam, vê o percentual. O jornal do PMDB abre uma manchete dizendo que a população de Roraima foi à rua. É muita demagogia, é muito oportunismo, é muita picaretagem. Essa é que é luz da verdade. Mas o povo realmente reconheceu. Não está aprovando isso ou aquilo, mas aprovando a ação da Presidenta, a coragem, a determinação de ela ter mostrado a sua preocupação com o Estado de Roraima, meu Estado natal, onde eu nasci, onde a gente se focou. Eu pedi dela isso, e ela dizia no avião que sentia um pedido com muito amor, com muito carinho por aquele povo, e que ela atendeu.

Portanto, Sr. Presidente, eu fico aqui, hoje, com a minha fala não presa, mas limitada a esses dois assuntos: a questão da vaquejada no Distrito Federal e no Brasil inteiro – eu sei o quanto isso mexe com o povo nortista, nortista, do Centro-Oeste, de todo canto –, e também essa questão do movimento ontem, em Roraima. Graças a Deus, o povo de Roraima mostrou que não é um povo oportunista, não é um povo traidor. É um povo que sabe qual é a sua necessidade e na hora vai. Eles param rua, param a BR, fazem greve de 70 dias, mas não aceitam ser peças de manobras de políticos oportunistas, políticos sem compromisso com a história de Roraima, políticos que chegaram a Roraima levando na mala só a ficha da corrupção e que estão hoje milionários, dominando meios de comunicação, televisão, rádio, mineradoras, *shopping center*, posto de gasolina, etc. O povo sabe quem são essas aves de rapina, esses parasitas do nosso Estado. Portanto, não foram às ruas, não atenderam a esse chamado da ingratidão.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, concluir a minha fala parabenizando o povo de Roraima, que, quando é preciso ir às ruas para tirar um péssimo gestor, sempre vai. Mas vai por sua vontade, pela sua dor, pela sua necessidade, não induzido por jornalistas que ganham na Assembleia Legislativa e ganham dos meios de comunicação, que fazem sensacionalismo, que soltam uma manchete mentirosa com essa. Trinta pessoas não representam 500 mil pessoas. Eu queria fazer essa colocação e esse desabafo.

Sr. Presidente, Senador Cristovam, só para encerrar, eu queria chamar a população brasileira para uma reflexão. A não ida das pessoas às ruas não é aprovação do Governo. O grau de insatisfação existe, há erros, há acertos, mas há vontade de mudar. Agora, o que as pessoas sabem...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... é que não se troca Presidente da República como se troca um técnico de futebol. Por melhor que ele seja, se os jogadores não o estão recebendo bem, fazem um boicote, se a diretoria não está se encontrando, se a diretoria vendeu os melhores jogadores e há ali uma rivalidade, o time começa a perder, a torcida entra em desespero, eles tiram o técnico, como se ele fosse

a causa daquelas derrotas. Aprendeu-se isto no Brasil: sacrificar os técnicos de futebol. Mas um Presidente da República brasileira não é um técnico de futebol.

Senador Cristovam, se você fizer uma manobra brusca, se der uma bruta freada ou uma curva fechada com uma carreta, ela vai capotar. O Brasil é uma carreta, não pode fazer essa manobra violenta assim. Até porque é trocar o motorista dessa carreta pelo copiloto que ajudou a dirigir o tempo inteiro!

Então, eu tenho dito aqui, já vi Senadores repetirem, e vou repetir o que eu tenho falado desde o início: se é para fazer uma mudança – eu tenho oito anos de Senador, eu abro mão, com a maior aprovação no meu Estado –, que se faça uma eleição geral! Aí, sim, vamos estabelecer um novo caminho. Agora, usar mecanismo que não está previsto na Constituição para fazer uma curva, promover acertos, telefonemas oferecendo – “eu dou mais, fulano dá mais”! O que é isso? Com isso, o povo brasileiro não concorda, e eu, como um Parlamentar aqui dentro, não vou concordar. Vou, claro, de forma a buscar o entendimento, tentar a construção, mas se eu vir que este barco aqui vai afundar para se montar uma quadrilha, em que o principal personagem é o Sr. Cunha, tem que tocar fogo, tem que virar o bicho, tem que brigar até com o céu da boca, porque nós estamos caminhando para um suicídio político!

Então, eu queria fazer esse alerta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, o senhor pode presidir a sessão?

O Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nossa próximo orador é o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, eu quero aqui dar o meu testemunho. Eu, na segunda-feira, costumo querer chegar cedo aqui, para chegar antes do Senador Paulo Paim, mas, quando eu abro aquela sala ali, ele já está aqui presente e cumprindo com seu papel de Parlamentar, fazendo o Senado acontecer. E hoje ele trouxe, como sempre ele faz, semanalmente, toda segunda-feira – é normal quase –, um expediente de repercussões muito forte para esta Casa debater.

Hoje ele trouxe um assunto, que é aquela tragédia de Mariana. Quero parabenizar V. Ex^a pelo nível que estava ali hoje, pelas pessoas que vieram trazer conhecimento, ideias, sugestões e causas. Sem nenhuma dúvida, Senador Paulo Paim, a Comissão que V. Ex^a preside cria um acervo que baliza as políticas públicas do nosso País e faz com que esta Casa cumpra o seu papel constitucional de legislar, de fiscalizar e de representar o povo brasileiro, principalmente os Estados brasileiros.

Eu, assim como todos os Senadores, parabenizamos V. Ex^a, que nos orgulha: é um homem que madruga nesta Casa e anoitece defendendo o povo do Rio Grande do Sul e brasileiro.

Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

De fato, hoje pela manhã, nós discutimos, na visão dos direitos humanos, o crime que foi cometido contra o meio ambiente e contra vidas, já que em torno de 15 pessoas – já está comprovado – morreram naquele fato lamentável. E a vida em si: os animais, a fauna, os peixes, aos milhares, que acabaram perdendo a vida.

E é sobre esse tema que eu venho de novo falar, Sr. Presidente, até porque o recesso inicia na sexta-feira e nós teremos, na verdade, terça, quarta e quinta-feira, e são inúmeros os temas que nós gostaríamos de falar aqui da tribuna. Falei hoje sobre a questão do *impeachment* da Presidente, deixei clara a minha posição e que não tem nada a ver com o debate que eu faço de até encontrar outro espaço para continuar defendendo as causas que eu sempre defendi ao longo da minha vida.

Vou falar sobre sustentabilidade e bem-estar social. Ou seja, tem tudo a ver com meio ambiente.

A humanidade, Sr. Presidente, tem que estar sintonizada na descoberta de um novo modo de vida no Planeta. Ela tem que se sentir intimamente conectada a tudo que existe, à vida.

O horizonte a ser seguido é o de uma verdadeira revolução no campo da sustentabilidade econômica e social, o que não houve no episódio de Mariana, comprovado hoje pela manhã. Ali foi o lucro pelo lucro.

Os países têm que trazer à discussão atual a tríade temática “meio ambiente, economia e sociedade”. Essa ecologia integral, como ensina o Papa Francisco, é uma desejada forma de pensar e de agir no mundo moderno, do qual uma nova perspectiva, na convivência social, deve despontar.

Há o urgente desafio de proteger – o que eu sempre digo – a nossa casa, a casa comum, que é o Planeta. A proteção ao Planeta inclui a preocupação de unir toda a família humana, na busca de um desenvolvimento sustentável e integral.

Além do ser humano, essa discussão também envolve a defesa do trabalho, a defesa dos idosos, da criança, da juventude, das mulheres, dos assalariados, dos empreendedores, pois a defesa é um direito, uma necessidade. Acima de tudo, faz parte do sentido da vida nesta Terra, é caminho de maturação, desenvolvimento pessoal, humano e ecológico.

A noção de harmonia triangular recai aqui sobre a competência da consciência moderna em bem administrar recursos materiais e imateriais, pensando no bem comum.

Evidentemente, Sr. Senador, Presidente Telmário Mota, os custos humanos são sempre custos econômicos, e as disfunções econômicas acarretam custos humanos. A História tem nos ensinado que qualquer ato de renúncia de investimento nas pessoas, para se obter maior receita imediata, é um deplorável negócio para todos, como foi comprovado, hoje pela manhã, na questão da Samarco, da Vale, da população em geral e do meio ambiente.

As políticas econômicas não podem ser míopes, a ponto de apagar de vista o horizonte de felicidade de todo um povo. Devem, sim, incluir as pessoas dentro de um projeto coletivo de bem-estar.

Contudo, para o desânimo geral, a lógica hoje, no mundo, dos governos e da política, infelizmente, é a lógica do negócio e de que tudo é descartável. Isso leva à exploração das crianças, ao abandono dos idosos, dos aposentados, das pessoas com deficiência, ao trabalho escravo – que vamos discutir amanhã lá na Comissão de Direitos Humanos e, quem sabe, oxalá, até mesmo aqui no plenário, na terça ou na quarta, ou, se necessário for, jogaremos a regulamentação para o ano que vem –, à precarização do cotidiano e, por fim, à retirada dos direitos sociais e trabalhistas, como muitos já querem fazer, mas podem saber que eu farei aqui o bom combate, esteja onde eu estiver.

O processo de desenvolvimento deve ser pautado por decisões honestas, humanitárias, transparentes, sempre prevalecendo o diálogo entre os membros da sociedade. No contraponto, a corrupção – que infelizmente campeia – funciona na mão contrária, impedindo um debate profundo entre súditos e soberanos. No meio desse turbilhão moral, o político tem que ter coragem para denunciar os vícios do poder e defender os valores da democracia social.

Não por acaso, Sr. Presidente, Jorgen Randers, em 2052 – *Uma Previsão Global para os Próximos Quarenta Anos*, profetiza que, daqui para frente, nosso Planeta será um mundo focado no bem-estar humano, e não somente no seu componente material. Para ele, de quem tantos esclarecimentos sobre mudanças climáticas e sustentabilidade ambiental o mundo tem absorvido, as estratégias de sobrevivência planetária, nas próximas décadas, antecipam um horizonte social mais concentrado nas condições gerais de vida das pessoas. A questão crucial reside, contudo, no quanto rapidamente a transição para a sustentabilidade irá acontecer. Mas tem que acontecer.

Embora a revolução da sustentabilidade já tenha decolado, a ninguém escapa que a sua realização está fora de um alcance, infelizmente, a curto prazo.

De fato, para se fazer uma revolução de sustentabilidade e bem-estar social é preciso ter clareza, consciência, firmeza e coragem.

Sr. Presidente, o Papa Francisco critica o consumismo e o desenvolvimento irresponsável. Ele faz um apelo à mudança e à unificação global das ações para combater a degradação ambiental e as alterações climáticas. Sua fala tem despertado enorme interesse das comunidades religiosas, ambientais e científicas internacionais, dos líderes empresariais e dos meios de comunicação social.

As declarações do Papa, em especial a última encíclica, sobre as alterações climáticas, estão de acordo com o consenso científico sobre as mudanças do Planeta. O Papa introduz um questionamento já na sua abertura, indagando-nos que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer. Isso necessariamente, Sr. Presidente, leva-nos à reflexão sobre o sentido da existência e sobre os valores que sustentam nossa vida social.

Evidentemente, tal questão não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode instalar o debate de forma irresponsavelmente fragmentária. Isso vai nos conduzir a interrogar sobre o sentido da existência e sobre os valores que estão na base da vida social.

Hoje, diante de uma Terra maltratada e saqueada, lamentamos sua depredação, e os seus gemidos se unem aos de todos os abandonados do mundo; a Terra chora, a humanidade chora, o meio ambiente chora. Nesse lamento, devemos ouvir os apelos da natureza, exortando todos e cada um – indivíduos, famílias, coletividades locais, nações e comunidade internacional – a uma autêntica conversão ecológica.

Ao assumir a beleza e a responsabilidade de um compromisso para o cuidado da nossa casa, da casa comum, ele enfatiza a feliz conjunção da vida espiritual com a preservação dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, o Papa Francisco reconhece que neste século se nota uma crescente sensibilidade relativa ao meio am-

biente e ao cuidado da natureza, expandindo uma sincera e sentida preocupação pelo que está a acontecer no nosso Planeta.

Graças a essa nova sensibilização coletiva, legitima-se, por assim dizer, um olhar de esperança que permeia toda a Encíclica e envia a todos uma mensagem clara e repleta de esperança – e por que não dizer –, de esperançar.

À luz desse espírito, a humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum: o Planeta. O ser humano ainda é capaz de intervir de forma positiva, pois nem tudo está perdido. Isso se justificaria, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também se superar, voltar a escolher o bem e se regenerar.

Francisco realça que também outras igrejas e comunidades cristãs – bem como outras religiões – têm cooperado para o desenvolvimento de uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa sobre o tema da ecologia. Aí, o Papa, de forma universal, elogia todas religiões. Ele convida todos a reconhecer a riqueza que as religiões podem oferecer para uma ecologia integral e o pleno desenvolvimento do gênero humano.

Não seria, portanto, descabido apontar pontos na Encíclica em que ele identifica explicitamente a raiz dos problemas na tecnocracia exagerada e no excessivo fechamento autorreferencial do ser humano. Como antídoto, propõe-se, corretamente, o surgimento de uma ecologia integral – como havia mencionado anteriormente –, a partir da qual se redimensionem as esferas humanas e sociais da vida moderna indissoluvelmente, Sr. Presidente, atadas à questão ambiental.

É preciso a viabilização de um diálogo honesto em todos os níveis da vida social, econômica e política, estruturando processos de decisão transparentes. A religião pode ajudar. A relação íntima entre os pobres e a fragilidade do Planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam somente do lucro pelo lucro, muitas vezes, embasados somente na tecnologia, esquecendo as políticas humanitárias, tudo se envolve em uma teia muito conexa de associações causais e finais.

Na verdade, a julgar pela sinceridade do Papa, seu convite a procurar maneiras alternativas de entender economia e progresso, a buscar o sentido humano da ecologia mediante debates transparentes e rotineiros, exige, na contrapartida, a grave responsabilidade da política internacional e local contrária à cultura do descarte, somente do descarte, e a favor da proposta de um novo estilo de vida. Nenhum projeto intergovernamental pode ser eficaz, se não for estimulado por uma consciência formada e responsável, sugerindo ideais para evoluir em nível educativo, espiritual, eclesial, político, ambiental e teológico.

Os governos precisam estar envolvidos para que se mudem as matrizes energéticas, uma maneira como funciona nossa produção. Precisamos começar a adotar um sistema econômico, que não seja integralmente baseado em consumo e crescimento. Precisamos adotar um modelo de desenvolvimento que seja definitivamente sustentável. Com efeito, existe, aqui e agora, uma oportunidade para uma desejada mudança para melhor, e resta-nos, no entanto, depurar o meio mais eficaz para convencer, para convencer corporações e governos a trilhar essa mudança de rota.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que o futuro está em nossas próprias mãos, sim. O futuro está em nossas próprias mãos e não é mais razoável qualquer reles omissão. Precisamos, Sr. Presidente, propor um novo compromisso social e ambiental, por uma vida mais digna, equilibrada e feliz para todos.

Era isso e obrigado, Presidente, pela tolerância para que eu falasse sobre o meio ambiente, já que tivemos hoje uma grande audiência pública sobre o crime cometido lá em Mariana.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de convidá-lo, Senador Paim, para assumir a Presidência, visto que eu gostaria também de fazer aqui a minha oração.

O Sr. Wellington Fagundes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Líder Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, acabo de vir, Sr. Presidente, lá do meu Estado, do Estado de Mato Grosso, onde nesse final de semana tivemos vários eventos importantes. Na quinta-feira pela noite, tivemos dois grandes eventos que eu vou citar aqui com mais tempo, e, na sexta-feira, pela manhã, na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, houve o lançamento da frente parlamentar favorável a conclusão do VLT, que é mais uma das obras inacabadas do evento da Copa do Mundo.

Aqui, na quinta-feira, nós tivemos a oportunidade de fazer um evento na Comissão de Desenvolvimento Urbano, em que propus uma audiência pública para tratar das obras inacabadas do Brasil. Eu sempre tenho dito, Sr. Presidente, que a pior obra, a obra mais cara é exatamente a obra inacabada, porque se aplica o recurso público, mas a população não usufrui nada da obra que está ali parada. Às vezes, com o tempo, pela demora da construção ou pelo fato de a obra ficar parada, há um prejuízo ainda maior, porque depois a obra tem que ser desmanchada para ser reconstruída.

Em Cuiabá, o Hospital Geral está em construção há mais de 25 anos. Infelizmente, a obra está até hoje parada. É um grande esqueleto, um prédio muito grande, e a população do meu Estado do Mato Grosso, principalmente de Cuiabá...

A saúde pública do Estado atende não só o Mato Grosso, mas também o Estado de Rondônia e a Bolívia, que faz uma divisa seca de 720km, Sr. Presidente. Então, essa questão da saúde é uma preocupação muito grande para o Estado de Mato Grosso. E a mobilidade urbana, sem dúvida nenhuma, foi um dos grandes desafios da Copa do Mundo.

É bom dizer que houve uma disputa muito grande, durante o período da Copa do Mundo, para a seleção das cidades subsedes. Com certeza, todas as cidades queriam, todas as capitais. A luta foi muito grande.

O Estado vizinho, Mato Grosso do Sul, trabalhou muito, e houve até certa disputa. Mas, na época, coube a Mato Grosso, dadas as suas potencialidades... Quero aqui elogiar o Governador Blairo Maggi, que, à época, envolveu-se e conseguiu, junto com sua equipe, fazer com que Mato Grosso pudesse ser uma das cidades subsedes.

Veio depois o desafio da construção. Não foi fácil! Entrou o Governo Silval Barbosa, com a responsabilidade de buscar recursos para a construção de tantas obras de que o Mato Grosso precisava. Aí, Sr. Presidente, vem o papel de cada um de nós, como Parlamentar.

Como Deputado Federal, com minha experiência de vários mandatos, busquei trabalhar de forma intensiva para ajudar o meu Estado. Ali, independia de cor partidária, aliás, sempre agi aqui desta forma: independentemente da cor partidária. Acho que, na campanha, cada um sobe no palanque e faz a sua proposta. Depois, principalmente nós, os eleitos, temos que ter humildade suficiente para buscar o apoio de todos e, claro, trabalhar para conquistar aquilo que a população tanto espera de nós.

E assim fiz com as obras do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, próximo a Cuiabá. Conseguimos fazer um convênio com o Governo do Estado, e as obras foram licitadas, relicitadas, porque aquela obra vinha há mais de 16 anos em construção, e não se concluía. E muito foi feito, mas, infelizmente, não se concluiu a obra.

Naquele momento da Copa do Mundo, ela acabou atendendo, mas precisamos concluir-la. Tenho trabalhado aqui, junto à Secretaria de Aviação Civil (SAC), também junto à Infraero, hoje foi mantido o convênio, e o Governo do Estado está tocando a obra. Espero que ela se conclua, o que é muito importante, porque o aeroporto de Cuiabá, de Várzea Grande, Aeroporto Marechal Rondon, teve ampliado em mais de três vezes o número de passageiros que o demandam.

No Mato Grosso, temos uma condição extremamente privilegiada. O aeroporto de Várzea Grande é o segundo maior aeroporto do Brasil. E estamos no centro geodésico do Brasil e no centro geodésico da América do Sul.

Por isso, tenho insistido em dizer aqui, junto ao Governo Federal, inclusive, da possibilidade de se fazer uma concessão daquele aeroporto. Muitos grupos empresariais, não tenho dúvidas de que terão interesse, porque Mato Grosso, além de ser o único Estado que tem aumentado a sua riqueza, mesmo neste momento de crise, é um Estado que tem tudo para aumentar a sua produção por mais 5, 10, 15 anos, inclusive, vou falar daqui a pouco sobre o evento que tivemos de posse na Aprosoja.

Então, não só o aeroporto é importante. Mas, hoje, infelizmente, o aeroporto de Várzea Grande possui a menor nota no atendimento ao cidadão. Isso nos deixa extremamente chateados, porque Mato Grosso hoje recebe empresários do Brasil inteiro, e é claro, está certo, isso tem que se cobrado da classe política, e aqui é nosso papel exatamente buscar as soluções.

Por isso, também, essa questão do VLT é outra bandeira de que não abro mão. E quero apoiar a luta do Deputado Emanuel Pinheiro, como de todos, porque é uma obra em que também foi aplicado mais de R\$1 bilhão. Lá já estão os veículos, com parte dos trilhos prontos, e não servem em nada à população. Ou seja, é mais uma obra inacabada, causando um grande prejuízo e insatisfação por parte da população.

Alguns dizem: "Ah! Mas há auditoria, houve problemas, alguém desviou recurso." Que a auditoria, que o Ministério Público cumpra o seu papel junto ao Tribunal de Contas! Aliás, inclusive, nessa audiência pública que tivemos, lá estava o Tribunal de Contas a nosso convite, mas é preciso haver celeridade e concluir essas obras, para que o cidadão possa atender.

Questiona-se se o VLT ou o BRT era o melhor. O importante é que se decidiu pelo VLT. E não há um que melhor ou que é pior que o outro: o VLT é importante e o BRT também, aliás, é bem possível haver o VLT e o BRT, como uma forma de fazer o abastecimento, trazer do bairro as pessoas através do ônibus e ligar até o VLT, que seriam duas linhas troncais.

E é bom dizer que o VLT não tem o objetivo apenas de carregar passageiros. Todas as obras do VLT no mundo – e eu já estudava isso há 20 anos, tive a oportunidade de ir à Europa com, aquela época, o pré-candidato a Governador Antero, que foi Senador aqui conosco. E lá fomos olhar e saímos de lá convictos de que o VLT era o melhor meio e o mais eficiente para implantar na nossa capital, que foi uma cidade que teve dificuldades iniciais do seu planejamento urbano.

Então, aquilo participaria, faria parte até do nosso plano de governo, junto com o Antero. E, agora, foi implantado o VLT. Implantado, não; a obra está em construção.

Claro que precisam ser feitas as desapropriações. Por isso, eu digo, o VLT não é só um meio de transporte. Ele também faz parte de todo um projeto urbanístico da cidade e onde vai passar, tudo isso está previsto.

Então, é claro que um projeto desse não pode ser abandonado. E nós temos que buscar todas as energias no sentido de fazer com que essa obra seja concluída. E, então, eu quero me somar com o Deputado Emanuel Pinheiro, com todos os Parlamentares da frente aqui na Comissão de Infraestrutura, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, de buscar as alternativas, todas elas, mas o importante é conseguir concluir aquela obra fundamental para a nossa capital, para Cuiabá, e Várzea Grande.

E eu disse lá e é importante. Temos que envolver a Prefeitura de Cuiabá, a Prefeitura de Várzea Grande, a Câmara de Vereadores de Cuiabá e Várzea Grande, já que também esse transporte é intermunicipal, tendo muito a ver com aquelas duas cidades, com aquelas duas administrações.

Muitas obras na Copa já foram feitas na questão da mobilidade, inclusive aqui, como Parlamentar, sempre numa boa relação no Ministério dos Transportes, já que o Ministério dos Transportes tinha um Ministro do nosso Partido, o PR. E conseguimos recurso para fazer várias obras de trincheiras, desbloqueios, e os investimentos foram feitos e lá se está vendo. Melhorou muito o trânsito da nossa capital com aquelas obras lá que foram feitas.

Na época da Copa, havia muita crítica à qualidade da obra, o importante é que foi feita e está lá. Se alguém fez algum desvio, se houve alguma falta de qualidade, são cinco anos de responsabilidade civil e criminal das construtoras.

O importante é que fizemos o nosso papel, conseguimos levar os recursos do Ministério dos Transportes, a fundo perdido. O Governo do Estado não tem endividamento, porque foram recursos a fundo perdido, que conquistamos aqui, em Brasília, através do Ministro dos Transportes, para muitas outras obras, como o Contorno de Cuiabá, cuja duplicação também fazia parte desse trabalho.

É claro que nem todas as obras da Copa do Mundo ficariam prontas ao mesmo tempo, porque isso é um legado para a população, não só a questão dos jogos, mas também do turismo, que vem em seguida, claro. E quero aqui dizer que, em Mato Grosso, Sr. Presidente, não tivemos nenhum incidente durante a Copa do Mundo. O Estádio de Cuiabá foi considerado um dos melhores projetos do mundo, em termos de arquitetura, ventilação, alimentação que foi servida, enfim, e cumpriu o seu papel, durante a Copa do Mundo, de projetar Mato Grosso para o resto do mundo. Agora, claro, queremos que uma obra daquela não fique abandonada, têm que ser criados eventos, estrutura e condições, para que seja usado, de preferência, todos os dias e todos os meses do ano.

Sr. Presidente, quero aqui também dizer do evento que tivemos lá, à noite, na posse da Aprosoja. Esse evento celebrou, Sr. Presidente, neste final de semana, algo extremamente importante para o nosso Estado. Como havia dado conhecimento aqui, em plenário, na quinta-feira, aconteceu a posse da Diretoria da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja), entidade que congrega mais de 3.700 associados, constituída por produtores rurais ligados às culturas de soja e milho de Mato Grosso, atividades estas que formam o grande carro-chefe da nossa economia.

A Aprosoja passa a ser comandada, nos próximos três anos, pelo produtor Endrigo Dalcin, de Nova Xavantina, uma rica e potente região de Mato Grosso, que é a região do Araguaia. Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, já falei aqui, desta tribuna, Mato Grosso hoje tem capacidade de produzir tudo o que produz o Brasil, e só a região do Araguaia, que é uma nova fronteira agrícola, tem condições de produzir tudo o que produz Mato Grosso. Então, é uma região de terras férteis, que, claro, demanda muito a questão da infraestrutura, mas que é extremamente necessária. E ela pode responder, se esta infraestrutura chegar, por grandes índices de produção e, claro, de produtividade.

A soja é responsável por metade da receita gerada pelo agronegócio no Estado e é de importância fundamental. Até 2025, a atividade deve crescer em torno de 60% para a área cultivada e de 74,4% na quantidade de grãos produzidos. A participação do milho, por sua vez, deve crescer de 18,1% para 38,5%. Juntas, as pro-

duções de milho e soja, devem passar de 44,6 milhões de toneladas na safra 2013/2014 para 84,7 milhões de toneladas na safra 2024/2025. Um acréscimo, Sr. Presidente, de 90%.

Esse cenário foi projetado levando-se em consideração um avanço normal do agronegócio diante das condições atuais. Porém, é possível que essa projeção seja suplantada, sobretudo porque o novo presidente anunciou dedicação total para solucionar, dentro de um planejamento estratégico da entidade, 83 prioridades, todas apresentadas pelos produtores.

O que quero dizer com isso, Sr. Presidente, é que Mato Grosso seguirá ocupando lugar de destaque na economia nacional. Para se ter uma ideia, a balança comercial do agronegócio apresentou um superávit de US\$5,6 bilhões, em novembro. Esse resultado é 15,5% superior ao registrado em novembro do ano passado.

Enquanto o Brasil se consome numa crise política sem precedentes que encaminha a Nação a uma paralisia extremamente preocupante, as exportações desse setor ficaram 8,2% maiores em comparação com o mesmo mês do ano anterior, totalizando US\$6,6 bilhões. Portanto, estamos diante de um Brasil diferente, de um Brasil expressivo que dá resultados altamente satisfatórios. E esses resultados, Sr. Presidente, ocorrem pela força do trabalho e da vontade de crescer do nosso povo. Quando digo nosso povo, falo de brasileiros de todos os recantos, principalmente os sulistas, que para lá foram desbravar o Cerrado.

Talvez isso sirva de inspiração – isso mesmo, inspiração – para que todos aqui, no Congresso Nacional, no Judiciário, no Executivo, nas prefeituras, nas câmaras, nas assembleias, assumam uma postura diferente e ajudem o Brasil a retomar o seu protagonismo.

Nesses dez anos de existência da Aprosoja, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, temos visto várias conquistas do setor, resultado do trabalho coletivo empreendido pelos produtores e também por essa entidade, como o aumento da produção e produtividade, a adoção de uma gestão empresarial da produção agrícola e a boa colocação dos nossos produtos no mercado internacional – o que dá significativa contribuição para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Aqui eu quero destacar também o papel da Embrapa no nosso Estado. Agora já há uma sede da Embrapa em Sinop, que tem também desempenhado um grande papel.

Precisamos reduzir os custos logísticos e garantir maior competitividade aos nossos produtos. Hoje o produtor que tem uma propriedade em Sorriso, por exemplo, paga fretes muito superiores a qualquer outra região da América do Sul, para poder acessar os portos e escoar sua produção. Isso é injusto e, claro, desnecessário, porque temos alternativas. A logística infelizmente continua sendo o maior entrave para o desenvolvimento da nossa produção.

Eu quero aqui, então, cumprimentar o produtor Endrigo Dalcin e manifestar, desta tribuna, que estou associado aos objetivos da Aprosoja, colocando-me à disposição para ajudar a remover os obstáculos que existem para fazer com que esse setor avance ainda mais. Eu quero aqui cumprimentar também, em nome de toda a diretoria que sai, o ex-Presidente Tomczyk, que é da minha cidade, Rondonópolis. Ele foi um excelente administrador e deu esse *upgrade* a nossa Aprosoja. Com certeza, ele vai continuar apoiando a administração do Endrigo. Eles foram concorrentes, mas, como eu disse: se concorreram, agora é hora de se unirem, de trabalharem juntos, de buscarem as soluções para que o setor possa continuar produzindo – como temos que fazer aqui também na questão da política brasileira.

Outro aspecto que eu quero aqui colocar e registrar, Sr. Presidente, é a minha satisfação de ter participado da premiação Top of Mind, que outorga reconhecimento a cem empreendedores em quatro segmentos: na indústria, no serviço, no agronegócio e no comércio. Ela também premiou uma das famílias mais importantes e que mais promovem o desenvolvimento do nosso Estado. Essa família de destaque foi a família Maluf. Eu quero aqui parabenizar os cinco irmãos e os progenitores dessa família. A primeira, a segunda e a terceira gerações lá estavam. Como contaram, eles vieram lá do Líbano, saindo da guerra, e acreditaram na força do Brasil, em especial de Mato Grosso.

Em nome de todos eles, eu quero cumprimentar o nosso companheiro Guilherme Maluf, da segunda geração dessa família tão importante, que é hoje o Presidente da Assembleia. Inclusive, eles fizeram um grande investimento, na cidade de Várzea Grande, próximo ao aeroporto, construindo um grande *shopping center*, que já foi inaugurado e que já mudou o visual de lá, impulsionando mais a força e o comércio da cidade de Várzea Grande.

Considerado um termômetro para o *marketing* no Estado, esse prêmio é uma iniciativa de um experiente profissional de mídia, colunista e empresário João Pedro Marques, em cuja biografia constam grandes empreendimentos na área de comunicação, como é o caso da revista *RDM*. Esse prêmio reúne o que há de melhor e já é considerado o Oscar do Mato Grosso.

A revista *RDM* hoje não só está em nosso Estado, mas está aqui, em Brasília, divulgando todo o potencial do Centro-Oeste. Senti-me contemplado perante uma plateia tão vigorosa, formada por profissionais de mídia, renomados empresários, homens de visão e negócios, grandes personagens da vida do nosso Mato Grosso.

Nesses dois eventos, Sr. Presidente, o que se pôde perceber efetivamente foi a materialização de um Brasil que dá certo, um Brasil que queremos ver, cada vez mais, presente em nossas vidas.

Infelizmente, dentro do cenário nacional, 2015 termina em circunstâncias distantes daquilo que consideramos como ideais. Vivemos um momento muito preocupante! Já estamos debruçados sobre o tema do momento, que é o *impeachment*. Mas é preciso que seja esse debate feito com responsabilidade, sem prejudicar a Nação, como está acontecendo.

Sempre tenho dito que já participei aqui do processo de *impeachment*, há 20 anos, do Presidente Collor. Inclusive, já tive a oportunidade de elogiar a figura do Presidente Collor, a sua forma de sair de forma alta, sem provocar nenhuma convulsão no País. Poderia ele buscar as Forças Armadas, mas, não, foi um processo de *impeachment* tranquilo, em que prevaleceu o bom senso e que ocorreu sem nenhum derramamento de sangue, sem nenhuma confusão maior. E assim foi construída a história do Brasil. O Presidente Collor hoje volta e está aqui, no Senado da República. E quem o escolheu foi, de forma democrática, o eleitor de seu Estado. Isso é democracia: quem erra paga! E a forma de pagar, claro, cabe à Justiça a sua definição.

Por isso, eu quero dizer que temos que ter aqui toda a cautela nesse processo. Não podemos fazer desse processo um processo traumático. Temos que observar todos os ritos processuais. Inclusive, na quarta-feira agora, o Supremo Tribunal Federal manifestar-se-á exatamente para que esses ritos fiquem bastante claros.

Por isso, não podemos fazer disso uma luta pessoal ou partidária. Nós queremos o melhor para o País. Claro que hoje nós vivemos uma crise política e uma crise econômica ao mesmo tempo. Ao nosso ver, a crise política acaba aprofundando muito mais a crise econômica. Por isso, temos que resolver, de forma célere, para darmos uma satisfação à população brasileira, para que aconteçam as mudanças que realmente o País precisa, principalmente na área econômica e, consequentemente, na área política.

Nós tivemos uma audiência, na semana passada, na casa do Presidente Renan – V. Ex^a também lá estava –, em que o grande economista Maílson da Nóbrega colocou seus posicionamentos, mostrando os caminhos errados que o Brasil tomou, manifestando, de forma clara, que ele entende que o *impeachment* motivado apenas pelas pedaladas não tem embasamento legal suficiente.

Claro que nós estamos num momento político também. Por isso, sempre dissemos, aqui desta tribuna, o que é importante. Sr. Presidente, V. Ex^a que tem toda uma história, uma trajetória política, é um dos Parlamentares mais presentes nesta Casa, sabe...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... que, numa disputa eleitoral, cabe principalmente a quem ganhou ter mais humildade para buscar o apoioamento.

Nessa situação, o próprio Maílson disse que, na Constituição brasileira, da forma como foram colocados os direitos dos cidadãos, principalmente quanto à Previdência, se não houver uma correção, a nossa Nação ficará ingovernável. Então, temos que fazer as correções necessárias. Todos os candidatos a Presidente da República prometeram que iriam fazer reformas, mas infelizmente, mais uma vez, elas não aconteceram. Reforma profunda, seja trabalhista, seja tributária, seja política, tem que ser feita principalmente no primeiro ano de Governo. É preciso, Sr. Presidente, que nos debruçemos sobre o tema deste momento. É preciso que se faça esse embate com responsabilidade, sem prejudicar a nossa Nação e, principalmente, o trabalhador que é quem mais paga.

Como costumo dizer, sou um homem de fé, um homem que acredita na força do trabalho e na vontade do povo brasileiro. Por isso mesmo, as atuais adversidades poderão e deverão ser superadas, mesmo sabendo que as dificuldades do momento são consideráveis. Quero dizer a todos vocês que mantengo a minha esperança.

E nada mais alimentador para minha convicção otimista do que eventos como esse de que tivemos a oportunidade de participar, com a presença de pessoas que diariamente ajudam a construir um cenário favorável e de grande repercussão para o nosso Estado e também para o Brasil; pessoas que investem na melhoria de vida do ser humano, que apostam e acreditam na capacidade de criar, fazer acontecer e gerar oportunidades; que é possível vislumbrar um horizonte mais promissor.

Havemos de superar a crise política, havemos de encontrar as saídas e as soluções que possam fazer com que esta Nação, tão forte, rica, poderosa, formada por homens e mulheres de grande fibra e vontade de vencer, reencontre-se em toda a sua plenitude.

Mato Grosso e sua gente empreendedora tem dado mostras efetivas de que crise se resolve com trabalho e dedicação. Com essa gente trabalhadora, dedicada, ousada é que reafirmo o meu compromisso de cada vez mais trabalhar intensamente para que essa expressiva representatividade econômica se traduza em forma

de investimentos para a geração de oportunidades e melhoria da qualidade de vida de todos os nossos trabalhadores e, claro, para toda a nossa população.

Encaminhando para finalizar, Sr. Presidente, dentro daquilo que o povo de Mato Grosso deseja e espera, faço aqui um apelo à união nacional. Precisamos urgentemente agir para que o Brasil não pare, para que a discussão política não seja a principal pauta do povo brasileiro. Claro que a discussão política é que vai dar os encaminhamentos para nos sobrepor a essa crise econômica. Os encaminhamentos, as formas, as alternativas para que a gente possa, então, de uma vez por todas, dar solução para aqueles que estão lá em casa, que estão no seu trabalho, na indústria, no comércio, na lavoura, fazendo o seu papel, derramando o seu suor, esperando que País trilhe para os caminhos da paz política e, consequentemente, para a busca da solução econômica.

Faço um apelo à imprensa, aos formadores de opinião, aos que querem o bem da nossa Nação e da nossa gente, que se espelhem um pouco nesse Brasil que dá certo, lá no campo; que olhem as nossas estradas, avaliem a nossa logística, que olhem o trabalhador, que tem pressa e precisa urgentemente de atenção do Poder Público.

É o meu apelo e era o que eu tinha a dizer.

Mais uma vez, cumprimento o novo presidente da Aprosoja, Endrigo Dalcin, pela posse, cumprimento a Revista RDM, pelo evento de premiação, bem como a todos os agraciados.

E quero, mais uma vez, cumprimentar o meu companheiro João Pedro Marques pelo seu brilhante trabalho e principalmente pelo companheiro que foi, pela amizade que construímos. Tenho certeza de que vamos solidificar muito mais esse trabalho junto, em prol do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de ter aqui colocado. Mas encerro, dizendo que acredito. Eu quero aqui, com a sua experiência, com a sua orientação, um Parlamentar sereno, buscar aqui... Hoje passei a ser Líder do meu Partido. Assumi a Liderança do PR, em substituição ao meu companheiro, Senador Blairo Maggi, que lá estava, nos dois eventos, como também o Senador José Medeiros, como eu já disse aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Somos os três Senadores do mesmo Município, do Município de Rondonópolis, Mato Grosso, e estamos aqui procurando fazer um trabalho conjunto, cada um no seu partido, cada um com a sua visão política, cada um com os seus posicionamentos, mas, sem dúvida, lutando unidos para que Mato Grosso possa continuar, cada vez mais, sendo esse Estado de desenvolvimento, um Estado de alta produção e alcançando, cada vez mais, índices de produtividade muito grandes. Nós somos o maior produtor de carne do Brasil.

Pois não, V. Ex^a gostaria de fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Wellington Fagundes, antes que V. Ex^a conclua, está indo para os finalmente, eu queria fazer um aparte a V. Ex^a, pela sua tranquilidade, e falar do tema que é um tema de todos os dias, em todas as rodas, em todos os locais, nas casas, no trabalho, nos campos, nas construções, que é a questão do *impeachment*. É um assunto que está na ordem do dia.

E eu quero recordar, junto com V. Ex^a, aquele encontro que tivemos com o ex-Ministro Maílson da Nóbrega, muito tranquilo, ele sem nenhuma visão apaixonada por este ou aquele partido. Quando perguntamos, ele respondeu exatamente na linha que V. Ex^a aqui lembrou. Ele disse que não é a favor do *impeachment*, buscando, disse ele, "a minha veia do tempo que advogava", já que ele é advogado e também economista. E me lembro de que perguntei pela tributação sobre herança e sobre grandes fortunas, e ele disse que grandes fortunas é contra, e herança ele vê com simpatia esse debate.

Mas perguntei também a ele se, neste momento da crise nacional... O País, de fato, está sangrando, está tudo parando; isso é fato, é real, é só ver o número de pessoas desempregadas. Os indicadores no momento são negativos, não tem como a gente não reconhecer isso. E eu perguntava a ele se ele entendia que o Congresso tinha que trabalhar no mês de janeiro. Eu gostei muito porque ele não tinha meias palavras. Ele disse: "Não, eu entendo que tem que trabalhar sim, porque, se puder ganhar prazo para resolver essa questão, vamos resolver".

Mas V. Ex^a é feliz ao lembrar a decisão de quarta-feira. Quarta-feira, o Supremo vai decidir, e eu espero que ninguém peça vista, em nome até da brevidade desse debate; o Supremo vai dizer qual será o ritual do *impeachment*.

Eu já participei aqui dentro, como Deputado Federal, da época do afastamento do Presidente Collor. Vi ali toda história como é que foi. Eu espero – digo sinceramente, Líder Senador Wellington –, que o Congresso se autoconvoque, nem que seja lá para o dia 5, dia 6 ou dia 10, mas que a gente ganhe todos os prazos possíveis, se assim o Supremo definir o rito.

Nós temos que ter um rito. Não podemos ficar à mercê só do que diz o Presidente da Câmara. Não dá mais, e a sociedade também não quer isso. Que bom que o Supremo talvez indique o caminho, e a gente venha trabalhar. Alguém me disse: "Mas agora é na Câmara". Que seja na Câmara. Vamos votar aqui questões de

interesse do povo brasileiro. É só ver a pauta de amanhã. Na pauta de amanhã, nós votaremos tudo, e, pelas questões polêmicas, vamos passar aqui a tarde, porque começa às 14h, e também a noite.

Então, não há motivo algum, mediante a situação, que, queiramos ou não, está aí, que é o debate “sim ao impeachment; não ao impeachment; sim ao impeachment; não ao impeachment”... A sociedade está sofrendo com isso. Nós, como representantes do povo brasileiro, temos obrigação de debater o tema e ver qual é o caminho a ser seguido. Pode ser um ou outro, mas tem que haver uma decisão.

Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a foi muito equilibrado. Não estou fazendo aqui nenhum contraponto. V. Ex^a foi muito equilibrado e disse que temos que enfrentar esse debate, enfim, que alguém ganhe e alguém perca, mas faz parte do jogo. Que bom que nós somos democráticos, o que permite até que levantem esse debate. Os que são contrários digam “não, não é por aí”; outros digam “sim”. Mas, em última instância, é o voto que vai decidir, seja na Câmara, seja no Senado.

Queria cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a sabe da minha posição. Não esconde. Eu sempre fui contra o voto secreto. Sou voto aberto para tudo e não consigo ficar em cima do muro. Eu votarei, se aqui chegar, contra o impeachment e pela manutenção da Presidenta – veja bem, eu, que sou considerado um rebelde e estou numa tendência muito grande até de mudar de caminho no mundo partidário. Não é nenhuma crítica a ninguém.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma caminhada buscando continuar defendendo as causas que eu sempre defendi ao longo da minha vida. Mas, em relação ao impeachment, votarei contra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Meu caro Senador Paim, eu quero agradecer o seu aparte, pelo que V. Ex^a acrescenta ao meu raciocínio. É bom dizer aqui à população: V. Ex^a tem sido combativo contra os erros do PT. V. Ex^a não tem se omitido. V. Ex^a tem cobrado aqui, diuturnamente, rumos que a Presidente Dilma teria que mudar para melhorar o País, a equipe econômica, não aceitando certos posicionamentos.

É claro que o Brasil conquistou mais de 50 milhões de pessoas que saíram da pobreza total e que hoje já podem ter sua casa, seu carro, um emprego. Essa é a grande preocupação, a preservação dos empregos, porque, além de a inflação corroer os salários, também, claro, o desemprego é iminente. Então, V. Ex^a sempre foi um guardião aqui da classe trabalhadora e também da questão da Previdência.

Lá nesse debate, V. Ex^a pôde também contribuir, discutir, inclusive, com o Ministro Maílson em alguns aspectos. Mas é importante dizer que o Ministro Maílson, como economista, uma pessoa de credibilidade muito grande...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E muito diplomata, muito elegante, muito tranquilo. Eu quero reforçar o seu ponto de vista.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... e uma pessoa que não estava ali apenas para atacar este ou aquele governo; ele estava ali para apontar, falando de um estudo das épocas, dos momentos que o Brasil viveu, daquilo que foi feito e que pode ser feito para melhorar. Ele levava a preocupação da nossa Previdência, porque, daqui a vinte anos, serão apenas quatro na ativa para sustentar um trabalhador aposentado. Então, claro que teremos que tomar algumas decisões.

Ele disse, inclusive, independentemente de quem seja o governante, seja a Dilma, seja outro, com o impeachment da Dilma –, que eu não acredito que ocorra; pode até ser, sim, por outros motivos, mas não por pedaladas...

Inclusive, agora, nesta semana, saíram também na imprensa as pedaladas que foram feitas pelo Vice-Presidente Michel Temer. Foram R\$57 bilhões, parece, que ele assinou como Vice-Presidente da República. E aí se poderia alegar: “Mas o Vice-Presidente ali tem a função decorativa de apenas assinar o que o Presidente mandou”. Claro que não. Ninguém vai fazer nada com que não concorde. Ainda mais o Vice-Presidente Michel Temer, que é um constitucionalista, um homem que foi Presidente da Câmara, um homem que tem um conhecimento vasto, uma pessoa tranquila também, que eu respeito muito. Admiro muito o nosso companheiro Michel Temer e sei que ele não faria a assinatura de alguma coisa sem saber o que assinou, sem ler o que assinou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pedaladas dos governos anteriores também houve.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – É bom dizer, porque as pessoas ficam perguntando: “Mas isso é um crime?” É lógico que as pedaladas hoje, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, são um crime. Agora, um crime de responsabilidade fiscal que cometem todos os outros ex-presidentes, governadores, provavelmente a maioria dos prefeitos. Os prefeitos sempre se utilizaram desse mecanismo. Se pre-

cisa do dinheiro, vai lá, pega do banco oficial, paga. Depois, no outro dia, ou um momento depois, devolve. Só que não pode isso.

Mas o Tribunal de Contas sempre foi omisso. E o pior, Sr. Presidente: nós aqui, os congressistas, fomos negligentes nesse aspecto, porque há dez anos... É importante que a população saiba – e temos que lavar a roupa suja em casa –, nós temos que admitir que o Congresso Nacional, há dez anos, não vota o Orçamento dos ex-Presidentes e muito menos da Presidente atual. E mais ainda: o que se está analisando, neste processo de *impeachment* agora, são as pedaladas deste ano de 2015. A denúncia feita pelo Presidente Eduardo refere-se a 2015! E 2015 nem encerrou ainda, 2015 não foi nem apreciado pelo Tribunal de Contas, que só poderá fazê-lo no final do ano, após encerrar o balanço, e depois vai remeter aqui para o Congresso Nacional.

Então, eu acho que não dá para forçar a barra. Está ruim, precisa melhorar, a Presidente precisa ser mais humilde, precisa buscar um apoio parlamentar consistente. As reformas deveriam ter sido feitas – reforma política, porque é quase impossível sobreviver num sistema democrático com esse volume de partidos. São 34 partidos; agora, criaram-se mais dois, e, daqui a pouco, virão mais outros partidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muitos partidos, estamos sabendo, são criados muito mais de olho no Fundo Partidário, o que é mais grave ainda.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Fundo partidário e tempo de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tempo que pode negociar; tudo vira Fundo Partidário.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – É um deles, sem dúvida!

Então, já se está criando agora até a franquia partidária, Sr. Presidente. Ouvi dizer nessa semana: "Não, agora alguns partidos serão franquias – franquias nos Estados. Agora, os prefeitos que quiserem dominar, ter mais espaço de televisão, têm que vir aqui se submeter às regras da franquia." E isso, Sr. Presidente, denigre muito o processo democrático brasileiro. Isso deixa a classe política cada vez mais desgastada, e isso é ruim para todos nós: é ruim para a Presidente da República; é ruim para os governantes, sejam eles governadores, sejam prefeitos; é ruim para os Poderes, porque hoje a pesquisa é muito clara, todos os Poderes hoje, a credibilidade dos Poderes... Até as igrejas passam por falta de credibilidade.

Então, isso é muito ruim. O País, a democracia se sustenta exatamente com instituições fortes. Um País cuja população não respeita as suas instituições o que é? O que vira? Daqui a pouco, ou será voltar à ditadura, ou será um anarquismo, que ninguém quer saber disso.

Nós queremos um País sério, um País com oportunidade para todos, um País com uma democracia cada vez mais consolidada.

Então, muitos perguntam: "Mas, Senador Wellington, o senhor é contra ou a favor?" Eu sou a favor do processo de *impeachment*; se ele tiver legalidade, por que não? Vamos analisá-lo de acordo com os Regimentos Internos de cada Casa, de acordo com a Constituição. Vamos analisar. Agora, não podemos é fazer disso "vamos sangrar a Presidente até acabar!" Enquanto isso, a população vai estar sofrendo.

E isso é muito ruim para todos nós, é ruim mais ainda para o trabalhador, porque o que mais me preocupa é exatamente voltar a inflação e os postos de empregos. Já estamos vendo o que acontece a cada dia com as oportunidades que vinham crescendo. Hoje, praticamente já há um bom índice de desemprego.

Eu quero me somar aqui com V. Ex^a, com a sua experiência, para, como Líder do PR, podermos trabalhar juntos. Tenho sempre dito: não sou um homem de briga; eu sou um homem de luta; eu acho que a briga pessoal, o xingamento, isso não leva a nada. Nós temos que, exatamente através do diálogo e das discordâncias, buscar a forma com que possamos levar este País para o desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero concordar com V. Ex^a. O Senador Garibaldi está aqui, e eu tenho a certeza que ele vai também lhe fazer um aparte.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Que é um prazer para mim, meu grande professor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E um grande Ministro!

Este é o momento do diálogo – quero pegar a sua frase. Sinceramente, se eu pudesse dar um conselho para a Presidenta Dilma – quem sou eu?! Mas, talvez, pela idade, eu tenho quase a idade dela –, eu diria que acho que é o momento de chamar as Bancadas, partido por partido, e dialogar sobre o que podemos construir, o que está havendo, aonde podemos chegar. Tem que haver essa aproximação da Presidenta com as Bancadas. E quem ganha com isso, com esse bom diálogo, com uma conversa com o empresariado, com o movimento social e sindical? Isso é bom para todos.

Eu estou tendo a liberdade de falar isso aqui, da Presidência, porque eu acho que este momento de crise tão profunda não é bom para ninguém. Que bom seria se nós saíssemos rapidamente dessa questão e começássemos aqui todos a trabalhar e a fazer leis apontando e colaborando para o bem do País, até, às ve-

zes, discordando entre nós, o que é legítimo. Eu, por exemplo, tenho uma posição muito firme em relação à Previdência, e outros me dizem: "Paim, não é bem assim". Então, vamos fazer o bom debate, e eu sei respeitar, como sou respeitado também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Que honra eu poder ter aparte do meu ex-Presidente do Congresso Nacional, ex-Ministro da Previdência e, hoje, meu Presidente da Comissão de Infraestrutura! É uma pessoa que eu admiro muito, sempre uma pessoa alegre, que sabe dar as respostas corretas com humildade e que tem conduzido aquela comissão com muita perfeição. Inclusive, V. Ex^a estava lá também nessa reunião, na semana passada, na casa do Presidente Renan, onde estivemos dialogando com o Ministro Maílson da Nóbrega até muito tarde, exatamente ouvindo e discutindo as alternativas que este País pode buscar para sair desta crise o mais rápido possível. V. Ex^a, que é um homem experiente, sem dúvida nenhuma, pode contribuir muito para a nossa fala aqui.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Wellington, eu apenas quero trazer uma palavra de solidariedade ao que V. Ex^a disse e ao que também disse o Senador Paulo Paim. Por sinal, eu não li ainda a entrevista do Senador Paulo Paim na revista *Veja*, porque as atividades lá no Estado não permitiram, mas foi uma entrevista que vem causando uma grande repercussão. E o que V. Ex^as acabaram de dizer é um roteiro: ou nós buscamos o diálogo, ou vamos ter uma radicalização cada vez maior das posições, o que pode levar o País a viver dias mais difíceis. O que eu vejo, resumidamente, sem querer interferir no discurso de V. Ex^a por mais tempo, é apenas isso. Depois, eu queria pedir ao Presidente uma tolerância, para fazer só um registro rápido, após ouvir a conclusão – se é que está querendo concluir – do discurso do nosso eminente Senador Wellington Fagundes, que tem dado uma contribuição inestimável à minha – digo minha, mas é nossa – Comissão de Infraestrutura. Trata-se de um homem realmente dedicado e muito focado, muito voltado para a questão agrícola, a questão agropecuária, uma vez que o seu Estado é altamente vocacionado para a produção agrícola. Portanto, fica aqui a minha palavra, Senador Wellington, de apoio a V. Ex^a. Eu não pude ouvir o discurso todo, porque acabei de chegar, mas não preciso recorrer ao registro das atas para saber que V. Ex^a fez mais um discurso feliz aqui nesta tribuna.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero agradecer muito, Senador Garibaldi. Eu falava exatamente do empreendedorismo de Mato Grosso. Houve a posse da Aprosoja lá. E Mato Grosso a cada ano bate recorde de produção, no Brasil da Esperança, no Brasil que está dando certo.

Senador Paim, só para encerrar, quero falar do que ouvimos, às vezes, quando nós vamos para as andanças. E eu ouvi muitos aqui falarem, principalmente na Câmara dos Deputados: "Nós temos que arrastar o processo de *impeachment* e ter, agora, o período de recesso, porque aí os Parlamentares vão lá para o interior, vão receber a pressão da população e voltarão para cá, para nós tirarmos essa Presidente". Isso são os radicais. Eu tive a oportunidade de andar bastante no meu Estado, neste final de semana, e ouvir todos os lados. Eu ouvi os políticos, os apaixonados por um lado e por outro, ouvi os exaltados e ouvi também muito a população. Eu ouvi muito, principalmente o trabalhador.

Aliás, foi feito o movimento pró-*impeachment* no final de semana que foi muito abaixo do que se esperava, com pouca participação popular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi a menor mobilização de todos os tempos, desde que começaram a fazer movimentos em relação à Presidenta Dilma. Foi praticamente um quarto do que aconteceu nas primeiras, até o momento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O que eu pude mais ouvir, Senador Garibaldi e Senador Paulo Paim, foi o seguinte:

Vocês tenham responsabilidade conosco, vocês tiveram voto de confiança nosso para cuidar do País, e essa 'brigaiada' em que vocês estão lá Brasília só atrapalha o nosso País. Vocês têm que ter serenidade. Vocês têm que olhar, porque aqui está faltando remédio, porque há buraco na estrada. Nós precisamos de mais conquistas.

O trabalhador que já conseguiu comprar o seu carro e que já tem a sua casa quer mais conquistas. E eles acham que os discursos intermináveis e o bate-boca só prejudicam o País. "Olhe, você fale para a Presidente Dilma que ela também tem que ter mais humildade" – o povo fala assim, de forma simples, Senadores. Ele fala assim: "Olhe, você vá lá e fale para a Presidente que ela tem que ter mais humildade, tem que chamar todo mundo para conversar, ela tem que ouvir a população, não pode ficar escondida lá em Brasília, também não, venha aqui ouça todos nós". Isto é o que o povo simples fala:

Nós queremos a solução. Vocês que estão em Brasília têm que trazer a solução do País. Nós não podemos voltar à inflação de 50%, 70%, não, Sr. Senador. Nós queremos é trabalhar, nós não queremos

esmola, não. Nós queremos trabalhar. Eu, que já tive oportunidade de ganhar minha casa, quero que meu filho estude, para ele poder comprar a sua casa.

Essas oportunidades são o que nós temos que fazer. Temos que criar mais oportunidades de universidade, mais escolas técnicas. O Pronatec foi uma bandeira da Presidente Dilma. Agora mesmo, vamos inaugurar, daqui a alguns dias, em Primavera do Leste, um dos maiores institutos de ensino do Estado de Mato Grosso e do Brasil, uma obra gigantesca, uma obra linda, uma bela obra. Há outras tantas que estão acontecendo no Brasil, como eu falava da duplicação da BR-163 e BR-364, que não pode parar. Está em crise? Temos que priorizar os recursos e temos que acabar as obras, porque obra inacabada, volto aqui a dizer, é a obra que dá maior prejuízo, porque é um desperdício público total. Às vezes, na obra, estão faltando 10% para concluir; se não se conclui a obra, 90% foram jogados fora.

Sr. Presidente Paim, eu quero aqui agradecer imensamente, mais uma vez, no desafio de estar aqui como Líder do meu Partido, o PR, Parlamentares como V. Ex^a, que são experientes, que conhecem esta Casa, para que, na busca do diálogo, possamos encontrar os caminhos que tanto a população quer. A população quer trabalhar, a população quer condições para poder desenvolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes, por sua fala na tribuna, tranquilo, apontando caminhos. O Brasil quer soluções, e as soluções são todos nós trabalhando.

Senador Garibaldi Alves Filho, ex-Ministro, ex-Presidente desta Casa, ex-Governador e atual Senador da República.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Sem revisão do orador.) – É muito ex, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De forma elogiosa, pode crer.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Obrigado, Senador.

Eu quero fazer só um registro rápido, tendo em vista que este País é um país de contrastes. V. Ex^a sabe que, enquanto o Senador Wellington Fagundes falava da pujança do setor agropecuário e da economia do Mato Grosso, onde, por sinal, agora há um excesso de chuvas, no Nordeste, que V. Ex^a já teve a oportunidade de visitar algumas vezes, estamos com quatro anos sem chuvas. Isso significa falta de água para grande parte da população. Inclusive, já fizemos aqui uma sessão de debates, na semana passada. E isso significa também que o produtor rural está precisando de uma prorrogação dos seus débitos junto às instituições bancárias.

A Assembleia Legislativa, sob a presidência do Deputado Estadual Ezequiel Ferreira, atendendo a uma sugestão do Deputado Estadual Hermano Morais, reuniu-se hoje com produtores e com instituições bancárias, principalmente o Banco do Nordeste, porque é na carteira agrícola do Banco do Nordeste onde estão pendentes centenas – eu diria até milhares – dessas operações. Os produtores não podem pagar.

Há necessidade de que o Conselho Monetário Nacional, que se reúne quinta-feira, pela última vez este ano, possa prorrogar por uma resolução os efeitos da Lei nº 12.844, se eu não me engano, para que, assim, possam ter a prorrogação dos seus débitos os produtores, aqueles que têm operações até o valor de R\$200 mil e aqueles que têm até operações superiores, que realmente precisam de uma renegociação.

Eu quero fazer esse registro, pois estou chegando do Estado, e o clima, realmente, com relação a essa crise hídrica, é de contínua apreensão.

Com relação ao momento nacional, eu não vou me alongar, porque isso iria exigir de mim que eu permanecesse aqui na tribuna por mais tempo, e nós vamos ter oportunidade, inclusive, de ler a entrevista do Senador Paulo Paim, que seguramente tratou dessa questão com a autoridade e com a experiência que o Senador Paulo Paim detém.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi, pelas suas palavras, inclusive em relação à entrevista que dei à revista *Veja*.

Permita-me aproveitar o gancho para deixar bem claro, meu querido Ministro, que eu venho falando, desde o fim do ano passado, que eu estava constrangido com uma série de posições de discordância com o Governo. Então, não foi agora. Em relação ao *impeachment*, eu tenho posição clara: eu sou contra, e, se chegar aqui, eu votarei contra. Entendo, não quero que alguém leve esse debate, uma vez confirmada a minha caminhada para um outro espaço para eu continuar defendendo as causas que eu sempre defendi... Não tem nada a ver com o *impeachment*. A minha posição em relação ao *impeachment* é só uma: eu sou contra o *impeachment* e votarei contra. E, enfim, quem ler as páginas amarelas da *Veja*, como também recentemente as páginas da *IstoÉ* e outras entrevistas em inúmeros meios... Eu nunca me neguei a falar com a imprensa, seja a *Folha de S.Paulo*, seja o *Correio do Povo*, seja o *Zero Hora*, seja o *Jornal do Commercio*, seja alguma agência internacional. Eu falo

para todos. Nunca me neguei a falar para uma TV, para uma rádio, para um jornal, para uma agência. Dizem: "Ah, mas tu falaste só para um..." Não, eu falei para todos, na mesma linha, com a mesma posição. Então, eu queria agradecer a V. Ex^a, que me deu esta oportunidade de esclarecer essa questão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu sei que ninguém pode debater com o Presidente, pedir aparte ao Presidente não é comum, mas, tendo em vista – e aí eu volto àquela sessão ocorrida hoje na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – que dela participaram o Senador José Agripino, o Deputado Felipe Maia, o Deputado Walter Alves e os Deputados Estaduais, eu queria também fazer um registro da presença e da atuação deles em favor dessa causa.

Agradeço mais uma vez a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Garibaldi.

Assim, nós encerramos a nossa sessão de hoje.

Que Deus ilumine todos nós e que, com a maior brevidade possível, resolvamos essa questão, para que o País volte aos trilhos e possamos aqui trabalhar e votar políticas de interesse de todo o povo brasileiro, seja no campo econômico, seja no campo social.

A última palavra é do Senado e da Câmara, mesmo quando houver veto da Presidenta da República. Então, a nossa responsabilidade é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a sessão. Que Deus ilumine todos.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 1 minuto.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
PMDB - Ricardo Ferrão*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
PMB - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19**PT-13 / PDT-6**

Acir Gurgacz	PDT / RO
Angela Portela	PT / RR
Cristovam Buarque	PDT / DF
Delcídio do Amaral	PT / MS
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Reguffe	PDT / DF
Telmário Mota	PDT / RR
Walter Pinheiro	PT / BA
Zeze Perrella	PDT / MG

PMDB - 18

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Ricardo Ferraço	ES
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Sandra Braga	AM
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15**PSDB-11 / DEM-4**

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PSDB / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Franco	DEM / SE
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10**PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1**

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PPS / MT
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9**PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTB / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9**PP-6 / PSD-3**

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

PMB - 1

Hélio José	DF
------------	-------	----

Bloco de Apoio ao Governo	19
PMDB	18
Bloco Parlamentar da Oposição	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar União e Força	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	9
PMB	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolph Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
 Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sandra Braga* (PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Walter Pinheiro (35,38,42) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (43)</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,50) Walter Pinheiro (35,38,42) Lindbergh Farias (31) Fátima Bezerra (30)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (13,61)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (16,24)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (14,15,27) Vanessa Grazziotin (21,26)</p> <p>Líder do PSB - 7 João Capiberibe (1,12)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (14,15,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (28,29)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (18,54)</p> <p>Vice-Líder Benedito de Lira (17,19,44,53,57)</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (17,19,44,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 3 Omar Aziz (18,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (11)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (51,55)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (56)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48,58,59,60)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49,62) Paulo Rocha (32,50) Wellington Fagundes (51,55) Telmário Mota (9,34,41,52)</p>	<p>PMB - 1</p> <p>Líder Hélio José - PMB (49,62)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
16. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
30. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 17/12/2015.
59. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 22/12/2015.
60. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 22/12/2015.
61. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
62. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
 Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

- *. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- **. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).
- ***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- ****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).
- *****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).
- *****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.
- *****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.
- 4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).

5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio César Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio César Vieira Rocha

Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Alexandre Sidnei Guimarães

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimir Vinícius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

13) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Secretário(a): Donald Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR ANALISAR O PLC N° 168, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa.

Ato do Presidente nº 38, de 2015

PRESIDENTE: Luiz Fux

RELATORA: Tereza Arruda Alvim Wambier

MEMBROS

Luiz Fux

Tereza Arruda Alvim Wambier

Bruno Dantas

José Roberto dos Santos Bedaque

Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

Notas:

*. Em 06.11.2015, o Ato do Presidente nº 38, de 2015, foi republicado por incorreções no texto anterior.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,6)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(5,7)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. n°s 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. n° 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

6. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixa de compor a Comissão (Of. 192/2015-GLPSDB).

7. Em 04.11.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. 117/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

5) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

6) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

7)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferreira (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TG) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(1,12,17)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferreira, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).

24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).

29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferreira (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6.
 Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMD).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(19,20)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
- ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ⁽¹⁰⁾	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).	
***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).	
****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).	
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).	
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).	
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).	
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).	
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).	
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)	
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)	
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.	
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)	
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).	
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).	
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)	
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)	
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).	
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).	
Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda Telefone(s): 61 33031095 E-mail: csf@senado.leg.br	

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. 2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 09/12/2015

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)⁽¹⁾

- 1^a Designação: 03/12/2001
- 2^a Designação: 26/02/2003
- 3^a Designação: 03/04/2007
- 4^a Designação: 12/02/2009
- 5^a Designação: 11/02/2011
- 6^a Designação: 11/03/2013
- 7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1^a Designação: 20/12/2013

2^a Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE:Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evarir de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evarir de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Nuncio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter

Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
 Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256

Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

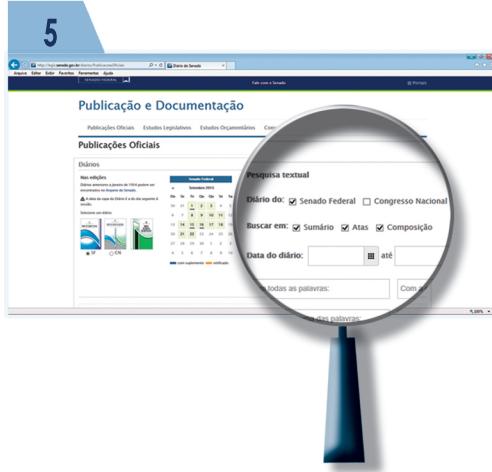


Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.

Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.



Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

